

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

JULYANA ALVES DE SOUZA

**Casa Abrigo Flor de Mandacaru: Repensando o acolhimento de alagoanas em
situação de violência doméstica**

Maceió,
2020

JULYANA ALVES DE SOUZA

**Casa Abrigo Flor de Mandacaru: Repensando o acolhimento de alagoanas em
situação de violência doméstica**

Trabalho Final de Graduação apresentado à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Alagoas como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dr^a Flávia de Sousa Araújo.

Maceió,
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S729c Souza, Julyana Alves de.
Casa Abrigo Flor de Mandacaru: repensando o acolhimento de alagoanas em situação de violência doméstica / Julyana Alves de Souza. – 2020.
108 f. : il., figs., grafs. e tabs. color.

Orientadora: Flávia de Sousa Araújo.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 105-108.
Inclui plantas baixas e plantas de cobertura vegetal.

1. Violência contra a mulher – Maceió/AL. 2. Casa abrigo. 3. Projeto arquitetônico. I. Título.

CDU: 72.011.1: 364 (813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULYANA ALVES DE SOUZA

Casa Abrigo Flor de Mandacaru: Repensando o acolhimento de alagoanas em situação de violência doméstica

Trabalho Final de Graduação apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. FLAVIA DE SOUSA ARAÚJO (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. JULIANA MICHAELLO MACEDO DIAS

Prof^a. Dr^a. VIVIANE REGINA COSTA SÁ

SYNARA JANE DA SILVA HOLANDA

Aprovado em: 10/03/2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha querida mãe por todo o apoio e compreensão que sempre se dispôs a ter. Por me acalmar e ser meu alicerce em momentos difíceis de toda minha jornada acadêmica. Agradeço principalmente por sempre priorizar a minha educação e a de meus irmãos, por entender que a mudança só poderia vir por este meio.

Aos meus irmãos, Ricardo e Rodrigo, agradeço pela paciência ao me ouvir em momentos de frustração e pelas conversas que me desconcentravam durante meus trabalhos, mas que eram e são os melhores meios de escape.

A Juan, meu querido namorado, por ser esse homem bondoso e admirável que sempre me surpreende com sua compreensão e apoio.

Aos meus amigos de graduação Allan, Morganna e Renata, por todos os momentos de descontração, aprendizado e apoio, que tornaram mais leves os anos de graduação.

Agradeço também à Fernanda, Guilherme, Henrique e Jéssyca, pelo carinho, as risadas e as conversas jogadas fora nos finais de semana.

À Alycia e Lyvia pela compreensão nos momentos em que tive que me fazer ausente e por todo o carinho compartilhado. Assim como a todos os familiares e amigos que sempre torceram por mim.

Agradeço também ao corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo por todo o conhecimento compartilhado, em especial minha orientadora, Prof^a. Flávia Araújo pela contribuição no meu aprendizado durante a graduação e neste trabalho final.

Às mulheres que compõem a banca de avaliação deste trabalho, muito obrigada por suas ricas contribuições. Que mais vozes femininas possam ser ouvidas no espaço acadêmico e profissional.

Por fim, agradeço imensamente à Universidade Federal de Alagoas por seu ensino gratuito e de qualidade que possibilita a realização de sonhos sem distinção de classe.

RESUMO

Este trabalho aborda as posições sociais dos sexos que conduzem ao atual *status quo* referente à violência contra a mulher, principalmente no contexto familiar. Faz, também, a comparação dos dados referentes à violência contra homens e mulheres no estado de Alagoas, mais especificamente em Maceió, a fim de encontrar correlação entre os números de vitimizações femininas, o local, e os autores dos crimes, para confirmar se estas ocorrem majoritariamente no ambiente doméstico e por motivações misóginas. A partir dessas observações, utilizou-se do método hipotético-dedutivo para avaliar a situação de violência contra mulheres em Alagoas e apurar se existe uma rede de enfrentamento capaz de garantir a integridade física e mental das vítimas. Além disso, questiona-se também se é eficiente o formato atual das instituições de abrigamento, as Casas Abrigo. Por fim, alcança seu objetivo final apresentando um anteprojeto arquitetônico de Casa Abrigo para a cidade de Maceió.

Palavras-chave: Casa Abrigo; Políticas de abrigamento; Projeto arquitetônico; Psicologia ambiental; Violência contra a mulher.

ABSTRACT

This research work addresses to the social positions of the sexes that leads to the current *status quo* regarding to violence against women, especially in the family context. It also compares data on violence against men and women in the state of Alagoas, more specifically in Maceió, in order to find a correlation between the numbers of female victims, the location, and the perpetrators of the crimes to confirm whether they occur mostly in the domestic environment and for misogynistic reasons. Based on these observations, the hypothetical-deductive method was used to assess the situation of violence against women in Alagoas and to determine if there is a coping network capable of guaranteeing the victims' physical and mental integrity. In addition, it is also questioned whether it is efficient the current format of shelter institutions, Casas Abrigo. Finally, it reaches its final objective presenting an architectural project of a Casa Abrigo for the city of Maceió.

Keywords: Casa Abrigo; Shelter policies; Architectural project; Environmental psychology; Violence against women.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: O CASO DE ALAGOAS	11
2.1 A dicotomia público e privado e a divisão sexual do trabalho	11
2.2 A influência do Movimento Feminista na publicização e combate à violência doméstica	15
2.3 Dados da violência contra a mulher no Brasil	17
2.4 Dados de violência contra a mulher em Alagoas	22
2.5 Ser mulher em Maceió	27
3. A CASA ABRIGO: DEFINIÇÕES E REPERTÓRIO	33
3.1 A Casa Abrigo e as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento	33
3.2 As dificuldades da Casa Abrigo no Brasil	37
3.3 Criando repertório: Análise arquitetônica	41
3.3.1 Abrigo para vítimas de violência doméstica em Israel	41
3.3.2 Casa Albergue KWIECO	46
3.3.3 Centro de mulheres de Rufisque - Senegal	50
3.3.4 Síntese da análise arquitetônica	54
3.4 Arquitetura que cura	55
3.5 A rede de enfrentamento em Alagoas	57
4. CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: PROPOSTA ARQUITETÔNICA	60
4.1 Inserção urbana	60
4.2 O conceito	65
4.3 Programa de necessidades	66
4.4 Do conceito à proposta	76
4.4.1 Aspectos formais e materiais	77
4.4.2 Setores e layout	81

4.4.3 Aspectos do conforto ambiental	92
4.4.4 Paisagismo	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6. REFERÊNCIAS	105

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX a busca pelo reconhecimento da participação da mulher na vida pública começou a dar corpo ao que seria posteriormente o movimento feminista na luta por igualdade de oportunidades de gênero. A força desse movimento pressionou a implementação de políticas de enfrentamento às taxas de violência contra a mulher.

No entanto, apesar do problema remeter os séculos passados, apenas a partir da década de 1980 iniciou-se efetivamente no Brasil a implementação de políticas públicas de prevenção e combate a esse tipo de violência. Essa tomada tardia de posicionamento do poder público na criação de mecanismos para assegurar a integridade de mulheres violentadas, reverbera atualmente na fragilidade e tímida expansão de instituições de apoio e acolhimento, principalmente no que tange às Casas Abrigo.

Em 2018, a taxa de homicídio de mulheres para cada 100 mil habitantes do sexo feminino no Brasil é de 4,3, segundo o Atlas da Violência de 2020. Já em Maceió, capital alagoana, a taxa chega a 3,8, demonstrando assim, uma redução em relação aos anos anteriores. No entanto, ao analisar um recorte de tempo maior, de 2008 a 2018, percebe-se que houve um aumento de 4,2% nos homicídios de mulheres no Brasil.

Isso ocorre em um cenário onde não há o fortalecimento de instituições públicas que possam acolher as mulheres que precisam de suporte para sair do ciclo de violência (WALKER, 2009). Em Alagoas, segundo entrevista de Andrea Lucy¹, coordenadora da Casa Abrigo em Maceió, há apenas uma unidade desta instituição em Alagoas para o acolhimento de mulheres em risco de vida iminente, o que é insuficiente para atender a demanda de todos os municípios.

Além disso, alguns estudos avaliados neste trabalho indicam fragilidades no formato atual de prestação desse serviço de acolhimento, considerando que a rede de abrigamento em Alagoas ainda não é ampla e as características dessa instituição nos moldes atuais fragilizam as usuárias ainda mais ao afastá-las do convívio dos

¹ Entrevista realizada para o site da prefeitura de Maceió. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2018/08/casa-abrigo-garante-apoio-a-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

parentes e “encarcerá-las” em um abrigo com regras rigorosas, em alguns casos, beirando a violência institucional. Essas características, como será abordado mais à frente, desestimulam a procura a este tipo de serviço, ou até mesmo geram uma considerável taxa de evasão daquelas que já estão abrigadas.

No intuito de estudar as necessidades do serviço de acolhimento a fim de dirimir as fragilidades encontradas, este trabalho tem como objetivo geral propor um anteprojeto arquitetônico de uma Casa Abrigo em Maceió, de modo a contribuir para as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no estado de Alagoas, por meio do planejamento de espaços acolhedores que facilitem o processo de reabilitação mental e física das abrigadas. Sendo assim, a partir do método hipotético-dedutivo, este trabalho se propõe a analisar a conjuntura atual no que concerne à violência contra mulher e questionar a eficácia da cultura organizacional e estrutura física das Casas Abrigo do país.

Para o embasamento da proposta arquitetônica, foram analisados dados oficiais sobre violência no Brasil, no estado de Alagoas e a literatura acerca do tema, para entender o que tem sido feito no âmbito do combate à violência contra a mulher e construir o panorama atual da violência de gênero no Brasil e em Alagoas. Além disso, para subsidiar a elaboração da proposta do anteprojeto, buscou-se construir repertório sobre o tema a partir da seleção de três projetos internacionais, onde é perceptível a aplicação de boas práticas e soluções de projeto arquitetônico referente à tipologia de abrigos temporários e de instituições de apoio à mulher, que podem servir de inspiração para o anteprojeto arquitetônico aqui desenvolvido.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, foram feitas revisões de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Ademais, foi realizada investigação de documentos jurídicos e dados coletados diretamente nos sites estaduais do Governo de Alagoas, mais especificamente da Secretaria de Segurança Pública e do Poder Judiciário Estadual.

Destaca-se, ainda, que este trabalho está estruturado em três capítulos para a construção da problemática. No primeiro é feita revisão da literatura atual sobre a construção da violência de gênero por meio do estudo de trabalhos acadêmicos disponíveis em plataformas online, livros, artigos em sites de notícias e plataformas de instituições de coleta e compilação de dados sobre violência. Além disso, é feita

análise quantitativa e qualitativa da violência contra a mulher no país, no estado de Alagoas e na cidade de Maceió, relacionando os resultados com os aspectos das construções de gênero.

Posteriormente, no segundo capítulo, é feita uma cronologia da Casa Abrigo no Brasil e análise de informações sobre a Política Nacional de Abrigamento a fim de entender como se dá o processo de acolhimento governamental no Brasil. Ademais, é criado um estudo de repertório arquitetônico por meio de pesquisa de projetos reais de instituições que acolhem mulheres, podendo servir de exemplo de boas práticas no que concerne à arquitetura e o urbanismo. As análises são feitas a partir de fotos interiores e exteriores e desenhos técnicos do projeto arquitetônico, além de artigos online que descrevem as características físicas das edificações, culminando em uma tabela de pontos positivos e negativos de cada caso analisado.

Por fim, como resultado de todas as observações realizadas nos capítulos anteriores, são apresentadas as informações do memorial descritivo-justificativo da proposta de anteprojeto arquitetônico, por meio de imagens e tabelas que sintetizam o projeto de instituição de acolhimento para mulheres vítimas de violência em Alagoas: a Casa Abrigo Flor de Mandacará.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL: O CASO DE ALAGOAS

A violência doméstica contra a mulher está diretamente ligada à ideia de masculinidade construída ao longo da história da humanidade, que se utiliza da força física para reafirmar um padrão de dominação que reforça o poder do homem sobre a mulher (LIMA, 2018). Além disso, o espaço de figuras femininas até o início do século XX era visto como doméstico, sendo impensável que uma mulher assumisse uma posição de influência política, ou até mesmo que trabalhasse fora de casa.

Como forma de se livrar das amarras que tanto limitavam a participação das mulheres na sociedade, diversos movimentos feministas começaram a surgir no mundo. A partir das reivindicações desses movimentos é que as mulheres começaram a conquistar seu espaço no meio político (PINTO, 2003).

Posteriormente, a luta feminista possibilitou a publicização da violência que diversas mulheres sofriam dentro de suas próprias casas, pressionando o Estado a criar políticas de proteção à mulher (SANTOS, 2008). No entanto, mesmo com a implementação de políticas e criação de leis que devem coibir este tipo de violência, os números de feminicídios são alarmantes. Estes são ainda mais preocupantes no Brasil e no estado de Alagoas, como será explicado neste capítulo.

2.1 A dicotomia público e privado e a divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, da forma como está posta atualmente, tem como consequência a ideia de que o homem deve ocupar o espaço público e político, enquanto a mulher é responsável pela criação da prole (OKIN, 2008). Nas palavras de Kergoat (2009), os homens têm a função **produtiva** enquanto as mulheres têm a função **reprodutiva**. Essa forma de organização dos trabalhos de cada sexo é dividida em princípio de separação (cada sexo tem uma função) e o princípio de hierarquização (o trabalho do homem tem maior valor).

A organização de trabalho em questão remete à época da acumulação primitiva e como o processo de monetização se apoiou na degradação da imagem da mulher para se consolidar. Segundo Federici (2017) os três pontos estratégicos para firmar o sistema capitalista foram:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. (FEDERICI, 2017, p.26)

Um elemento crucial para o controle do proletariado na inserção do sistema capitalista foi o apoio estatal ao estupro e à prostituição: “os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal” (FEDERICI, 2017, p.104). Sobre esse processo de legalização do estupro, Federici apoia ainda que: “insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período” (FEDERICI, 2017, p.104). Nesse contexto é possível entender como o sistema econômico atual é prejudicial não apenas para a classe trabalhadora, mas também para as mulheres em geral, que são vistas como inferiores e têm como função principal gerar prole para manutenção desse sistema.

No sistema capitalista, a forma de organização do trabalho do homem e da mulher traz o ofício masculino como mais relevante, enquanto a mulher realiza tarefas sem remuneração. Isso é consequência do discurso hegemônico idealizado de que a criação da prole é um instinto natural feminino, sendo o seu dever nutrir sua progênie. Já o homem fica incumbido de buscar fora de casa os meios para subsistência de sua família, podendo, para tal, vender a sua força de trabalho.

Como consequência desse processo de divisão do trabalho entre os sexos, as tarefas destinadas à figura da mulher poderiam ser realizadas no âmbito doméstico, enquanto as atividades voltadas à figura do homem são realizadas no espaço público: “As mulheres têm sido vistas como ‘naturalmente’ inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (OKIN,2008,p.307-308).

Essa lógica capitalista de divisão sexual do trabalho dá abertura para a dicotomia público/privado, que reconhece o espaço público como masculino, local de discussão e participação política, enquanto o ambiente doméstico é percebido como familiar e privado, onde não há necessidade de intervenção exterior. Todavia, em uma sociedade patriarcal, a “privacidade da família” é assegurada apenas ao chefe

de família masculino, que recebe total liberdade para intervir nas vidas dos outros indivíduos. Dessa maneira, o “privado”, na verdade, é o ambiente doméstico onde nem todos os indivíduos do grupo têm sua liberdade individual assegurada, tampouco privacidade.

Essa diferença é acentuada pela condição do indivíduo: tanto para gênero, quanto para idade (OKIN, 2008). Isso se dá pela ideia de que a mulher e os filhos são propriedade do homem, e portanto, fazem parte de sua privacidade, não sendo, assim, possível/aceitável interferência externa nessas relações.

As consequências da falta de privacidade individual impactam na própria construção e manutenção da personalidade do indivíduo, que não encontra espaço para tirar suas máscaras sociais (BENN, 1971; GAVISON, 1983; e RYAN, 1983 apud OKIN, 2008, p.325). Dessa forma, para Okin (2008), na esfera doméstica onde não há privacidade do indivíduo não é possível a construção de intimidade. Nesse sentido, em uma sociedade estruturada pelo gênero, quando uma mulher não consegue ter sua privacidade assegurada no ambiente doméstico, pode-se concluir que a sua identidade fica reprimida.

[...] as **relações sociais de gênero** são fundamentais para explicar as formas de violência contra a mulher na medida em que a dominação masculina justificava-se por argumentos de caráter sexista, traduzidos na tese de que as mulheres são biologicamente mais frágeis e dependentes em relação aos homens. [...] Foi essa justificativa que propagou-se na vida social legitimando, de certa forma, a violência contra mulher, principalmente quando essa violência ocorria no espaço doméstico, no espaço da casa do lar. Dessa forma, o entendimento era de que o espaço privado era o espaço da família onde os problemas ocorridos eram de responsabilidade exclusiva de seus membros. Assim, a violência doméstica contra mulher durante muito tempo teve sua visibilidade ofuscada e, por conseguinte, os crimes ocorridos em decorrência dessa violência eram abordados como conflitos conjugais (SANTOS, 2008, p.13).

Para entender como se dá a violência contra a mulher a partir da dominação de um gênero sobre o outro é necessário compreender como e porquê o sexo masculino exerce poder sobre o sexo feminino na sociedade atual.

Em uma análise sobre o patriarcado, Santos (2008) constata que uma das teorias identifica que a necessidade de dominação do homem sobre a mulher vem a partir do desejo deste em exercer poder sobre a reprodução, que está intrinsecamente atrelada à sexualidade feminina. A partir do momento que o homem passa a ter o domínio dos frutos da reprodução, passa também a controlar o corpo

da mulher e sua natureza reprodutiva — o corpo feminino passa a ser apenas um meio utilizado para produzir descendentes. Esta afirmação constata, em resumo, que as construções sociais de gênero da forma como existem hoje se sobrepõem em relação às condições biológicas dos indivíduos, mas não pode ser considerado o único motivador da hierarquização dos gêneros:

O que podemos perceber, é que sem dúvida, a violência contra mulher não parte de um único fator que, [sic] determinante que vincule essa violência diretamente com a condição biológica da mulher. Por outro lado, é preciso compreender que dentro das relações de gênero as representações sociais dos papéis do homem e da mulher, contribuem em larga medida para a violência contra a mulher na sociedade. (SANTOS, 2008, p.82)

A violência doméstica não é o único fim possível para relações de gênero existentes. O que Santos (2008) esclarece é que a questão do subjugamento de um gênero sobre o outro é muito mais amplo e atua como meio para sustentar as relações de gênero já enraizadas.

Estamos argumentando que a violência de gênero é mais ampla que a violência doméstica, segundo Almeida (1998, p.18) violência de gênero está relacionada “com um padrão específico de violência que visa a preservação da organização social de gênero fundada na hierarquia da desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino. (SANTOS, 2008, p.82)

A perpetuação dos papéis sociais sexuais traz como consequência a sujeição de um gênero sobre o outro e essa relação de dominação é sustentada por meio da violência. Nesta senda, a violência se dá de maneira que as ameaças sempre vem no sentido de “anular o sujeito” (SANTOS, 2008, p.95), tirar sua liberdade, repreender suas vontades.

Portanto, a dicotomia público/privado construída em uma sociedade patriarcal e capitalista acentua as desigualdades de gênero provocadas pela divisão sexual do trabalho. A diferenciação entre o ambiente público e o privado e a legitimação da superioridade de um sexo sobre o outro é por diversas vezes refletida na violência perpetrada contra mulheres no âmbito doméstico. Esta violência, por sua vez, foi naturalizada durante anos como algo de interesse apenas familiar, sem a intervenção do Estado, que apenas a partir da pressão exercida pelo movimento feminista se viu obrigado a reconhecer a necessidade de cessar a violência derivada das relações de gênero.

2.2 A influência do Movimento Feminista na publicização e combate à violência doméstica

As primeiras reivindicações acerca do espaço da mulher na vida pública vieram a partir da primeira fase do Movimento Feminista — o Sufragismo — no começo do século XX, tendo como liderança, no Brasil, Bertha Lutz. Inicialmente, a intenção era de conquistar direito ao voto e participação em decisões políticas, mas também existia a vertente que lutava por espaço no mercado de trabalho, composto por mulheres brancas e de classes mais abastadas (PINTO, 2003). Esse interesse feminino se dava a partir da necessidade por igualdade de direitos entre homens e mulheres que, apesar de obterem características físicas diferentes, deveriam dispor do mesmo acesso à cidadania.

Posteriormente, com a efervescência política do pós Segunda Guerra Mundial, na segunda fase do Movimento Feminista (entre 1960 e 1970), suas reivindicações se expandem para outras áreas da vida pública e privada. A partir daí a dicotomia público/privado começa a ser questionada, assim como a ação do Estado no que diz respeito à garantia de direitos individuais dentro do âmbito familiar. Nessa fase, as mulheres já possuíam certa influência na política, o que possibilitou a ampliação da discussão sobre a violência contra a mulher na esfera doméstica, momento no qual a problemática em questão começa a ganhar visibilidade (SANTOS, 2008).

Assim, começou-se a questionar o que seria o público e, conseqüentemente, de interesse político, e o que seria a garantia da privacidade do indivíduo. Nesse contexto, as feministas chamavam a atenção para o ambiente doméstico a fim de escancarar as barbaridades às quais diversas mulheres eram expostas diariamente, simplesmente por sua condição de ser mulher, vista como propriedade do homem (SANTOS, 2008).

Os questionamentos feitos eram acerca da falta de intervenção do Estado nos diversos crimes ocorridos na esfera doméstica e até onde o ambiente privado poderia ser isento dessa interposição. A partir dessa problemática surgiram discussões sobre a dicotomia público/privado, pois já que o que ocorre no ambiente privado impacta na integridade física e psicológica de uma cidadã, então as políticas

criadas pelo Estado, assim como a aplicação de suas leis, devem abranger tal esfera. Dessa forma, segundo Santos (2008), a luta do Movimento Feminista, nessa segunda fase, visa publicizar o que acontece no âmbito doméstico, transformando-o em interesse político.

A compreensão da violência doméstica enquanto questão política só é possível quando esta passa a ocupar o espaço público, pois é neste espaço que os indivíduos partilham os problemas, podendo assim ter uma compreensão política da problemática encaminhada pelo movimento feminista. (SANTOS, 2008, p.18)

Apesar da violência doméstica ser amplamente denunciada pelo Movimento Feminista, no Brasil, apenas a partir da década de 70 o tema passou a ter visibilidade. No entanto, foi na Assembléia Constituinte de 1988 que se criou abertura para a elaboração de políticas voltadas à mulher, sendo uma das primeiras, e mais conhecidas, atualmente, a rede de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (SANTOS, 2008).

Desde então, a temática de proteção à mulher passou a ser uma pasta comum dos governos. Assim, é perceptível a relevância do movimento feminista para a publicização e politização da violência doméstica contra a mulher. Ademais, como fruto das reivindicações durante todo o século XX, foram realizadas no Brasil algumas convenções que culminaram nas atuais políticas e práticas voltadas para as mulheres, conforme o Quadro 01.

Quadro 01: Síntese de políticas criadas para mulheres do final do século XX até o século XXI.

Ano	Política implementada
1979	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
1980 e 1990	Centros de Referência e Casas Abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica; Delegacias Especializadas de Defesa dos Direitos da Mulher
1990	Programas e Projetos de Atendimento as Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual e Exploração Sexual Infantil
1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher

1998	“Ministério da Saúde passa a reconhecer a violência doméstica como um problema de saúde pública” (SANTOS, 2008,p.14)
2002	Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes criado pelo Ministério da Saúde
2003	Criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres
2004	I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres que resultou no Plano Nacional de Políticas para Mulheres
2006	Lei Maria da Penha, Lei Nº 11.340; criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; alteração do Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal em favor da mulher
2007	II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres que resultou no Plano Nacional de Políticas para Mulheres II (PNPM)
2010	Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres passa a ser ministério
2012	Criação da Coordenação Geral da Diversidade com o intuito de implementar políticas públicas para mulheres negras, indígenas, idosas, com deficiência, jovens e lésbicas
2013	Revisão do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015); Criação da Emenda Constitucional nº487, a “PEC das domésticas”

Fonte: SANTOS, 2008.

2.3 Dados da violência contra a mulher no Brasil

A partir da Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015, a qual, dentre outras coisas, alterou o art. 121, do Código Penal Brasileiro, passou a ser considerado feminicídio a violência letal perpetrada:

- VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino
- § 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:
 - I - violência doméstica e familiar;
 - II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Segundo Waiselfisz (2015), o Brasil ocupou em 2013 a 5ª posição de países onde ocorrem mais homicídios de mulheres no mundo, com uma taxa² de 4,8 ficando atrás apenas de El Salvador (1º), Colômbia (2º), Guatemala (3º) e Federação Russa (4º).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 os feminicídios contabilizados em números absolutos no país entre 2016 e 2018³ demonstram um crescimento. Em 2016⁴ era de 929 casos contra 1151 no ano de 2017⁵ e 1206 no ano de 2018. Dessa maneira, houve um aumento de 62,7% nos casos de feminicídio desde que a Lei Nº 13.104 entrou em vigor, em 2015. Além disso, entre 2018 e 2019 houve um aumento de 5,7% na taxa de lesão corporal dolosa referente especificamente à violência doméstica, indicando o contínuo aumento nos número de vitimização de mulheres (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Além da questão do gênero, os números de mortes de mulheres variam de acordo com fatores sociais e raciais. A partir da análise de alguns casos de feminicídio, o 13º Anuário de Segurança Pública (2019) traçou o perfil das vítimas no país (Figura 01).

² A taxa considera os homicídios por 100 mil mulheres.

³ Não foi possível contabilizar os índices de anos anteriores, pois a lei que define feminicídio só foi criada em 2015 e implementada em 2016.

⁴ Dados atualizados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 11 , 2017.

⁵ Dados atualizados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 12 , 2018.

Figura 01: Vítimas de feminicídio por raça/cor e escolaridade no Brasil entre 2017 e 2018

GRÁFICO 1: VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, POR RAÇA/COR. BRASIL, 2017-2018.

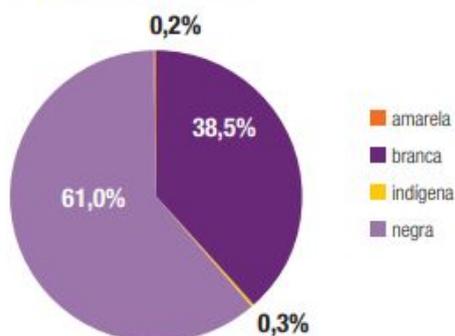
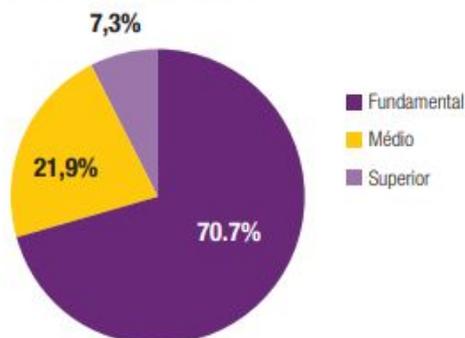


GRÁFICO 2: VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, POR ESCOLARIDADE. BRASIL, 2017-2018.



Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Levando em consideração esses dados e relacionando-os com o conceito de interseccionalidade, entende-se que os fatores “racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p.14) são categorias de análise indissociáveis, onde mulheres negras e pobres são mais afetadas pelas desigualdades por causa da sobreposição dessas condições de classe, cor e gênero/sexualidade.

A partir dessa conceituação, ao observar a Figura 01, compreende-se que, apesar da violência estar presente em diversos ambientes e classes sociais, existe um agravante quando se trata de mulheres negras de baixa escolaridade e renda, como consequência da pobreza geracional associada ao racismo e ao sexismo estrutural. Sendo assim, as políticas públicas devem ser aplicadas com uma maior atenção para esse grupo.

Ademais, observa-se na Figura 02 que o maior número de feminicídios está no grupo de mulheres em idade reprodutiva, principalmente as que têm entre 20 e 29, e 30 e 39 anos.

Figura 02: Vítimas de feminicídio por faixa etária no Brasil entre 2017 e 2018.

GRÁFICO 3: VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, POR FAIXA ETÁRIA. BRASIL, 2017-2018.



Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Além desses dados que traçam o perfil das vítimas, é importante entender o contexto no qual ocorre a violência contra a mulher. O Anuário de Segurança de 2019 identifica que 88,8% das vítimas de feminicídio tiveram como algozes os seus companheiros ou ex-companheiros, muitas vezes, pais dos seus filhos. Além disso, o local da morte, na maioria dos casos analisados, ocorreu dentro de uma residência, nos levando a concluir que a maioria dos feminicídios são perpetrados por pessoas do convívio íntimo da mulher, reafirmando assim, o que está exposto nas teorias feministas: o homem necessita exercer poder sobre o corpo da mulher e, para tal, utiliza a violência (Figura 03).

Figura 03: Vítimas de feminicídio por vínculo com o autor e local da morte no Brasil entre 2017 e 2018

GRÁFICO 5: VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, POR VÍNCULO COM O AUTOR. BRASIL, 2017-2018.

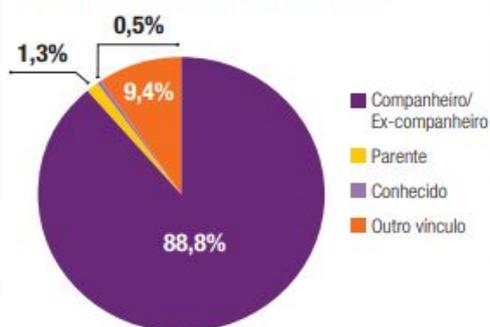
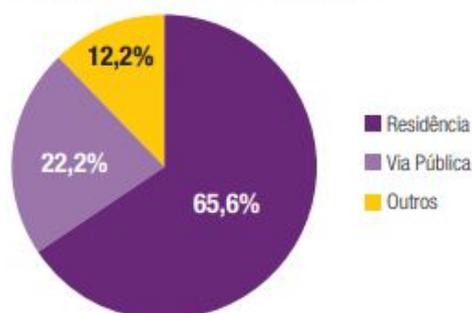


GRÁFICO 6: VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, POR LOCAL DA MORTE. BRASIL, 2017-2018.



Fonte: 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Um indicativo importante de que a violência contra a mulher começa dentro do seu lar é o aumento no número de casos de feminicídio durante a pandemia de COVID-19, onde se fez necessário o isolamento social. Segundo a Nota Técnica⁶ do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), nos estados analisados⁷, apenas entre março e abril de 2020 os casos de feminicídio cresceram 22,2% em relação ao mesmo período do ano de 2019. Em contrapartida, houve uma diminuição no percentual dos registros de violência doméstica (lesão corporal dolosa) em 25,5% no mesmo período em comparação ao ano de 2019.

Esses dados indicam que apesar da diminuição do registro de ocorrências em delegacias, há um aumento na violência doméstica durante o período de isolamento social, porém as vítimas possuem mais dificuldade em denunciar (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Dessa forma, apesar do índice de violência contra a mulher ter aumentado, houve uma diminuição na contabilização de casos.

Há de se levar em consideração ainda que o maior percentual de vítimas são de negras com baixa escolaridade, que é o perfil das populações de menor poder aquisitivo, o que pode ser um fator dificultoso para denúncias por vias digitais e canais telefônicos, já que essas mulheres podem ter menos acesso a essas tecnologias.

Diante desta perspectiva, é possível perceber ainda maior necessidade de investimento em programas governamentais que possam facilitar o afastamento da mulher do ambiente onde convive com seu agressor. Segundo Pimentel e Martins (2020), no Anuário do Fórum de Segurança Pública de 2020, alguns países criaram alternativas para facilitar as denúncias criando pontos de atendimento em mercados e farmácias, enquanto o Brasil deu maior foco à veiculação de propagandas de estímulo às denúncias. Esse tipo de medida não demonstra eficácia imediata, ainda mais em um cenário onde a vítima precisa cumprir o isolamento social, mas não há uma rede de abrigo consistente, ou nem mesmo abrigos temporários que

⁶ Nota técnica de Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19 - Ed.02, publicada no mês de maio de 2020.

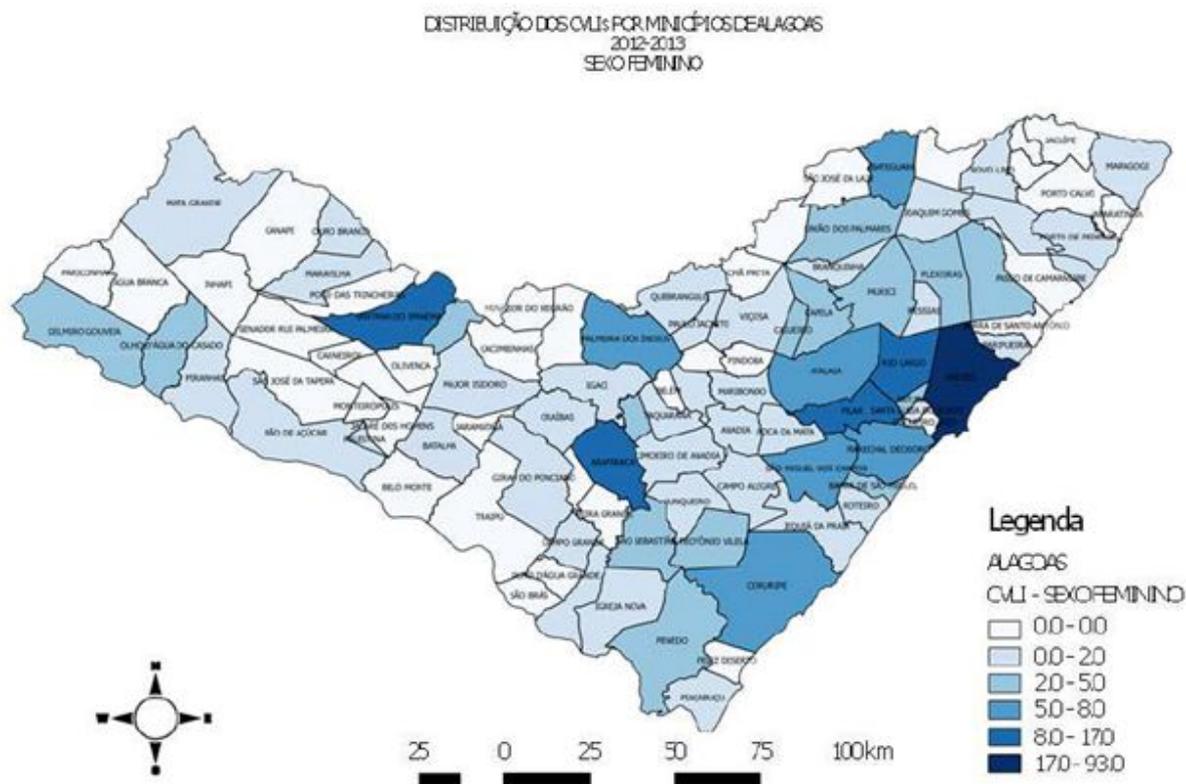
⁷ Foram colhidos dados de 12 Unidades da Federação: Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

poderiam ser criados para o uso durante o período de pandemia (PIMENTEL; MARTINS, 2020).

2.4 Dados de violência contra a mulher em Alagoas

O estado de Alagoas localiza-se na região nordeste do país e é composto por 102 municípios, e uma população de 3.337.357 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2019. A Região Metropolitana de Maceió (RMM)⁸ é composta por 13 municípios, estes concentram altas taxas de homicídios de mulheres, e a capital Maceió tem o maior índice em números absolutos (Figura 04).

Figura 04: Mapa com taxa de homicídio de mulheres em Alagoas entre 2012 e 2013 (números absolutos)



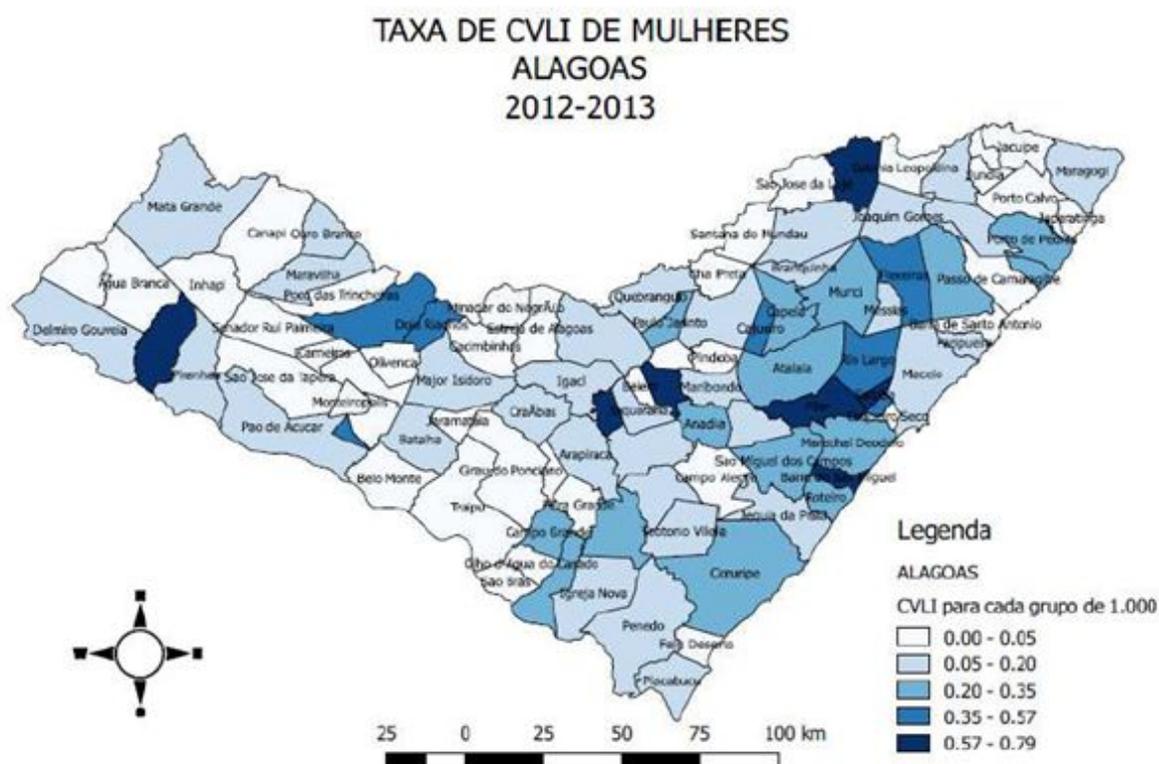
Fonte: LIMA, 2018.

No entanto, ao analisar as taxas de homicídios de mulheres para cada mil habitantes nesse mesmo recorte (2012 e 2013), observa-se que a capital passa a ter uma taxa de CVLI menor que alguns municípios do interior do estado e da região

⁸ Composta por 13 municípios: Barra de Santo Antônio, Paripueira, Maceió, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte, Satuba, Rio Largo, Messias, Murici, Atalaia, Pilar, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel.

metropolitana (Figura 05). Sendo assim, apesar da capital Maceió possuir um maior número de habitantes, os municípios mais violentos para mulheres são: Tanque D'Arca, Coité do Nóia, Ibateguara, Olho d'Água do Casado, Pilar, Satuba e Barra de São Miguel.

Figura 05: Mapa com taxa de homicídio de mulheres em Alagoas entre 2012 e 2013 a cada 1.000 habitantes



Fonte: LIMA, 2018.

Para a análise do cenário atual da violência contra a mulher em Alagoas, foram coletados dados oficiais de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) de mulheres na Secretaria do Estado de Segurança Pública (SSP/AL) e comparados com os mesmos índices de mortalidade masculina. No Quadro 01, verifica-se a taxa de CVLI de homens e mulheres em Alagoas entre 2012 e 2019.

Quadro 02: Crimes Violentos Letais e Intencionais por Sexo em Alagoas de 2012 a 2019.

Ano	Feminino (%)	Masculino (%)	Sem informação (%)
2012	6,54	93,41	0.05
2013	6,46	93,54	-
2014	6,1	93,9	-
2015	5,3	94,7	-
2016	5,0	95,0	-
2017	5,9	94,1	-
2018	4,5	95,5	-
2019	7,6	92,4	-

Fonte: Elaboração própria com base nos Boletins Anuais de Estatística Criminal da Secretaria de Estado de Segurança Pública, do estado de Alagoas.

Constata-se no Quadro 02 que as taxas de CVLI do sexo masculino não foram menores que 93% do total de crimes desde 2012, tendo aumentado a cada ano. Os altos índices de mortalidade masculina, segundo as teorias feministas, se dão pela construção da masculinidade da forma como existe atualmente, se utilizando da violência para garantir a dominação do seu espaço. Sobre isso, Lima (2018, p.83) observa: “conforme pesquisas desenvolvidas no bojo da criminologia feminista, demonstra uma forte relação entre a violência e a construção vigente das masculinidades”.

Ao observarmos os índices de CVLI de mulheres entre 2012 e 2019, nos dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, não é possível identificar de forma exata se esses crimes foram cometidos em razão do gênero. No entanto, em outros percentuais apresentados nos mesmos Boletins Anuais de Estatística Criminal é nítido o aumento no índice de mortes letais ocorridas dentro do ambiente doméstico ou em suas imediações, o que geralmente está atrelado à violência doméstica e, destarte, à violência de gênero contra mulheres (Quadro 03).

Quadro 03: Crimes Violentos Letais e Intencionais por Ambiente em Alagoas de 2012 a 2019.

Ano	Vias e locais públicos (%)	Casa ou imediações (%)	Locais ermos (%)	Outros locais (%)	Sem informações (%)
2012	59,47	29,46	7,55	3,52	-
2013	60,97	33,36	4,34	1,33	-
2014	58,4	36,4	3,6	1,6	-
2015	52,2	40,4	4,35	2,2	-
2016	54,7	39,8	3,4	2,1	-
2017	50,5	41,6	6,8	0,1	-
2018	41,7	49,6	5,9	0,1	2,7
2019	45,0	44,6	8,1	2,2	0,1

Fonte: Elaboração própria com base nos Boletins Anuais de Estatística Criminal da Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado de Alagoas.

Estes dados dão suporte ao que alguns estudiosos da temática afirmam: os crimes ocorridos no âmbito doméstico, em razão das construções sociais de gênero, são perpetrados contra indivíduos do sexo feminino, já a morte de homens está relacionada à violência urbana.

Para as mulheres, a morte e/ou violência sofrida estão relacionadas à vida privada e, em geral, são cometidas por pessoas próximas, inclusive por parceiros íntimos. Já no caso dos homens, a morte e/ou violência acontecem nas ruas, nos espaços públicos, e estão relacionadas a violência urbana, e são cometidas por pessoas com as quais não possuem vínculos. (SILVA et al., 2016, p.7)

Sendo assim, podemos interpretar que o percentual crescente de homicídios ocorridos em “casa ou imediações” (Quadro 03) está diretamente relacionado a um aumento no índice de violência doméstica contra a mulher no estado de Alagoas. Em 2012 a taxa estava em 29,46%, porém, houve um crescimento a cada ano, chegando em 2018 com 49,6% de crimes violentos letais ocorridos dentro ou próximo do ambiente doméstico.

De acordo com as tabelas elaboradas por Lima (2018), é evidente a maior incidência de homicídio doloso de mulheres⁹, porém as mortes de homens em todas as suas tipificações apresentadas demonstram números mais elevados (Figuras 06 e 07).

Figura 06: Número de homicídios de mulheres por tipificação em Alagoas entre 2012 e 2017.

Subjetividade Complementar - sexo feminino Alagoas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Estupro com Resultado Morte	2	6	2	2			12
Feminicídio ³⁸				9	36	32	77
Homicídio Doloso	135	133	124	78	54	74	598
Infanticídio				1			1
Lesão Corporal Seguida de Morte	3		5	1	1	3	13
Resistência com Resultado Morte			1	3			4
Roubo com Resultado Morte	7	8	1	2	3	5	26

Fonte: LIMA, 2018, p.84

Figura 07: Número de homicídios de homens por tipificação em Alagoas entre 2012 e 2017.

Subjetividade Complementar - sexo masculino Alagoas	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Estupro com Resultado Morte				1			1
Homicídio Doloso	1.933	2.015	1.930	1.556	1.607	1.596	10.531
Infanticídio				1			1
Lesão Corporal Seguida de Morte	16	11	8	7	8	16	66
Resistência com Resultado Morte	27	29	69	98	111	139	473
Roubo com Resultado Morte	89	72	60	53	58	53	385

Fonte: LIMA, 2018, p.84

Dessa forma, os dados constantes nas tabelas com base nos levantamentos da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas (SSP/AL), corroboram com o que afirmam os diversos estudos sobre violência de gênero: os números de homicídios de homens são alarmantes e visivelmente estão atrelados à violência urbana, enquanto os tipos de crimes perpetrados contra mulheres podem, também, acontecer no ambiente privado, como feminicídio e estupro seguido de morte.

Um forte indicativo de que mulheres são mais suscetíveis à violência de gênero no estado de Alagoas é a diferença entre o número de homens e mulheres

⁹ É importante levar em consideração que a lei que define feminicídio só foi promulgada em 2015, levando à tipificação de alguns crimes ocorridos nos anos anteriores como homicídio doloso.

que sofreram crime sexual, especificamente o estupro resultando em morte. Enquanto 77 mulheres foram vítimas desse tipo de crime entre 2012 e 2017, apenas 1 homem sofreu o mesmo. No entanto, a quantidade de mulheres que sofreram esse tipo de crime pode ser ainda maior do que o que demonstra a tabela, já que a partir de 2015 todos os casos de estupro seguido de morte passaram a ser enquadrados como feminicídio.

Além do fator gênero, sabe-se que a maioria dos feminicídios é perpetrado contra mulheres negras ou pardas. Quanto a isso, o Atlas da Violência de 2020 identificou que em Alagoas, no ano de 2018, a vitimização de mulheres negras¹⁰ chegou a 94,8% de todos os assassinatos com vítimas femininas contra 5,2% de assassinatos de mulheres brancas, uma diferença em números absolutos de 7 vezes mais mortes de mulheres negras.

Assim como os percentuais referentes ao país, nota-se uma disparidade nos números de assassinatos de mulheres brancas e negras, reafirmando um estigma histórico que atinge essa população em todos os âmbitos. O fato de ser mulher já traz diversas dificuldades frente à sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, e a posição de pessoa negra envolve outras questões referentes ao racismo estrutural que reforçam ainda mais os desafios diários que essas mulheres precisam enfrentar.

Sendo assim, apesar da vitimização de mulheres em favor do gênero ocorrer para todas as classes sociais e níveis de escolaridade, os números evidenciam que as maiores vítimas de feminicídio, tanto no país, quanto no estado de Alagoas, são mulheres negras, de baixa escolaridade e renda.

2.5 Ser mulher em Maceió

O município de Maceió é a capital do estado de Alagoas e está localizado na região nordeste do país. A sua população é de 1.018.948 habitantes, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2019. O índice de desenvolvimento humano em 2010 era de 0,721 no geral; da população negra chegou a 0,69 e dos brancos 0,771.

¹⁰ O Atlas da Violência de 2020 considerou nesse dado a classificação de raça e cor utilizada pelo IBGE, onde “negras” são mulheres negras e pardas e “brancas” são mulheres brancas, amarelas e indígenas.

O bairro de Maceió com maior número de vitimização¹¹ de mulheres é o Pontal da Barra, seguido de Garça Torta, Jaraguá, Pescaria e Fernão Velho. Já nas cinco últimas posições encontram-se, respectivamente: Poço, Ponta Grossa, Serraria, Vergel do Lago e Jatiúca (LIMA, 2018).

Visto que estes são os bairros onde foram registradas mais vitimizações femininas, e tendo como premissa que esses assassinatos ocorrem dentro ou nas imediações da casa da vítima, percebe-se a existência de uma conexão entre a localização e a maior opressão à mulher, a qual pode culminar em violência. Considerando que os bairros mais violentos para mulheres citados anteriormente são periféricos ou possuem assentamentos subnormais, é possível concluir que os bairros mais violentos da capital são também aqueles onde há territórios de pobreza urbana: “No geral, a relação com a geomorfologia, torna a segregação social ainda mais visível em Maceió” (PAULA; ARAÚJO, 2019, p.6).

Em uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019), em que estruturalmente os negros ocupam os territórios de pobreza, isto demonstra o fato de além das mulheres mais atingidas por esse tipo de violência serem pobres, são também negras.

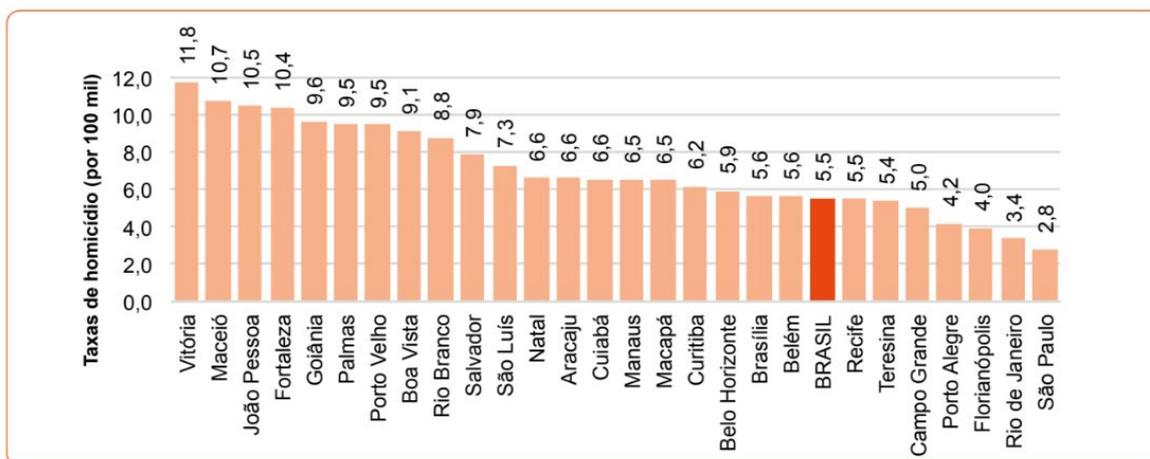
[...] mulheres negras, que são a maior parte da população mais pobre, e sobre as quais incidem diversas cargas de opressão, se mostram como um grupo que necessita de atenção no sentido de pensar políticas públicas e ações que garantam o direito à cidade, infraestrutura básica e condições de moradia de qualidade (PAULA; ARAÚJO, 2019, p.6)

Segundo Waiselfisz (2015), no Mapa da Violência de 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, Maceió foi considerada a segunda capital do país mais violenta para mulheres. A taxa chegou à 10,7 mulheres assassinadas para cada 100 mil¹², mais que o dobro do percentual do país, perdendo apenas para Vitória/ES (Figura 08). Esse número é considerado alto em comparação com a média mundial que é de 2 assassinatos de mulheres para cada 100 mil habitantes mulheres. Além disso, ficou na 7ª posição das capitais com maior crescimento da taxa de homicídio de mulheres, com 100,5% no decênio de 2003 a 2013.

¹¹ Lima (2018) calculou o número de vitimizações femininas nos anos de 2012 e 2013 para cada 1.000 pessoas, tendo como base os dados demográficos do Censo do IBGE de 2010.

¹² A taxa considera os homicídios por 100 mil mulheres.

Figura 08: Taxa de homicídios de mulheres (por 100 mil) nas capitais no ano de 2013.



Fonte: WAISELFISZ, 2015.

As tipificações dos crimes mostram números diferentes para homens e mulheres no estado de Alagoas. Analisando os dados de tipificação de CVLI em Maceió, nota-se que, assim como no restante do estado, os assassinatos de mulheres ocorrem por motivações diferentes dos assassinatos de homens (Figura 09).

Figura 09: Ranking com percentual das principais razões de vitimização para cada sexo em Maceió-AL.

	Subjetividade Sexo feminino	%		Subjetividade Sexo masculino	%
1º	Homicídio Doloso/ feminicídio	91,02	1º	Homicídio Doloso	91,39
2º	Roubo com resultado morte	3,41	2º	Resistência com resultado morte	5,36
3º	Lesão corporal seguida de morte	2,13	3º	Roubo com resultado morte	2,80
4º	Estupro com resultado morte	2,13 ⁴⁶	4º	Lesão corporal seguida de morte	0,43
5º	Resistência com resultado morte	1,28			

Fonte: LIMA, 2018, p.91.

A maior causa de morte de mulheres por subjetividade é homicídio doloso ou feminicídio, em 91,02% dos casos, em segundo lugar está o roubo seguido de morte com 3,41% e, por último, resistência com resultado em morte com 1,28%. Enquanto a maioria dos assassinatos de homens é por homicídio doloso com 91,39% dos casos, ficando em segundo lugar a resistência com resultado em morte com 5,36%.

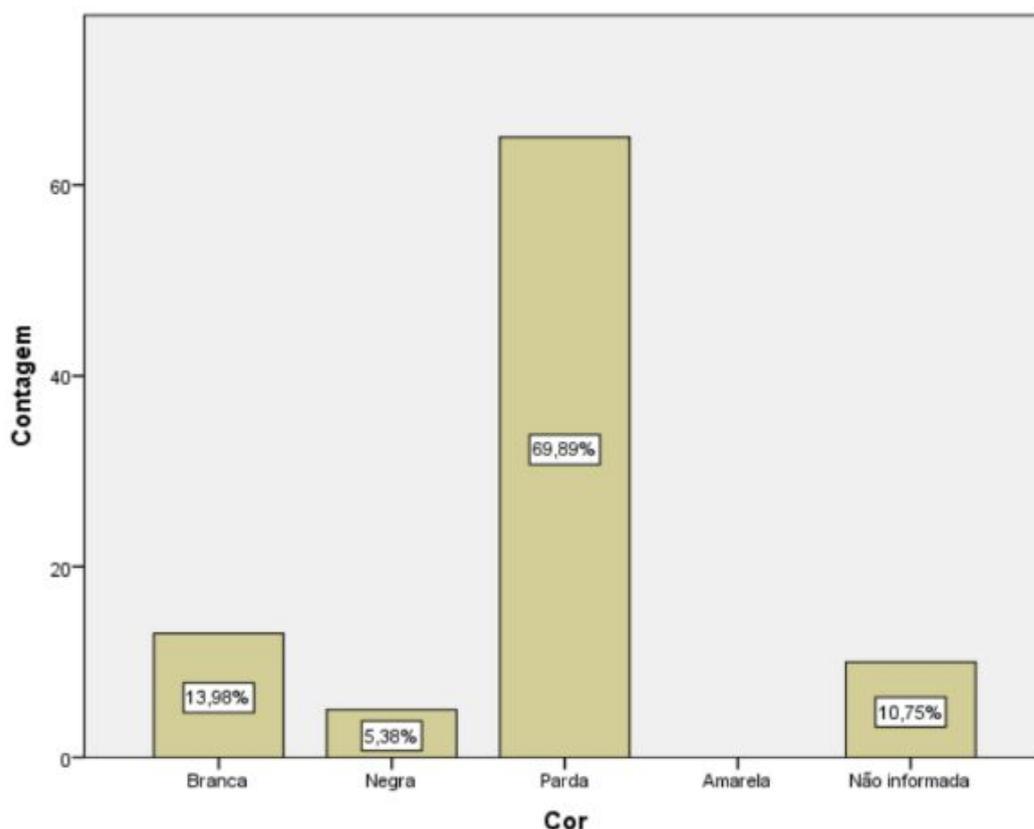
Segundo Lima (2018), em análise de um recorte de CVLIs com vítimas femininas em Maceió-AL em 2012 e 2013, a maioria dos locais públicos em que mulheres são assassinadas é “próximo de casa” em 41,67% dos casos, seguido da “calçada” com 20,83% dos casos, enquanto nos ambientes privados, a maior incidência de crimes letais contra mulheres é na “casa da vítima” em 77,42% dos casos, seguido de “casa do indiciado” em 6,45% das situações. Em consonância com o que foi posto nos itens anteriores sobre as teorias feministas, Lima (2018) identifica também em sua pesquisa:

Outro dado que pode consolidar a hipótese da domesticidade da violência contra as mulheres é o grande percentual de crimes sem testemunhas (54,8%) e a grande quantidade de registros em que foi possível identificar que a vítima tinha algum vínculo com o acusado ou o conhecia (39,78%). Destaca-se ainda 3,2% tinham filhos com o acusado. (LIMA, 2018, p.102)

Outro dado importante para traçar o perfil¹³ das mulheres assassinadas em Maceió é considerar as questões relacionadas à cor da pele. Assim como em todo o país, a maior taxa de vitimização está entre as mulheres não brancas (Figura 10).

¹³ A autora encontrou dificuldade em identificar alguns aspectos do perfil das mulheres vitimadas, em sua amostra. Segundo esta, algumas informações não foram documentadas pelos agentes responsáveis, como escolaridade, profissão e vínculo com o acusado do crime, gerando uma alta taxa de dados não informados.

Figura 10: Porcentagem de vitimização letal de mulheres em Maceió por raça entre 2012 e 2013.



Fonte: LIMA, 2018.

Lima (2018) conclui também que, dos casos em que foi possível o recolhimento dessa informação, 19,4% das vítimas tinham filhos, dentre esses, 3,2% eram filhos da vítima com seu agressor. Além disso, 26,88% eram solteiras, seguido de 8,6% de mulheres em união estável. A maioria possui apenas o ensino fundamental completo, em 10,75% dos casos, e apenas 1,8% foram identificadas como possuindo ensino superior, e a maioria tinha emprego (10,75%): “Assim, em síntese, o perfil construído a partir das vítimas [de CVLI em Maceió entre 2012 e 2013] cujas características puderam ser avaliadas foi o seguinte: jovem (em média com 23 anos), baixa escolaridade, com atividade remunerada, solteira, sem antecedentes e parda” (LIMA, 2018, p.117).

Diante do exposto, fica claro que a posição do estado de Alagoas, e mais especificamente da cidade de Maceió, é preocupante no que diz respeito à segurança de mulheres de todas as raças, escolaridades e classes sociais, mas

principalmente ao grupo das mais vitimadas — negras ou pardas, de baixa escolaridade e renda. Apesar do problema remeter às questões de gênero enraizadas na sociedade ao longo da história, o Estado Brasileiro já reconheceu que existe esse tipo de vitimização e que é responsável por criar e implementar medidas que minimizem os efeitos negativos das relações patriarcais de gênero, além de assegurar a integridade das cidadãs mulheres. Para tanto, constata-se que na cidade de Maceió ainda existe a necessidade de implementação de políticas públicas que visem a diminuição dos números de feminicídio.

3. A CASA ABRIGO: DEFINIÇÕES E REPERTÓRIO

Neste capítulo será discorrido sobre o histórico da Casa Abrigo no Brasil, além de suas definições e estruturação. Ademais, será construído um repertório arquitetônico a partir de estudos de caso de abrigos para mulheres existentes em alguns países do mundo, cada uma com suas particularidades em função das necessidades dos usuários e possibilidades construtivas locais.

Nesse contexto, os projetos escolhidos para análise são exclusivamente internacionais porque foram os poucos desta tipologia encontrados que traziam como conceito a cultura e elementos construtivos locais como ponto crucial. Ao final das análises, um quadro síntese será apresentado com os pontos positivos e negativos de cada projeto e como esse repertório pode contribuir para a proposta arquitetônica da Casa Abrigo em Maceió.

3.1 A Casa Abrigo e as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento

A Casa Abrigo é uma instituição pública de apoio e acolhimento para mulheres “em situação de violência sob grave ameaça e risco de morte” (Diretrizes Nacionais para o Abrigamento, 2011) que integra a Rede de Atendimento à Mulher e tem o objetivo de afastá-las de seus agressores, a fim de proteger sua integridade física e psicológica e a de seus filhos. No abrigo, a mulher recebe todo o apoio necessário para ter sua vida e a de seus dependentes preservadas. A estadia é por tempo limitado, geralmente tem um prazo de 90 a 180 dias.

A primeira instituição desse tipo foi fundada no Brasil em 1986, no estado de São Paulo. Logo após, em 1990 e 1991, surgiram casas abrigo em Santo André e Nazareth, no mesmo estado. Posteriormente, em 1992, foram criadas outras casas no Rio Grande do Sul, bem como no Ceará, e em 1996 no Distrito Federal (Diretrizes Nacionais para o Abrigamento, 2011).

Segundo Amorim (2015), no Brasil, essas instituições passaram por um “processo de inconsistência da política de abrigamento”, com abertura e fechamento das casas que dificultou a sua consolidação e, conseqüentemente, o pronto atendimento às mulheres vítimas, diferente das Delegacias de Defesa da Mulher, que seguiram um processo linear de crescimento.

Com o passar dos anos, ao longo das discussões acerca do abrigamento para mulheres ameaçadas, foi lançado em 2007 o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O seu conteúdo traz cinco eixos estruturantes para o gerenciamento das casas abrigo, são eles:

1. As casas-abrigo¹⁴ devem ser **vinculadas** ao serviço de assistência social;
2. Para garantir a segurança e melhor funcionamento do serviço, as casas-abrigo devem ser criadas através de uma lei — para a “**Institucionalização**” do serviço — que determine parcerias “por meio de instrumentos administrativos e legais”;
3. Parceria permanente com os serviços de **Segurança Pública**, a fim de resguardar a integridade física dos usuários e profissionais;
4. **Sigilo**: Tem sido utilizado nas políticas atuais de abrigamento, mas a cartilha de Diretrizes para o Abrigamento deixa em aberto a discussão sobre a prática, visando buscar um aprimoramento do atendimento. Tendo em vista a dificuldade de manter em sigilo a localização da instituição, é necessário por várias vezes mudar de endereço;
5. No **pós-abrigamento**, a situação da mulher deve continuar sendo acompanhada pelo Centro de Referência ou Centro Especializado de Referência de Assistência Social (CREAS). Nesta fase, devem ser articulados meios para que a mulher pós-abrigada tenha acesso à habitação e emprego.

A cartilha de Diretrizes para o Abrigamento traz algumas definições da Casa Abrigo e seu funcionamento e a compara com a Casa de Acolhimento, que também é um tipo de política de abrigamento, embora que por menor tempo (Figura 11).

¹⁴ No documento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de 2007 o termo casa abrigo está escrito com hífen (casa-abrigo), mas não foi encontrado consenso na escrita da palavra nos diversos documentos analisados pela autora, por isso, para fins deste trabalho preferiu-se escrever a palavra sem este.

Figura 11: Tabela com as principais diferenças entre a Casa Abrigo e a Casa de Passagem.

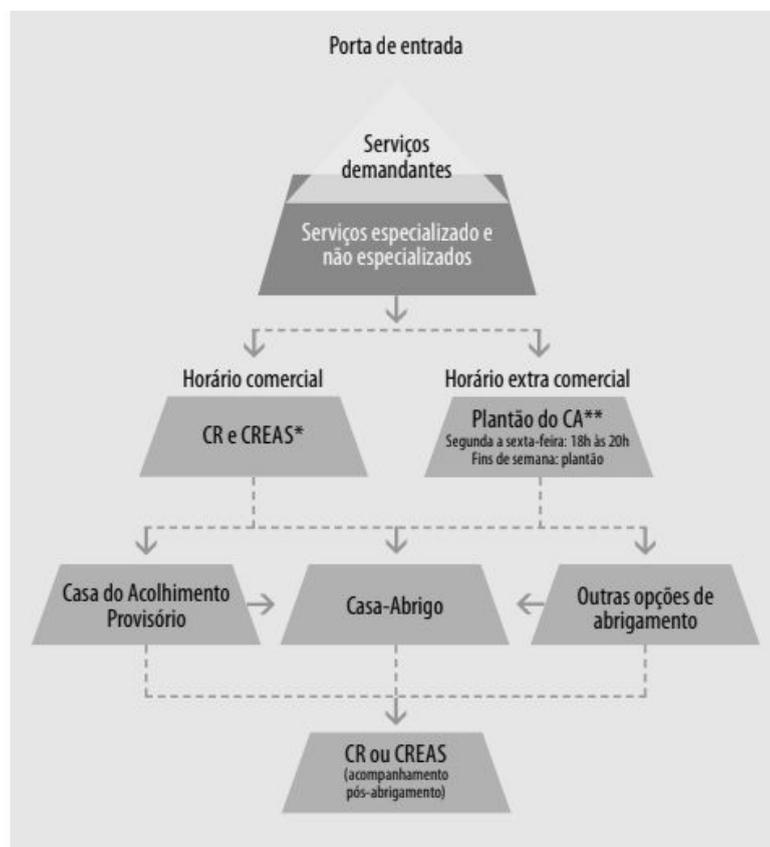
Características	Casa-Abrigo	Casa de Acolhimento
Nomenclatura na tipificação sócio-assistencial	Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência (Resolução CNAS nº 109/2009).	Serviço não incorporado aos serviços sócio-assistenciais.
Natureza	Serviço público , de longa duração (de 90 a 180 dias) e, em geral, sigiloso.	Serviço público , de curta duração (até 15 dias) e não-sigiloso.
Público-alvo	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).	Mulheres em situação de violência de gênero (em especial da doméstica e familiar e vítimas do tráfico de pessoas), que não estejam sob risco de morte (acompanhadas ou não de seus filhos/as).
Objetivo do Serviço	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima.	- Garantir a integridade física e emocional das mulheres; - Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos necessários.

Fonte: Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, 2011.

Como se observa na figura acima, a casa de acolhimento é um tipo de suporte que pode ser oferecido à vítima de violência doméstica como alternativa, mas não pode substituir a Casa Abrigo devido ao nível de segurança que esta segunda oferece. Tal segurança decorre do fato de que algumas vítimas negam os atos praticados por seus companheiros contra elas, objetivando, muitas vezes, proteger esses agressores. Assim, para encaminhar a mulher ao abrigo é necessário avaliar a sua situação levando em consideração o tipo de risco que está correndo, só assim sendo possível determinar qual tipo de instituição é mais adequada para recebê-la.

A fim de padronizar e melhorar o atendimento, a Cartilha de Diretrizes Nacionais de Abrigamento possui um fluxograma que pode ser seguido (Figura 12).

Figura 12: Fluxograma de atendimento para o abrigamento de mulheres vítimas de violência.



Fonte: Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, 2011

A Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres¹⁵, publicou um Termo de Referência (2007) que define como deve ser a criação e gerenciamento de Casas Abrigo e Centros de Referência. Nesse termo, fica definido que os objetivos específicos de uma Casa Abrigo devem ser:

1. Oferecer abrigamento temporário e promover atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos de menor idade, em especial nas áreas psicológica, social e jurídica;
2. Promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa-Abrigo, programas de saúde, emprego e renda, moradia, creches, profissionalização, entre outros, fortalecendo a rede de atendimento.
3. Prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los;

¹⁵ Atualmente foi incorporado ao Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

4. Proporcionar ambiente e atividades propícias para que as mulheres possam exercitar sua autonomia e recuperar sua auto-estima (BRASIL, 2007).

Apesar dessas premissas, estudos do funcionamento de algumas casas abrigo no Brasil constataram que esses princípios nem sempre são seguidos por consequência da priorização do sigilo do abrigo e falta de humanização no atendimento. Essas questões trouxeram à tona a discussão sobre a necessidade desse sigilo e o sexismo institucionalizado, que culpabiliza a vítima, se tornando uma das dificuldades de aprimoramento e reconhecimento dessa política.

3.2 As dificuldade da Casa Abrigo no Brasil

A primeira instituição que a mulher procura ao criar a consciência de que sofre perigo de morte iminente é a Delegacia de Defesa da Mulher, demonstrando a importância desse serviço para que aquela se sinta segura ao denunciar seu agressor (AMORIM, 2015). Isso acontece pelo fato das políticas de enfrentamento à violência doméstica serem, durante anos, ligadas à Delegacia e ao seu fortalecimento ao longo dos anos, desde sua criação na década de 1980.

Ainda segundo Amorim (2015, p.41), o “sexismo institucionalizado” foi empecilho para que o Estado se responsabilizasse inicialmente pelos custos com essas instituições, sendo necessário que as casas abrigo contassem com apoio comunitário, usufruindo de pouco suporte do governo.

Devido às dificuldades de consolidação das casas abrigo no país, existe pouco conhecimento da sociedade sobre sua atuação como instrumento de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher (AMORIM, 2015). Contudo, sua importância para tal fim é inquestionável, pois, possibilita assegurar a integridade física da mulher enquanto são tomadas as medidas necessárias para que ela consiga voltar a participar do convívio familiar e social com segurança.

Além disso, a institucionalização sexista provoca diversos problemas de inadequação ao atendimento das vítimas de violência, dentre esses, Amorim (2015) denuncia a falta de mobilização dos funcionários para auxiliar na reconstrução da identidade e empoderamento de cada mulher, a falta de consciência dos

profissionais sobre as questões de gênero e a morosidade da ação do Estado para pôr em prática os instrumentos de apoio que auxiliam no pós-abrigamento.

As casas abrigo deveriam atuar no sentido de desconstruir o gênero, mas em suas entrevistas com mulheres pós-abrigadas, Amorim identificou uma reprodução sexista dentro do abrigo no tratamento das funcionárias com as crianças: “[...] colocavam as “tia” como cuidadoras parentais e não como profissionais, educadoras ou recreadoras” (AMORIM, 2015, p.122). Isso se mostra prejudicial por contribuir para o ciclo de gênero (SANTOS, 2008), onde a mulher tem apenas o papel de nutriz, enquanto essas profissionais deveriam ser reconhecidas como tal, e não criar uma ligação parental com os usuários do abrigo.

Outra situação sensível identificada neste estudo é a delimitação da privacidade e a despersonalização das abrigadas no ato de recolher todos os seus objetos pessoais, controlando até mesmo quando as mulheres fumantes poderiam utilizar seus cigarros.

Parece-nos desnecessárias tais medidas, uma vez que os objetos pessoais compõem o conjunto de elementos que identificam e individualizam os/as sujeitos/as e o tabagismo deve ser enfrentado como problema de saúde, cujo tratamento perpassa pelo convencimento da pessoa usuária e não por imposição do controle. Tais medidas parecem ir de encontro ao que observam as diretrizes nacional de abrigo da SPM (2011, p. 17), ao observar que o abrigo deve perseguir os princípios do PNPM, dentre os quais consta a “Autonomia das mulheres – o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país (AMORIM, 2015, p.130).

Como consequência do controle exacerbado sobre os objetos pessoais, a comunicação com a família, a ausência de atividades que estimulem o empoderamento, e a falta de oportunidade de participação das abrigadas nas decisões da casa provoca o sentimento de que estas estão presas injustamente, pois são elas as grandes vítimas da violência de seus parceiros e do sexismo estrutural em seu fim mais degradante.

Como dificuldades destacam-se: o sentimento de prisão, o sentimento de que ali se encontra porque fez algo de errado, o retorno para o agressor e o espaço físico inadequado, destacando a pouca ventilação do ambiente. Como possibilidades, são apresentadas: a necessidade de melhorar o espaço físico e atividades que não infantilizem as mulheres, que se sentem reduzidas, ridicularizadas e indignas por serem tratadas como prisioneiras ou como crianças (AMORIM, 2015, p.135).

Destaca-se ainda as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres que vivem na casa abrigo estudada por ela:

- VII) A ausência de acesso à educação para os/as filhos/as e para a própria mulher constitui grave violação ao Direito;
- VIII) A falta de padrões mínimos para estrutura física do local de funcionamento das casas;
- IX) Proibição de utilização de objetos pessoais, tais como lençóis, travesseiros, toalhas. A utilização de tais itens não ameaça a segurança e a proibição pode acarretar despersonalização do sujeito;
- X) Regras severas que superam as regras impostas pelo sistema prisional, como a regulação do uso do cigarro; e
- XI) Falta de privacidade e de mecanismos que cultivem os vínculos familiares com os/as integrantes da família que não representam risco para os direitos das mulheres, o que é verificado quando destacado pelas mulheres que as ligações telefônicas para família apenas ocorrem em determinados dias e sob a supervisão de pessoa da equipe técnica (AMORIM, 2015, p.141).

Essas questões dificultam a adaptação da mulher gerando, assim, evasão. Segundo Fonseca (2015), em estudo realizado em uma casa abrigo do município de Aracaju, em Sergipe, grande parte das mulheres abrigadas opta por encurtar sua estadia mesmo antes do deferimento das medidas protetivas. Tal situação decorre pelo fato delas preferirem a insegurança do exterior do que se submeterem à sensação do “cárcere” provocado pela prática organizacional da instituição.

Elas assinam o termo de saída voluntária se responsabilizando, a partir daí, por quaisquer riscos que possam sofrer fora do abrigo. De maio de 2013 a maio de 2014, das quarenta e três mulheres que foram abrigadas, vinte e oito optaram pela saída voluntária, enquanto quinze aguardaram medida protetiva. Analisando os dados entre janeiro e julho de 2014, das trinta e duas mulheres abrigadas, vinte optaram pela saída voluntária, enquanto doze aguardaram o deferimento de medida protetiva (FONSECA, 2015, p.51).

Sendo assim, nos moldes atuais, a casa abrigo deve ser o último recurso das políticas de abrigamento, tendo em vista que o ato de afastar temporariamente a mulher de suas relações sociais poder ser extremamente prejudicial para aquelas mulheres, como afirma Silveira (2010):

perda da moradia e junto com ela uma série de referências sociais importantes (vizinhança, recursos como escolas e creches, tratamentos médicos etc). Isso sem falar na perda temporária do apoio familiar, de bens materiais (móveis, eletrodomésticos, roupas etc) e em alguns casos até do emprego, que precisa ser abandonado por questões de segurança (SILVEIRA, 2010, p. 68).

A necessidade, tanto de sigilo da Casa Abrigo, como de retirar a mulher do seu lar, são consequência da ausência de políticas mais alinhadas à situação de urgência que a mulher está vivendo. Segundo Fonseca (2015), se as medidas

cabíveis aos casos de violência doméstica pudessem ser tomadas com mais celeridade, o impacto psicológico para elas seria menor.

Caso a rede de proteção à mulher não funcione adequadamente, problemas que poderiam ser equacionados a partir da adoção de medidas menos traumáticas do que o abrigo acabam ficando em segundo plano, obrigando, por via de consequência, a colocação da mulher em casa-abrigo como forma de protegê-la. De outro lado, caso as varas especializadas em violência doméstica funcionem a contento, poder-se-ia, pela aplicação de uma medida cautelar ao agressor, com base na Lei Maria da Penha, afastá-lo da mulher sem que houvesse necessidade de que ela abandonasse o lar, o convívio familiar e social (FONSECA, 2015, p.54).

Isto posto, percebe-se que, em nome do sigilo do abrigo, o que acontece é a propagação do que pode ser uma segunda violência sofrida pela mulher: a violência institucional. Em entrevista com mulheres de uma casa abrigo em Aracaju, Fonseca (2015) identifica as nuances dessa violência institucional no discurso das mulheres, demonstrando como a reclusão delas e as rígidas regras do abrigo são prejudiciais para as abrigadas, apesar destas reconhecerem a importância da instituição.

Dessarte, nota-se que ainda existe a necessidade de aparelhamento das casas abrigo como instituições governamentais destinadas a proteger mulheres ameaçadas e seus filhos, dando dignidade e estimulando a resiliência. O atendimento oferecido nas casas retratadas anteriormente demonstra que essa instituição é encarada como uma prisão, um lugar que afasta as usuárias de suas famílias, costumes e até mesmo objetos pessoais. Nessa perspectiva, não sendo este o foco da Casa Abrigo, existe a necessidade de oferecer um atendimento mais humanizado, com profissionais qualificados para lidar com um público de mulheres que, além de ter passado pelos traumas da violência dentro de uma relação afetiva, ainda se veem obrigadas a se afastar de suas famílias e trabalhos.

Conclui-se, portanto, que o ideal não é o sigilo da casa, pois torna o processo de abrigo ainda mais agressivo para a mulher. Logo, a segurança da instituição não sigilosa pode ser garantida a partir de investimento em um maior aparato de vigilância com apoio das Polícia Militar ou a Guarda Municipal (FONSECA, 2015). Dessa forma, é possível preservar tanto a segurança da mulher quanto a sua saúde mental, a partir da inclusão de sua família e amigos no processo de abrigo e quebra do ciclo de violência.

3.3 Criando repertório: Análise arquitetônica

A seguir será feita a análise de três projetos destinados ao abrigo e/ou profissionalização de mulheres em três cidades diferentes (Tel Aviv, Moshi e Rufisque). O intuito deste item é a pesquisa e criação de repertório arquitetônico sobre a temática abordada neste trabalho. Dessa maneira, as práticas realizadas em diversos projetos podem servir como referência e meio de reflexão sobre os elementos e decisões arquitetônicas que contribuem para o projeto, bem como os que podem ser prejudiciais, levando em consideração o seu contexto.

3.3.1 Abrigo para vítimas de violência doméstica em Israel

A partir do grupo de ativistas “No to violence”, liderado por Ruth Rasnic, foi articulada a criação de um projeto arquitetônico de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, na cidade de Tel Aviv, em Israel. A construção é datada de 2018 e o escritório responsável pelo projeto arquitetônico é o Amos Goldreich Architecture em parceria com o Jacobs-Yaniv Architects (ArchDaily, 2018).

Segundo o escritório Amos Goldreich Architecture, o edifício foi inspirado na obra Okamoto, de Eduardo Chillida. Essa inspiração deu lugar ao conceito de rocha, que após escavada, é lisa por dentro e rústica por fora. Dessa maneira, foi aplicado no exterior do edifício um revestimento rústico, enquanto o interior possui superfícies lisas (Figura 13).

Figura 13: Pátio interno do abrigo para vítimas de violência doméstica (Tel Aviv, Israel)



Fonte: ArchDaily, 2018.

Quadro 04: Programa de necessidades por setor

Setor	Ambientes
Administração	10 salas de escritório, 2 lavabos, 2 copas, sala de reunião, e depósito
Saúde	Enfermaria
Educação	2 salas de aula, sala para pedagogo, lavabo, e BWC para PNE
Abrigo	5 quartos com banheiro compartilhada para duas famílias; 3 quartos com banheiro individual, e 1 depósito
Recreação	Playground
Área comum e de lazer	Cozinha, salão para refeições, e sala de televisão
Armazenamento	2 depósitos externos

Fonte: ArchDaily, 2018.

Figura 14: Planta baixa com identificação dos ambientes - térreo.



Fonte: ArchDaily,2018 (adaptado pela autora).

Figura 15: Planta baixa com identificação dos ambientes - pavimento superior.



Fonte: ArchDaily, 2018 (adaptado pela autora).

É perceptível a preocupação dos arquitetos em criar um ambiente familiar, no qual as mulheres e seus filhos consigam construir sua privacidade no lar provisório que lhes é oferecido. Observa-se, inclusive, que, mesmo com unidades compartilhadas, as dependências são divididas por uma parede que delimita o espaço de cada família, além do banheiro dentro dos quartos, viabilizando maior autonomia dos usuários (Figuras 14 e 15).

Além da característica de dar privacidade às famílias, outro ponto interessante do projeto é a criação de espaços para reunião e convivência das mulheres abrigadas, incentivando a integração destas, que podem compartilhar suas histórias e, através das histórias das outras, enxergar novas possibilidades.

O terreno no qual foi implantado o edifício localiza-se numa vizinhança majoritariamente residencial (Figura 16). Como o projeto foi definido a partir de briefing com os futuros funcionários do local, estes contribuíram com as escolhas arquitetônicas e urbanísticas. Dessa maneira, foi definido que a implantação do edifício seria em um local onde houvesse acesso fácil aos serviços e comércio. Esse fator se torna importante para facilitar o acesso à casa e garantir maior segurança por contribuir com a ideia de “olhos da rua” difundida por Jane Jacobs (2000), a qual diz que um maior trânsito de pessoas na rua gera confiança e sensação de segurança para o usuário.

Figura 16: Localização do edifício na malha urbana (Tel Aviv, Israel).



Fonte: Amos Goldreich Architecture, 2018.

Visando a segurança dos usuários do edifício, foram construídos muros ao redor da edificação, o que não possibilita a visibilidade da rua, nem da rua para o interior (Figura 17). É compreensível que tal decisão arquitetônica tenha sido tomada em razão da proteção da identidade das mulheres e crianças abrigadas, já que muitos abrigos para mulheres vítimas de violência preservam a identidade das usuárias e seus filhos, como meio de ocultar sua localização. No entanto, essa decisão arquitetônica pode prejudicar justamente a questão dos “olhos da rua”,

impedindo que a vizinhança conheça o que ocorre dentro do abrigo, e criando uma fachada cega, que pode tornar-se um ponto de fragilidade na rua.

Figura 17: Fachada frontal do abrigo para vítimas de violência doméstica (Tel Aviv, Israel).



Fonte: ArchDaily,2018.

3.3.2 Casa Albergue KWIECO

Trata-se de um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de Moshi, na Tanzânia (Figura 18). Vale salientar que esse abrigo foi requisitado pela Organização da Consultoria e Intercâmbio de Informação de Mulheres de Kilimanjaro, a qual apresentou a ideia ao Ministério das Relações Exteriores da Finlândia e, com isso, conseguiu arrecadar fundos para a sua execução. O projeto foi desenvolvido pelo escritório Hollmén Reuter Sandman Architecture, em 2015, e conta com uma área de 423m² (ArchDaily, 2015).

Figura 18: Abrigo para mulheres em Moshi (Tanzânia)



Fonte: ArchDaily, 2015.

A edificação valoriza a cultura local, pois foi projetada a partir de elementos e materiais comuns na região. Ademais, os arquitetos utilizaram o planejamento participativo para criar ambientes onde a adaptação dos usuários fosse mais natural, além de dar prioridade a utilização de elementos sustentáveis, como garrafas de vidro para iluminação natural em alguns ambientes, bem como, para acentuar as características da cultura local, os arquitetos utilizaram elementos que remetessem à arquitetura vernacular, como bambu e folhas de bananeira (DEZEEN, 2015).

Figura 19 : Entrada da Casa Albergue Kwieco (Tanzânia)



Fonte: ArchDaily, 2015.

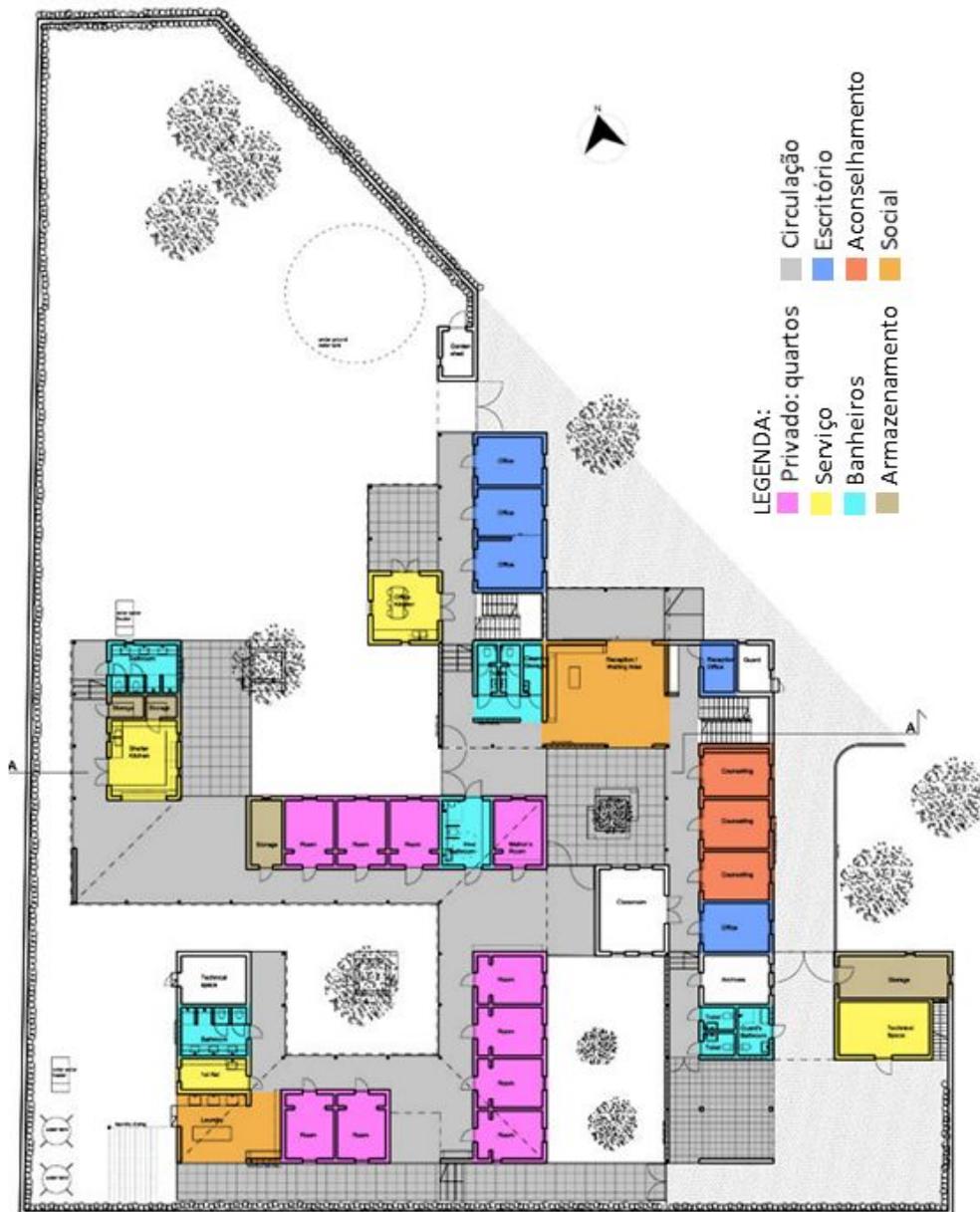
A ideia era criar uma espécie de albergue que pudesse abrigar as mulheres vulneráveis pela violência doméstica em Moshi. O projeto foi dividido em duas etapas; na primeira fase foram construídos os ambientes de acolhimento, com quartos, cozinha, e algumas áreas de serviço. Já na segunda fase (final) a Casa Albergue seria contemplada com salas para aconselhamento, educação, e administração (Figura 20).

Quadro 05: Programa de necessidades por setor

Setor	Ambientes
Administração	3 salas de aconselhamento, 5 salas de escritório
Abrigamento	10 quartos
Área comum e de lazer	Lounge, refeitório, cozinha, banheiros
Armazenamento	4 depósitos
Uso técnico	Sala técnica e guarita

Fonte: ArchDaily, 2015.

Figura 20: Planta baixa com identificação dos ambientes



Fonte: ArchDaily, 2015 (adaptado pela autora)¹⁶.

¹⁶ Não foi possível identificar a escala gráfica.

3.3.3 Centro de mulheres de Rufisque - Senegal

Outro estudo de caso do continente africano, o Centro de Mulheres de Rufisque, no Senegal, cuja edificação está inserida no “tecido urbano informal” (Tradução livre), no norte da cidade, destaca-se na paisagem por suas paredes pintadas com uma cor vibrante (Figura 21), que é uma referência às antigas edificações coloniais; enquanto as edificações do entorno são de bloco de cimento, sem revestimentos ou pinturas, ou de divisórias improvisadas com telhas metálicas (VARANDAS, 2014) .

Figura 21: Inserção urbana do Centro de Mulheres de Rufisque (Senegal)



Fonte: Hollmén Reuter Sandman Architects, 2001.

Ainda segundo Varandas (2014), por causa das tradições machistas da sociedade em que as mulheres senegalesas vivem, os homens geralmente passam o seu tempo livre jogando e conversando nas ruas, praças, e calçadas, enquanto as mulheres não têm espaço para tal. Destaca-se, ainda, que a ocupação dos homens está ligada à agricultura e pesca, enquanto que as das mulheres às atividades domésticas, produção de alimentos à base de cereais ou trabalham no mercado.

Mais algumas associações começaram a surgir e promover o desenvolvimento da cidade e dar novas possibilidades às pessoas. Uma filial de uma ONG chamada ENDA-GRAF começou a criar ações no local e posteriormente culminou no centro de mulheres, onde estas podiam se reunir e aprender novos ofícios. A construção do referido centro ocorreu por meio de parceria entre suporte

da Finlândia, por meio do Ministério das Relações Exteriores, o município e uma fábrica de cimento local.

Nessa senda, a elaboração do programa de necessidades contou com a participação das mulheres que futuramente utilizariam as instalações. O projeto visa não só aumentar as habilidades das mulheres, mas também tem como intuito gerar renda para essas mulheres. Dessa forma, o centro disponibiliza uma área de restaurante com cozinha, objetivando a possibilidade de venda de suas comidas, um local para a venda de artesanato e um hall de uso comum para realização de outras atividades. A edificação é também utilizada como espaço de lazer, à noite, com programas para o entretenimento da população, como, por exemplo, apresentações de danças tradicionais.

A partir da inauguração do Centro adaptações tiveram que ser feitas por falta de alguns materiais necessários para a realização das atividades propostas. Uma das mudanças mais importantes foi o uso do hall de uso comum como sala de aulas para os filhos das mulheres que frequentam o Centro, com o intuito de mantê-los seguros e próximos de suas mães enquanto realizam suas tarefas.

Para a construção foram utilizados materiais já existentes na região, como bloco de concreto e estrutura em concreto armado, e esquadrias e coberta em material metálico (Figura 22).

Figura 22: Materiais utilizados na edificação do Centro de Mulheres de Rufisque (Senegal)



Fonte: Hollmén Reuter Sandman Architects, 2001.

Alguns materiais foram reciclados e utilizados com o intuito de aumentar a quantidade de iluminação (garrafas de vidro e jantes de rodas de automóveis) no interior da edificação (Figura 23), além de possuírem um apelo estético interessante, sem deturpar a característica local da edificação.

Figura 23: Materiais reciclados utilizados com apelo estético (Centro de Mulheres de Rufisque, Senegal)



Fonte: Varandas, 2014.

Quadro 06: Programa de necessidades por setor

Setor	Ambientes
Administração	Sala para contador
Área de produção	Cozinhas, restaurante, sala para vendas, atelier de pintura, sala de artesanato
Área comum e de lazer	Pátio
Armazenamento	Despensa
Uso técnico	Sala técnica e guarita

Fonte: Varandas, 2014.

Diferente das opções anteriores, esse Centro de Mulheres não possui acomodações para abrigo, já que o intuito é apenas de profissionalizar as moradoras da comunidade, dando maiores oportunidades de independência

financeira e melhoria de vida para suas famílias, além de se tornar um lugar de convívio e encontro dessas mulheres (Figura 24). Portanto, o programa de necessidades (Quadro 06) foi pensado para viabilizar essas questões, apesar de alterações posteriores, que culminaram na modificação de um dos espaços para o acolhimento dos filhos das usuárias do local.

Figura 24: Planta baixa com identificação dos ambientes



Fonte: Varandas, 2014 (adaptado pela autora)¹⁷.

3.3.4 Síntese da análise arquitetônica

Para a melhor identificação dos aspectos projetuais relevantes e que podem ser aplicados ao produto final deste trabalho (o anteprojeto de Casa Abrigo para mulheres em Maceió), foi criado um quadro com os pontos positivos e negativos de cada projeto analisado anteriormente (Quadro 07).

Quadro 07: Síntese com pontos positivos e negativos dos projetos analisados.

Projeto	Pontos positivos	Pontos negativos
Abrigo para mulheres em Tel Aviv, Israel	<ul style="list-style-type: none">• Espaço destinado à convivência e reunião das usuárias;• Quartos individuais por família;• Implantação do edifício em bairro residencial, com serviços e comércio próximos;• Salas de aula.	<ul style="list-style-type: none">• Muros altos criando fachadas cegas;• Ausência de cores, deixando o ambiente com aspecto sério e depressivo;• A usuária não tem interação com a paisagem do exterior;
Casa Albergue Kwieco, Tanzânia	<ul style="list-style-type: none">• Construção com materiais existentes na região;• O projeto valoriza a cultura local;• Projeto desenvolvido a partir do planejamento participativo;• Implantação do edifício facilita a captação de iluminação e ventilação natural nos ambientes;• Quartos individuais.	<ul style="list-style-type: none">• O espaço coberto destinado a convivência e reuniões é pequeno;• Os banheiros são no exterior dos quartos.
Centro de mulheres em Rufisque, Senegal	<ul style="list-style-type: none">• Visa unir as mulheres da comunidade e gerar renda;• Apoia a cultura local a partir de espaço para realização de atividades culturais;• Construído com materiais existentes na região.	<ul style="list-style-type: none">• Local para recebimento dos filhos das mulheres não foi contemplado em projeto, levando a posteriores adaptações.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

¹⁷ Não foi possível identificar o Norte e a escala gráfica.

Desses pontos elencados, os que serão levados para o projeto são referentes ao estímulo da união entre as mulheres acolhidas, a partir de ambientes de convivência, e proporcionar espaços para que elas possam desenvolver novas habilidades, como num atelier, por exemplo. Quanto à privacidade, assim como o abrigo de mulheres em Israel, o setor de abrigamento da Casa Abrigo deve ser composto por unidades individuais com banheiros privativos para até duas famílias, de forma que cada uma tenha o seu espaço individual.

Já os fatores climáticos serão levados em consideração a fim de contribuir com o aspecto sustentável a partir do uso de ventilação cruzada e de painéis para proteção das aberturas contra o sol, além de aberturas que permitam a iluminação natural.

Por fim, é importante considerar também que essas mulheres já fragilizadas estarão lá com seus filhos, sendo assim, existe a necessidade de espaços lúdicos, de lazer e de educação para essas crianças, tornando o processo de sair de casa menos agressivo.

3.4 Arquitetura que cura

Os aspectos de um ambiente interferem diretamente em como o indivíduo, em sua subjetividade, o percebe e como este é afetado por aquele. Nesse contexto, existe uma vertente da psicologia que estuda a inter-relação das pessoas com o ambiente em que habitam: a psicologia ambiental (MOSER, 1998).

Em ambientes de cura, como hospitais, o estudo das condicionantes ambientais e o impacto destas no funcionamento do organismo do paciente foram relevantes para entender como o estresse causado por fatores físicos podem comprometer o processo de recuperação, segundo a teoria de Ulrich (1983). “Opondo-se à noção de estresse, surge um construto denominado *restoration*¹⁸, definido como o processo de restauração, recuperação ou restabelecimento dos aspectos físicos, psicológicos ou da capacidade social, perdidos pelo esforço contínuo.” (GRESSLER e GÜNTHER, 2013, p.488). Dessa maneira, compreende-se

¹⁸ Que se refere a *restorative environment* ou ambientes restauradores (tradução livre).

que a capacidade de recuperação do usuário está relacionada à promoção pelo ambiente de estímulos que desencadeiam emoções positivas ou negativas.

Ainda segundo Ulrich (1983), existem alguns elementos que auxiliam na recuperação “psicofisiológica”, e estes estão diretamente ligados à natureza — espaços abertos com árvores, água e gramado. Em consonância a isso: “[um ambiente] se torna restaurador caso promova uma mudança nos nossos pensamentos, relacionada às pressões e obrigações da vida cotidiana” (GRESSLER e GÜNTHER, 2013, p.490).

Assim como os hospitais, as casas abrigo são ambientes que visam, além da segurança, a cura a partir da recuperação da mulher frente aos traumas que vivenciou, existindo portanto, a necessidade de ambientes acolhedores. Um outro aspecto que torna um ambiente acolhedor é a identificação do usuário com o lugar.

Faz parte do conceito de humanização atender às necessidades e expectativas do usuário do espaço. Por isso, realmente é necessário conhecer as características da população que irá utilizar o espaço e as atividades predominantes essa [sic] população vai desenvolver, de forma a projetar o ambiente adequadamente (VASCONCELOS, 2004, p.29).

Para tanto, como pôde-se observar nos estudos de repertório realizados anteriormente neste capítulo, elementos tradicionais da arquitetura local podem ser utilizados a fim de gerar esse sentimento de pertencimento.

Segundo Vasconcelos (2004) existem alguns atributos de humanização de ambientes hospitalares que diminuem o estresse do usuário, são estes: o controle do ambiente, suporte social e distrações positivas. O controle do ambiente consiste na administração do lugar pelo usuário, possibilitando que sua tomada de decisões seja atendida, podendo ser realizado a partir de pequenas ações como desligar ou aumentar e diminuir o volume da televisão, por exemplo. Já a possibilidade de suporte social está atrelada a criação de oportunidade de receber familiares e amigos no ambiente, que está ligado diretamente à política administrativa da instituição. Por fim, as distrações positivas dizem respeito ao que Ulrich (1983) fala sobre a necessidade de dar acesso à paisagem natural, a elementos que têm vida e movimento, como árvores e pássaros.

Do ponto de vista introspectivo do usuário, segundo Souza (2016), existe quatro maneiras de se relacionar com o espaço de acordo com o “poder mental”, ou seja, o estado (ou força mental) atual do usuário:

[..] o primeiro nível, representando a base, diz respeito ao envolvimento introspectivo, onde o poder mental é muito fraco. O utilizador é caracterizado pela necessidade de estar consigo próprio e como tal, procura envolver-se passivamente num ambiente sem perturbações; o segundo nível diz respeito à participação emocional e representa um poder mental fraco. O utilizador tem interesse no ambiente social à sua volta, gosta de observar os outros utilizadores mas não tem força para participar ativamente no mesmo; o terceiro nível corresponde à participação ativa, onde o poder mental é forte. O utilizador tem capacidade de interação social, podendo fazer parte ou ter coragem de se integrar num grupo de outros utilizadores do espaço; o quarto nível, correspondente ao topo da pirâmide, diz respeito ao envolvimento extrovertido, onde o poder mental do utilizador é muito forte. O utilizador é caracterizado pela capacidade de liderança e de tomada de decisão perante um grupo de utilizadores, podendo organizar e liderar atividades no jardim (SOUZA, 2016, p.15).

Sendo assim, mostra-se importante para a saúde do usuário criar possibilidades para o envolvimento com o ambiente de acordo com o seu estado emocional, principalmente em espaços de cura como hospitais onde os pacientes estão fragilizados fisicamente, e casas abrigo, onde a fragilidade maior se faz presente no psicológico dos indivíduos.

3.5 A rede de enfrentamento em Alagoas

Segundo a Coordenadoria Estadual da Mulher, a rede de enfrentamento à violência doméstica do estado de Alagoas é composta por:

Quadro 08: Órgãos de apoio ao combate à violência doméstica em Alagoas

Órgãos estaduais	Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH/AL)
	Superintendência de Políticas para a Mulher (SPM da SEMUDH/AL)
	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM)
	Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM Jarede Viana - funciona na Central da Mulher e dos Direitos Humanos da SEMUDH, em Maceió)
	Superintendência de Assistência Social da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES)
	Fórum Estadual dos 105 Conselhos Tutelares de Alagoas
	IML - Instituto Médico Legal Estácio de Lima – Maceió/AL
	Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério Público do Estado de Alagoas (NUDEMP/AL)

	Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública de Alagoas (NUDEM/AL)
	Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ)
	Comissão da Mulher Advogada de Maceió/AL
	Comissão da Mulher Advogada de Arapiraca/AL
	38ª. Promotoria de Justiça da Capital – Promotoria de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	Gerência de Atenção Primária – GAP (SESAU)
	Gerência de Ações Estratégicas (Saúde da Mulher) – (SESAU)
	Hospital Escola Dr. Helvio Auto
	Hospital Geral do Estado – HGE
	Hospital da Mulher
	Maternidade Escola Santa Mônica
	Supervisão de Cuidados da Mulher, Criança e do Adolescente – SUMCA (SESAU) da Gerência de Ações Estratégicas
	Unidade de Emergência Doutor Daniel Houly (UEDH) – Arapiraca/AL
	Patrulha Maria da Penha com funcionamento na sede do Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM)
Órgãos municipais	Coordenação de Defesa da Mulher (pertencente à: Diretoria de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos - SEMAS)
	Casa Abrigo de Maceió (Viva Vida)
	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher na Cidade de Maceió/AL
	Coordenação do Programa de Saúde da Mulher (Secretaria de Saúde de Maceió)
	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
	Delegacias Especializadas de Defesa dos Direitos das Mulheres (duas)
	Delegacia de Defesa da Mulher (duas)

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Em Alagoas existe apenas uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência de todos os tipos (patrimonial, doméstica, psicológica ou sexual), com risco

de morte iminente. Essa casa abrigo se localiza no município de Maceió e prioriza o atendimento para mulheres residentes na capital.

A Casa Abrigo Viva Vida, em Maceió, é gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Para o atendimento da mulher, primeiro é exigível que registre o Boletim de Ocorrência (BO) contra o acusado de agressão, sendo a vítima posteriormente direcionada para o acolhimento pela justiça ou pelas Delegacias Especializadas em Direitos das Mulheres do município.

Além disso, a Casa também acolhe os dependentes das mulheres, sendo crianças de até 14 anos de idade. A estadia é de 90 a 180 dias, como determina as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento, e a mulher recebe todo o apoio psicossocial necessário, ainda podendo receber um auxílio-moradia visando excluir a dependência do seu agressor, em casos de violência doméstica em relações íntimas. Essas ações, apesar de mínimas, são de extrema importância para a quebra do ciclo de violência no qual estas mulheres estão submetidas.

Em entrevista para uma matéria divulgada no site da Prefeitura de Maceió¹⁹, a então coordenadora da Casa Viva Vida, Andréa Lucy, reconhece as dificuldades da mulher de sair do ciclo de violência por ponderar sobre a situação financeira e os filhos, mas reitera que é de grande importância o conhecimento desse tipo de serviço de apoio fornecido pelo município, para que as mulheres em situação de sofrimento saibam da existência de meios de se desvencilhar da violência doméstica. Além disso, a Casa não consegue comportar todas as mulheres vítimas de violência do estado, e prioriza o atendimento para aquelas que são moradoras do município de Maceió.

Com isso mostra-se a necessidade de uma Casa Abrigo que comporte as mulheres de todo o estado que necessitam de ajuda, além de uma maior divulgação da existência desse tipo de assistência, pois, a maioria das mulheres não o conhece.

¹⁹ Entrevista de Andrea Lucy para o site da Prefeitura de Maceió. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2018/08/casa-abrigo-garante-apoio-a-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

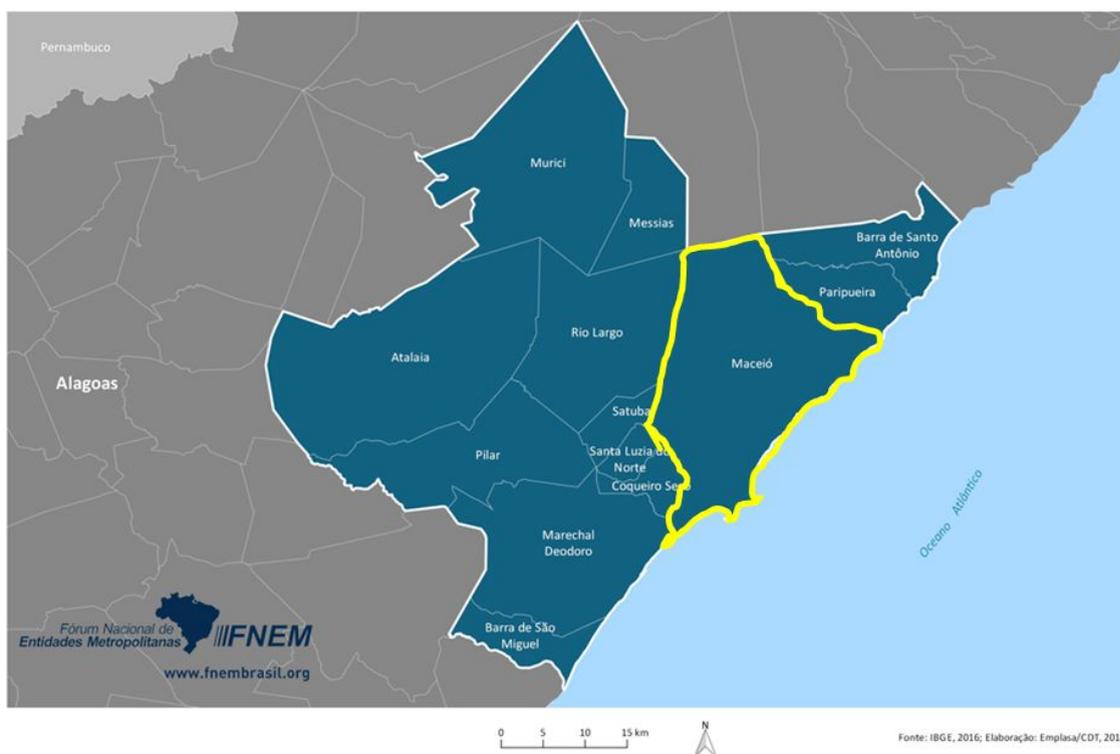
4. CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: PROPOSTA ARQUITETÔNICA

As análises apresentadas anteriormente serviram como base para o esclarecimento da temática e conhecimento das práticas atuais da arquitetura e urbanismo aplicadas a esse tipo de instituição. Neste capítulo serão apresentados os aspectos do projeto arquitetônico provenientes do entendimento construído durante todo o trabalho, além da proposta de anteprojeto arquitetônico de uma nova Casa Abrigo para Maceió.

4.1 Inserção urbana

A implantação da instituição será realizada na capital do estado de Alagoas, Maceió, e é justificada pela influência da cidade sob os municípios do interior e da região metropolitana (Figura 25). Intenciona-se receber mulheres de outros municípios alagoanos, garantindo o atendimento das usuárias por uma rede assistencial completa que promova o acesso à saúde e segurança.

Figura 25: Mapa da Região Metropolitana de Maceió (RMM) com destaque em amarelo para a capital.



Fonte: IBGE, 2016 (adaptado pela autora).

Para a escolha do terreno onde será realizado o projeto da Casa Abrigo alguns parâmetros foram considerados. Primeiramente, segundo o Termo de Referência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2008), a implantação da edificação deve ser prioritariamente em área residencial. Além disso, visando facilitar o acesso a serviços, comércio e transporte público, o terreno escolhido deve estar localizado próximo, ou permitir a fácil mobilidade, até escola, hospital, supermercado, banco e ponto de ônibus.

Além de facilitar a mobilidade das usuárias e funcionários por meio do sistema de transporte, a implantação da Casa próximo a esses equipamentos objetiva provocar maior sensação de segurança no espaço pela quantidade de pessoas que transitam na rua, assim como no estudo de caso do abrigo para mulheres em Israel. Essa noção de segurança é importante para a autonomia da mulher ao permitir que ela possa sair à rua quando for preciso.

Logo, o terreno escolhido para a implantação da Casa Abrigo em Maceió localiza-se no bairro do Farol, no encontro das ruas Desembargador Tenório e Manoel Maia Nobre. Nesse contexto, vale ressaltar que o bairro do Farol é uma centralidade de Maceió com muitos serviços e comércio, além de edifícios multifamiliares, mas o que o torna relevante para a cidade, além da produção econômica, é a presença da Avenida Fernandes Lima, uma importante via arterial de ligação entre a parte baixa e a parte alta da cidade.

Inobstante o bairro em questão ter grande fluxo de pessoas durante todo o dia, o terreno escolhido faz parte de uma área majoritariamente residencial (Mapa 01), com razoável fluxo de pedestres e veículos, como consequência de alguns estabelecimentos comerciais e de serviço existentes.

O acesso à Avenida Fernandes Lima é estratégico, facilitando o deslocamento das pessoas abrigadas e dos profissionais da casa, quando necessário. O terreno localiza-se a 3,6 quilômetros do Hospital da Mulher, 950 metros do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada Antônio Gomes de Barros (CEAGB)²⁰, 300 metros de supermercado, e 180 metros do ponto de ônibus.

²⁰ Antigo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA).

O terreno escolhido é atualmente um vazio urbano não edificado, assim como outros existentes ao seu redor, como é possível observar no mapa de uso e ocupação do solo (Mapa 01). Possui 2.044m² de área total, sendo proveniente do remembramento de seis lotes, que segundo o Código de Urbanismo e Edificações de Maceió é “o reagrupamento de lotes ou terrenos adjacentes e/ou partes destes, edificados ou edificáveis” (MACEIÓ, 2007). O remembramento, nesse caso, é importante para dar função social de utilidade pública a todo o vazio urbano adjacente às ruas, diminuindo a presença de muros cegos, além de comportar melhor o programa de necessidade estabelecido para o projeto.

Considerando que o terreno é privado, o arremate deste pelo poder público pode ocorrer por meio de Transferência do Direito de Construir (TDC), instrumento urbanístico do Estatuto das Cidades — Lei 10.257, de 10 junho de 2001 — que possibilita a transferência do direito de construir desse terreno para um outro do mesmo proprietário, quando existe interesse do poder público em utilizar o terreno ou imóvel, conforme prevê o art. 35, para:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social (BRASIL, 2001).

Para que isso aconteça, é necessária definição de zoneamento urbano de áreas receptoras e transmissoras da Transferência do Direito de Construir por meio de lei municipal.

A zona em que se encontra o bairro do Farol é a ZR-7 (Zona Residencial 7), pelo Código de Urbanismo e Edificações de Maceió (MACEIÓ, 2007). Sendo assim, os parâmetros a ser seguidos para edificações de serviços nesta zona são os seguintes:

- Taxa de ocupação do terreno: 50%
- Coeficiente de aproveitamento do terreno: 2
- Altura máxima: 2 pavimentos
- Recuo frontal: 5m

- Recuos laterais e fundo: 2m
- Vagas de estacionamento: 1 para cada 100m² de área construída (para edificações com área superior a 900m²)

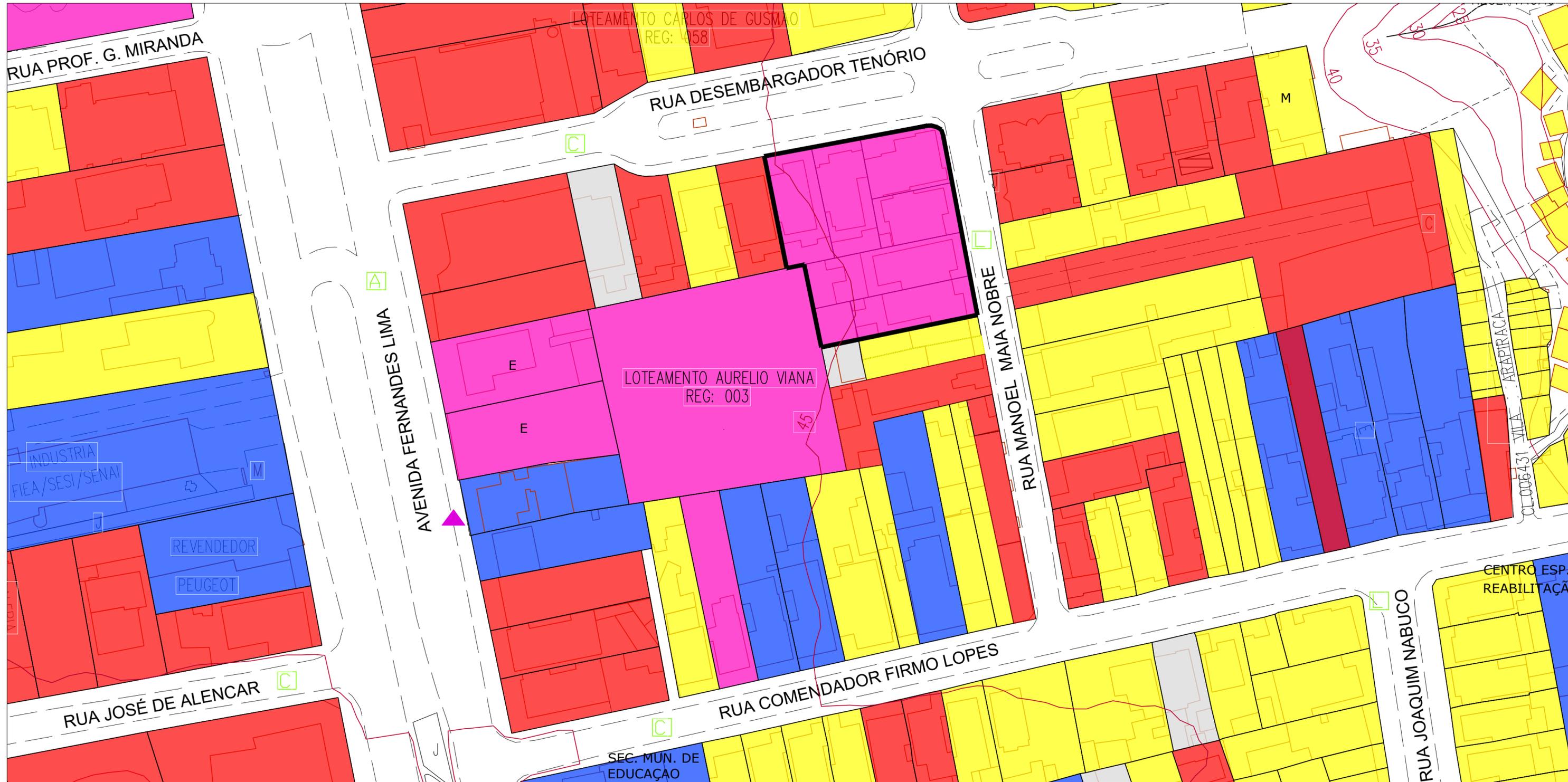
Ao aplicar os parâmetros exigíveis para o projeto, o terreno, que tem 2.044m², pode chegar a uma área projetada (área de coberta) da edificação de até 1022m² (equivalente à taxa de ocupação de 50%) e área construída de até duas vezes esse valor. Após a aplicação dos recuos mínimos (Figura 26), o recorte do terreno que pode ser utilizado para a implantação da edificação fica com 1444m².

A fachada norte do terreno voltada para a Rua Desembargador Tenório está posicionada a onze graus à esquerda do norte verdadeiro. As maiores dimensões do terreno estão voltadas para leste e oeste, considerando, ainda, que os ventos predominantes da região vêm do leste, sul e sudeste.

Figura 26: Terreno com aplicação dos recuos.



Fonte: Base cartográfica de Maceió (adaptado pela autora) sem escala, 2020.



LEGENDA BÁSICA

- CURVA DE NÍVEL MESTRA (DE 5 EM 5 m)
- LIMITE DA CALÇADA
- TERRENO ESCOLHIDO PARA O PROJETO

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- USO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR
- USO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR
- USO COMERCIAL E DE SERVIÇO
- USO INSTITUCIONAL
- VAZIO URBANO
- VAZIO URBANO EDIFICADO
- USO NÃO IDENTIFICADO

INFRAESTRUTURA URBANA

- PONTO DE ÔNIBUS
- VIA ARTERIAL
- VIA COLETORA
- VIA LOCAL



MAPA 01: ASPECTOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E INFRAESTRUTURA URBANA DA ÁREA A PARTIR DA BASE CARTOGRÁFICA DE MACEIÓ.

ESCALA: 1/750

4.2 O conceito

“Mandacaru quando fulora na seca é o sinal que a chuva chega no sertão”

(Luiz Gonzaga e Zé Dantas)

A esperança criada a partir do momento que uma mulher se liberta das amarras de um relacionamento abusivo deve ser celebrada. Assim como esta, no sertão há uma flor que ao desabrochar enche os olhares de expectativa pela vinda da água, a qual finalmente cessará a sede: a flor de Mandacaru (Figura 27).

O objetivo da instituição Casa Abrigo é ajudar a mulher acolhida a se desprender da situação de violência em que vive para finalmente conseguir renascer em si, com diferentes perspectivas do que é ser mulher e sua relação com a sociedade. O abrigo deve ser um local onde há construção de resiliência, por isso, esta flor foi escolhida para inspirar e dar significado à Casa, simbolizando força e esperança.

Para o projeto buscou-se inspiração no que a flor representa, mas também se utiliza das características da arquitetura do sertão nordestino para trazer significado. Cores, materiais e outros elementos da cultura alagoana são aplicados à edificação com o intuito de criar sensação de reconhecimento e pertencimento por parte das mulheres e crianças abrigadas.

Figura 27: Flor de Mandacaru.



Fonte: Raul Romário; Infoescola, 2019.

4.3 Programa de necessidades

Para a construção do programa de necessidades é preciso, primeiramente, definir quais os tipos de serviços que a Casa Abrigo vai oferecer às mulheres e crianças abrigadas. Para tanto, é indispensável identificar os objetivos dispostos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008), o qual visa conscientizar e promover ações que garantam condições de cidadania às mulheres, tais como:

- Autonomia e igualdade econômica;
- Educação inclusiva;
- Saúde, direitos sexuais e reprodutivos;
- Enfrentamento à violência;
- Participação política;
- Direito à terra e moradia digna, além do desenvolvimento sustentável e justiça social;
- Acesso à cultura e comunicação;
- Enfrentamento ao preconceito e às desigualdades geracionais.

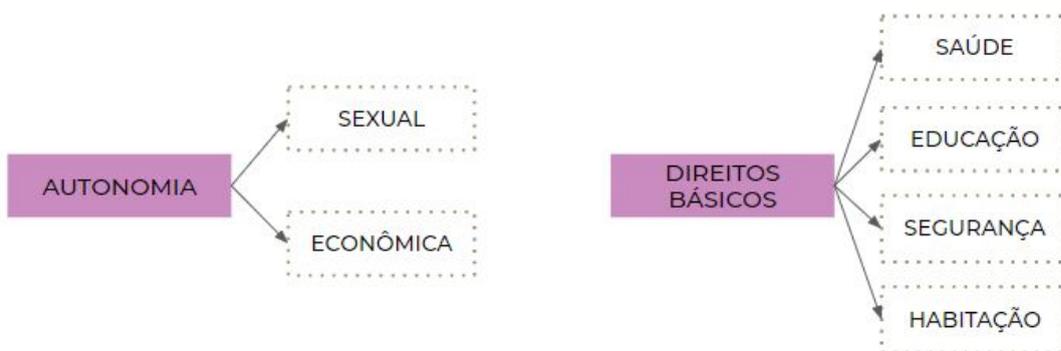
Sendo esses os meios necessários para prover cidadania às vítimas de violência, o espaço da Casa Abrigo deve possuir a infraestrutura necessária para proporcionar segurança e conforto para as usuárias, de modo a assegurar que os pressupostos dos Plano Nacional de Políticas para as Mulheres sejam seguidos. Além de uma estrutura física que comporte ambientes de educação, saúde, cultura e lazer, os profissionais da Casa devem estimular discussões com temas que são tabus para as mulheres, a fim de contribuir para a desmistificação desses conceitos, no intuito, também, de ajudá-las a se posicionar perante a sociedade, bem como compreender os seus direitos.

Esse tipo de política atrelado a outras medidas que devem ser tomadas para a manutenção da saúde física e mental da mulher pode estimular o seu empoderamento que, segundo Cortez (2008, p.172): “implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação”. Ou seja, é quando a mulher se coloca na posição de protagonista e não de subordinada às vontades do seu parceiro.

O apoio cuja mulher pode encontrar em instituições, as quais a protege, é o alicerce que garante o primeiro passo para o empoderamento: a quebra do ciclo de violência. Por isso a importância de divulgação dessas políticas públicas.

Entende-se, então, que a construção do empoderamento dentro da Casa Abrigo se dá a partir do desenvolvimento da **autonomia** e garantia dos **direitos básicos** (Figura 28). Nesse sentido, essas palavras-chave - autonomia e direitos básicos - podem ser os dois eixos norteadores na criação do programa de necessidades da instituição.

Figura 28: Eixos norteadores para o empoderamento das usuárias.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

No que diz respeito aos direitos básicos, a instituição Casa Abrigo é capaz de assegurá-los de maneira muito objetiva, pois apenas necessita dispor de infraestrutura física e operacional para promover: saúde, educação, apoio psicossocial, segurança e habitação para as mulheres abrigadas. Tendo esses fatores garantidos, desenvolver a autonomia torna-se um passo possível a partir da educação e profissionalização da usuária. Essa autonomia deve ser construída ao longo do tempo, com acompanhamento profissional personalizado para cada situação, tendo a infraestrutura da Casa a função de poder contribuir a partir da criação de espaços de discussão e formação do pensamento, além de ambientes para a geração de renda por meio do empreendedorismo.

A partir do estudo de caso do centro de mulheres em Rufisque, no capítulo 2, percebe-se que as decisões projetuais tomadas ligavam a autonomia da usuária à educação e geração de renda, dando à mulher a possibilidade de liberdade financeira. Um aspecto importante é que o projeto arquitetônico teve participação da

comunidade, o que demonstra o reconhecimento da necessidade dessas mulheres em ter um espaço delas e que elas pudessem utilizar para complementar a renda familiar. Dessa maneira, o programa de necessidades foi estruturado também a partir de ambientes de produção e vendas.

Já a partir dos estudos de caso da Casa Albergue Kwieco e o Abrigo para Mulheres em Israel, os fatores que influenciaram as decisões projetuais do produto deste trabalho estão relacionados à segurança e habitação. Em ambos os casos as mulheres habitam espaços seguros, com unidades de quartos individuais e áreas de lazer para si e seus filhos. No que concerne à garantia dos direitos básicos das mulheres e seus dependentes, é fundamental o acesso à habitação segura e de qualidade, como nos abrigos de Kwieco e Israel, que proporcionam privacidade para cada família, permitindo, outrossim, a obtenção de serviços de saúde e educação.

Dessa forma, o programa de necessidades foi desenvolvido pensando nos dois eixos norteadores, autonomia e direitos básicos, além de contemplar o programa básico definido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres no Termo de Referência da SPM do senado federal (Quadro 09). Esse programa provê fundos para a implementação de algumas instituições de apoio à mulher e traz algumas diretrizes para o padrão mínimo de uma Casa Abrigo.

Quadro 09: Padrão mínimo de implantação de Casa Abrigo com recursos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Recursos humanos	
Equipe interdisciplinar permanente	coordenadora, psicóloga, assistente social e pedagoga
Equipe de apoio técnico	nutricionista, enfermeira e advogada
Equipe operacional	agente administrativo, cozinheira, auxiliar de conservação e limpeza, segurança, motorista.
Recursos materiais	
<ul style="list-style-type: none"> ● Mínimo 10m² por pessoa ● Implantado em área residencial ● Guarita (sem presença aparente para o exterior da edificação) ● Dormitórios ● Espaço de convivência ● Refeitório e cozinha coletiva ● Área de recreação ● Ambiente para primeiros socorros, armazenamento de medicamentos e profilaxia médica ● Lavanderia coletiva ● Dependências sanitárias ● Acessibilidade ● Administração ● Infraestrutura 	

Fonte: Termo de Referência Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006.

É importante salientar que, apesar da premissa atual referente ao sigilo da Casa Abrigo, entende-se que não é possível assegurar os direitos da mulher referentes à cidadania e participação na cidade se aquelas ficarem reclusas, enquanto seus agressores estão livres, como visto anteriormente no presente trabalho. Isto posto, o programa de necessidades não se limitou ao padrão mínimo do Quadro 09.

A partir dessas considerações, portanto, o programa de necessidades fica estruturado da seguinte maneira:

Quadro 10: Programa de necessidades e pré-dimensionamento.

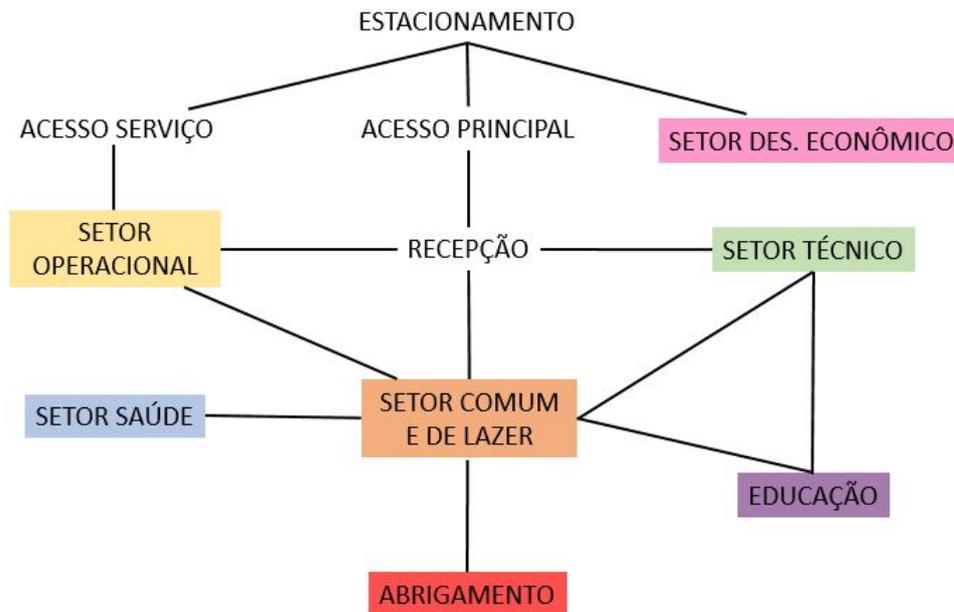
Setor	Ambiente	Quantidade	Pré-dimensionamento (m²)
Setor comum e de lazer	Refeitório	01	171,50
	Playground	01	39,90
	Redário	01	99,05
	Praça íntima	01	122,20
Setor de saúde	Sala psicóloga	01	10,82
	Sala de saúde da mulher	01	11,40
	Sala de saúde infantil	01	11,40
Setor técnico	Coordenação	01	11,87
	Administração (advogada, assistente social, pedagoga e agente administrativo)	01	23,75
	Arquivo	01	4,75
	Salas de atendimento adm	02	6,90
	Sala de monitoramento	01	22,10
	Sala de acolhimento	01	18,50
	Recepção	01	43,36
Setor operacional	Cozinha	01	52,67
	Armazenamento de alimentos (despensa, câmara fria e câmara de resfriamento)	-	30,00
	DML	01	3,30
	Depósito de materiais (atelier)	01	10,80
	Depósito de resíduos sólidos	01	2,48
	Depósito de papelão	01	2,38
	Carga e descarga	01	65,50
	Dormitório para funcionários de plantão	01	9,95
	Bateria de banheiros coletivos	01	29,40
	Copa	01	25,23

	Banheiro para funcionários	01	5,77
	Lavanderia	01	18,40
	Coradouro	01	50,00
Setor de educação	Sala de aula 01	01	57,50
	Sala de aula 02	01	32,20
	Atelier	01	104,40
	Brinquedoteca	01	40,50
	Biblioteca	01	37,00
Setor de abrigo	Suíte dupla	12	9,72
	BWC suíte dupla	6	2,83
	Suíte acessível	2	16,93
	BWC suíte acessível	2	4,65
Setor de desenvolvimento econômico	Loja tipo 01	2	10,10
	Loja tipo 02	2	8,95
	Loja tipo 03	3	11,45
	Lavabo acessível das lojas	2	3,00

Fonte: Elaboração própria, 2020.

A partir do programa de necessidades, Quadro 10, objetivando auxiliar na organização da planta baixa, foi definido o fluxograma dos setores (Figura 29). A edificação tem dois acessos, o de serviço, o qual está ligado diretamente ao setor operacional, e o principal, que leva o usuário até uma recepção e distribui o fluxo para os demais setores internos, os quais são ligados ao setor comum e de lazer, a fim de estimular o convívio de todos os usuários e funcionários da Casa.

Figura 29: Fluxograma dos setores



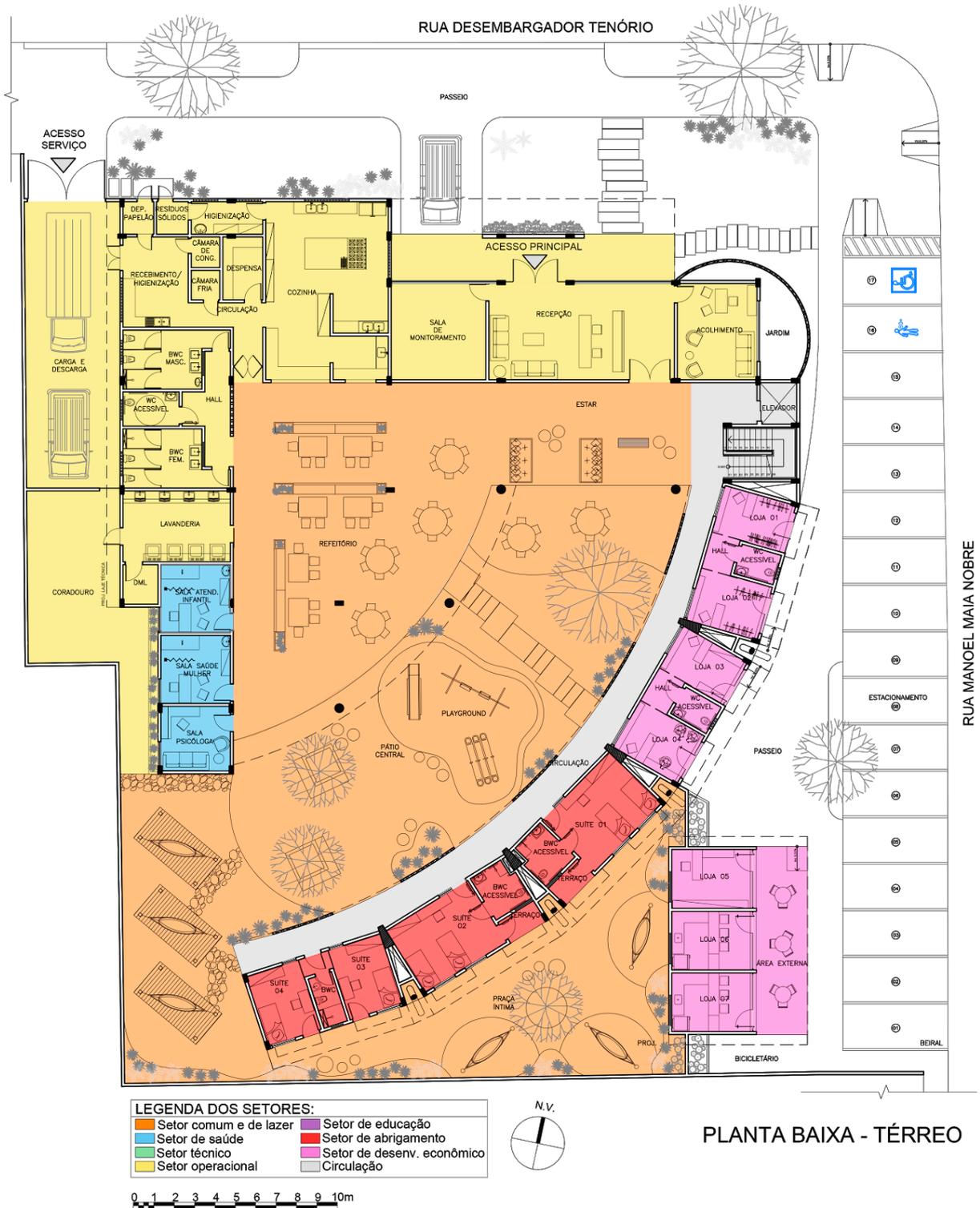
Fonte: Elaboração própria, 2020.

Tornou-se indispensável, no presente projeto, pensar em uso misto para a resolução de dois pontos: geração de renda para as mulheres abrigadas, já que algumas são dependentes financeiramente dos seus agressores; e a preocupação em não criar fachadas cegas, as quais pudessem contribuir para hostilização do espaço urbano. Sendo assim, o estacionamento ficou delimitado na área externa à edificação, para o melhor aproveitamento dos recuos frontais, assim como para aumentar o fluxo de pessoas na calçada, principalmente, onde ficam as lojas. É importante destacar que, ainda assim, deverá haver monitoramento da área para a garantia de segurança das mulheres abrigadas.

Na planta de zoneamento é possível observar como os ambientes foram dispostos respeitando o fluxograma pré-estabelecido. No térreo (Figura 30) fica a maior parte dos ambientes de convívio: banheiros coletivos divididos por sexo — já que o abrigo receberá visitantes — ; cozinha e armazenamento de alimentos e de produtos de limpeza; salas de atendimento médico e os estabelecimentos comerciais. Ainda no térreo, alguns quartos foram locados com uma área de lazer própria chamada de praça íntima, no intuito de dar mais privacidade às usuárias, as quais possam ter alguma dificuldade de convívio imediato com as demais pessoas.

No pavimento superior (Figura 31) foram dispostos os demais dormitórios, os ambientes de aprendizado, contando com o apoio de uma sala para crianças realizarem atividades acompanhadas de profissional, enquanto suas mães estão em aula, bem como salas para os técnicos, arquivo, copa e descanso para os funcionários, além de varanda.

Figura 30: Planta baixa com zoneamento - Térreo



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 31: Planta baixa com zoneamento - Pavimento Superior

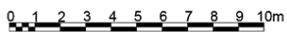


LEGENDA DOS SETORES:

Setor comum e de lazer	Setor de educação
Setor de saúde	Setor de abrigo
Setor técnico	Setor de desenv. econômico
Setor operacional	Circulação



PLANTA BAIXA - PAV. SUPERIOR



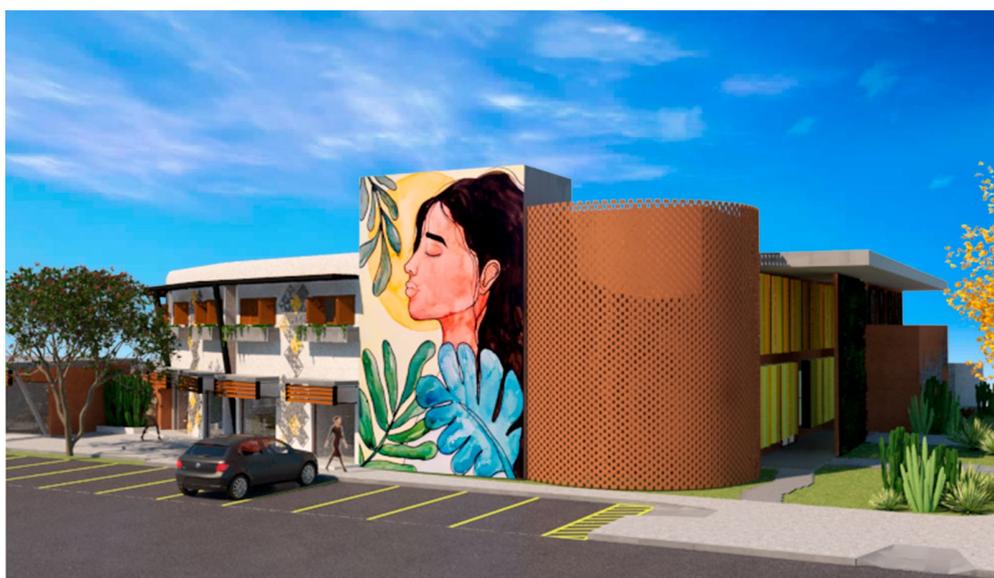
Fonte: Elaboração própria, 2020.

4.4 Do conceito à proposta

Tratando-se dos aspectos formais do projeto e sua inserção no ambiente urbano escolhido, a ideia principal é fazê-lo se destacar do seu entorno sem causar a sensação de estranheza e afastamento comum à arquitetura do espetáculo. Como relatado nos capítulos anteriores, entende-se que não é o ideal camuflar a Casa Abrigo como garantia de segurança para mulheres em situação de risco, mas sim assegurar que elas possam se sentir acolhidas em um ambiente que, além de seguro, possibilita a promoção do seu bem estar físico e psíquico, bem como de seus dependentes, sem excluí-los da sociedade e convívio urbano.

Assim como nos estudos de caso analisados neste trabalho, o projeto foi desenvolvido respeitando os aspectos arquitetônicos e culturais da cidade e, principalmente, do bairro do Farol (Figura 32). Sendo assim, o gabarito da edificação não foge ao que já é praticado nos arredores do terreno: edificações de até dois pavimentos, exceto os poucos edifícios multifamiliares próximos²¹. Além disso, destaca-se o fato dos materiais utilizados, também, serem comuns na região, já que optou-se pelo uso de vedação em alvenaria com sistema estrutural de viga e pilar em concreto armado.

Figura 32: Exterior da Casa Abrigo Flor de Mandacaru



Fonte: Elaboração própria, 2020.

²¹ Ver Mapa 01: Uso e ocupação do solo nas imediações do terreno.

4.4.1 Aspectos formais e materiais

A edificação localiza-se em um terreno de esquina, possuindo assim duas fachadas frontais. A fachada com o acesso principal (Figura 33) e de serviço fica orientada para norte, na Rua Desembargador Tenório, com alguns dos ambientes operacionais (cozinha, carga e descarga, depósito de resíduos sólidos e papelão, e copa), administrativo e de aprendizado (biblioteca) voltadas para essa rua.

Figura 33: Fachada de acesso principal e de serviço



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Já na fachada secundária, orientada para leste, na Rua Manoel Maia Nobre, ficam localizadas as lojas utilizadas para geração de renda às mulheres abrigadas, que estejam em menor situação de risco, também, podendo ser uma oportunidade de contato com o público, para aquelas que se sentirem seguras, bem como tiverem condições favoráveis, de desenvolver essa atividade de venda. No pavimento superior, acima das lojas, fica parte do setor de abrigo, com algumas das suítes, porém, salvaguardando que as destinadas às mulheres com dificuldades de locomoção estão localizadas no térreo (Figura 34).

Figura 34: Fachada das lojas e abrigo



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Enquanto a fachada norte é composta de linhas retas, interseccionando-se com a leste por meio de uma parede curva de blocos cerâmicos maciço em uma composição que remete ao cobogó, a fachada leste, também curva, traz mais movimento e dá diferentes perspectivas da rua para os usuários de cada quarto. No entanto, o intuito principal ao se pensar a disposição curva desse setor foi a de manter a visão integral da área de lazer central da casa para todo o setor de abrigo, além de garantir o melhor aproveitamento da ventilação cruzada.

Ainda, se tratando da escolha das cores e dos materiais de acabamento, a inspiração veio das casas de taipa do sertão nordestino, assim como também lembra sua vegetação resistente e remete ao magenta do fruto do mandacaru. A textura na cor de barro foi aplicada em toda a extensão da alvenaria da fachada principal e do anexo de lojas da edificação, fazendo contraponto com o cinza do concreto aparente da estrutura. Já o bloco curvo onde ficam os quartos, aproveitou-se a própria textura do reboco rústico, pintando-o apenas na cor branca. Há também o amarelo (às vezes esverdeado) do estame da flor do mandacaru utilizado nos elementos de proteção solar, e o verde do cacto vai do jardim vertical da fachada de acesso às jardineiras sob as janelas dos quartos.

No interior do abrigo foi priorizado o uso de cor clara nas paredes para melhor aproveitamento de luz natural indireta (refletida) e dar mais neutralidade ao ambiente, trazendo cores apenas em outros elementos, como: painéis de tijolos,

jardim, brises e mobiliário. O piso das áreas comuns também tem cor neutra, sendo de granilite, o qual é antiderrapante e não necessita de muita manutenção, pois é resistente à abrasão. Enquanto que na área de lazer, o revestimento utilizado foi um piso drenante de cor amarela, tendo, para criar caminhos alternativos no gramado, utilizado-se placas cimentícias com acesso às rampas e pedras naturais.

Outro material muito utilizado no projeto foi o bloco cerâmico maciço, que por sua cor e material remete às casas de taipa, trazendo um aspecto de rusticidade para a edificação. Foi aplicado de modo a criar painéis vazados, em uma composição que lembra o cobogó.

Na fachada externa, a intenção do uso deste é de proteger e dar mais privacidade à sala de acolhimento, cuja janela é voltada para o exterior, além de se tornar um elemento marcante. Já no interior do abrigo, o uso dos tijolos serviu para criar um painel capaz de filtrar parte da luz solar incidente na circulação dos quartos (Figura 35), gerando efeito de luz e sombra, assim como criar uma ligação dos elementos utilizados no interior e no exterior da Casa Abrigo.

Figura 35: Pátio interno central



Fonte: Elaboração própria, 2020.

No espaço livre central do interior da Casa fica a área de lazer com jardim e playground, expandindo-se para sudoeste do terreno, onde há um redário. Outro núcleo da área de lazer foi locado entre o bloco anexo de lojas e os quartos do

térreo. É uma praça íntima, onde as mulheres que habitam esses quartos podem desfrutar do lazer em uma área com jardim e redário mais reservada (Figura 36).

Figura 36: Praça íntima



Fonte: Elaboração própria, 2020.

No pátio interno da Casa os elementos estruturais são aparentes, tanto os pilares com seção circular do refeitório e atelier, como os pilares semi-embutidos de seção trapezoidal que sustentam o setor de abrigo. Houve a necessidade de embutir os pilares neste setor para que a circulação não tivesse obstáculos. Além de aproveitar o espaço intersticial entre os módulos de quartos, já que os pilares são robustos, a fim de sustentar este setor e manter a circulação superior em balanço.

Figura 37: Pátio interno central - playground



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nas fachadas foram aplicados alguns painéis metálicos em cor neutra (cinza), com pontos em amarelo, para proteção e camuflagem das janelas voltadas para a rua (Figura 38). Estes foram elaborados a partir da sintetização das pétalas da flor do mandacaru.

Figura 38: Aplicação do painel nas fachadas



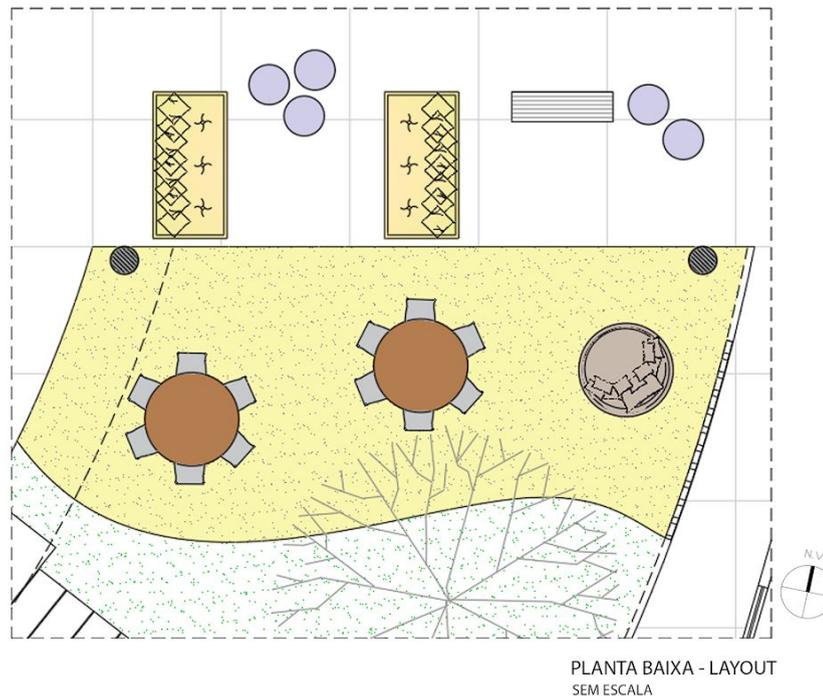
Fonte: Elaboração própria, 2020.

4.4.2 Setores e layout

O setor comum e de lazer é composto por pátio com redário e playground, um estar aberto, jardins e refeitório. A intenção é gerar espaços onde os usuários possam se reunir e interagir em momentos de lazer e nos horários das refeições.

O estar aberto foi locado próximo à porta da recepção com o intuito de criar um ambiente com sofás e bancos onde as mulheres possam receber seus visitantes (Figura 39), assim como o refeitório também pode servir para este uso. Em casos onde a mulher precise de mais privacidade, pode ser utilizada a sala de acolhimento ou mesmo os seus quartos individuais.

Figura 39: Layout do estar



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O pátio na área de lazer comum é o espaço que faz a ligação entre refeitório e o setor de abrigo (Figura 40). É um local de descanso e interação, e, por ser central e de fácil visualização pela maioria dos ambientes da Casa, facilita o monitoramento das crianças brincando no playground. Além disso, o pátio nessa posição serve principalmente para facilitar a circulação de ventos por dentro dos ambientes, bem como o aproveitamento de iluminação natural.

Outro pátio mais reservado, nomeado “praça íntima” (Figura 40), foi criado entre os quartos do térreo e as lojas, com plantas e redário. Sua função é ser um ambiente de lazer privativo para mulheres que têm dificuldade de relacionamento imediato com as outras abrigadas.

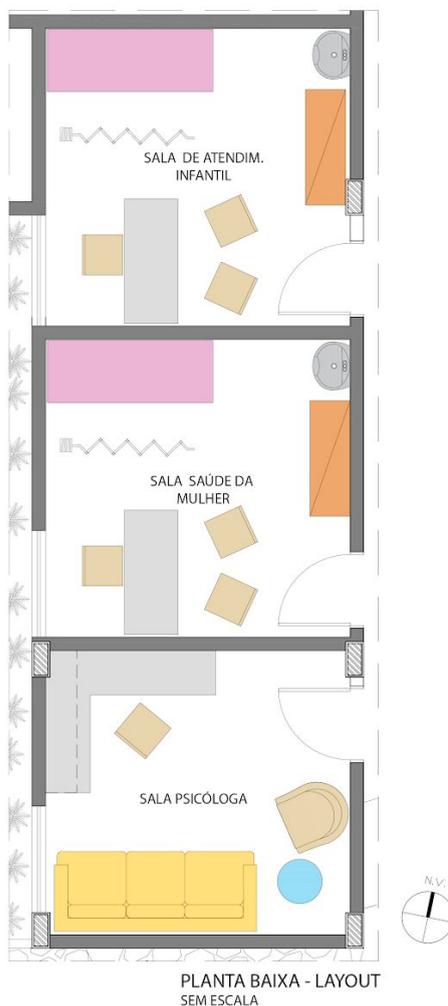
Figura 40: Layout da área de lazer



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O setor de saúde compreende duas salas de atendimento médico, uma infantil e outra para a mulher, além de uma sala de atendimento psicológico (Figura 41). Serve para consultas clínicas e preventivas, mas não substitui o atendimento hospitalar e laboratorial mais complexo.

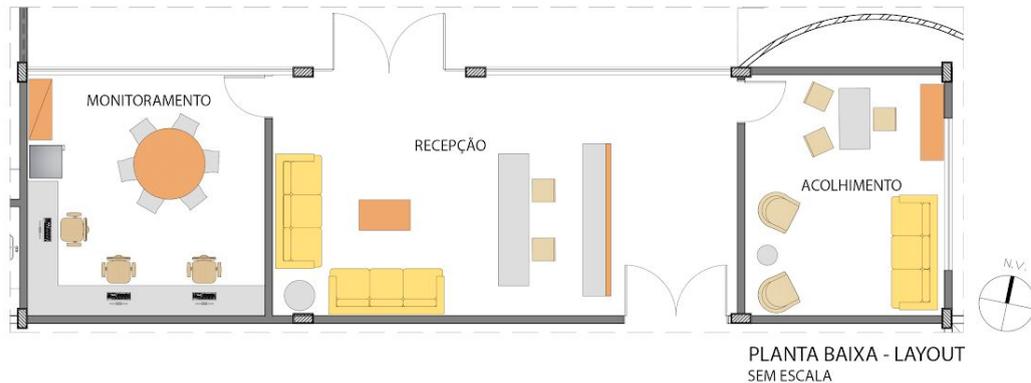
Figura 41: Layout do setor de saúde



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O setor técnico (Figura 42) possui ambientes no térreo como: a recepção e a sala de acolhimento, as quais são os ambientes de primeiro contato da mulher com a instituição, e a sala de monitoramento, onde funciona todo o aparato de vigilância da Casa. No pavimento superior (Figura 43) ficam a coordenação, sala administrativa (para advogada, assistente social, pedagoga e assistente administrativo), arquivo, e salas de atendimento administrativo e social. No acesso dessas salas, há um jardim interno com bancos para espera e vista para o pátio central.

Figura 42: Layout setor técnico térreo



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 43: Layout setor técnico superior



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O setor operacional, assim como o técnico, tem ambientes tanto no térreo quanto no pavimento superior. Os ambiente relacionados à produção das refeições e armazenamento dos alimentos estão no térreo (Figura 44), como: carga e descarga, despensa, câmara fria, câmara de resfriamento, depósito de papelão, depósito de resíduos sólidos orgânicos. Ademais, tem, também, os ambientes de higienização de roupas, sendo a lavanderia com um DML (depósito de materiais de limpeza) e um coradouro para secagem de roupas. Próximo à lavanderia ficam os banheiros coletivos e um banheiro acessível.

No pavimento superior (Figura 45), os ambientes do setor operacional são os referentes ao uso dos funcionários, como o descanso para funcionários em plantão e a copa, com um banheiro acessível exclusivo. A copa serve como local para descanso e guarda de objetos pessoais, além de realização das refeições.

Figura 44: Setor operacional - térreo



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Figura 45: Setor operacional - pavimento superior



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O setor de educação (Figura 46) serve para a realização de atividades de profissionalização da mulher abrigada possibilitando a geração de sua própria renda ou facilitando sua contratação por empresas, existindo, também, a função de auxiliar o aprendizado das crianças e adolescentes abrigados junto às suas mães. Dessa forma, o setor é composto por salas de aula convencionais, biblioteca com acesso a computadores, atelier para realização de oficinas de costura, pintura, empreendedorismo e produção de artesanato local, e uma brinquedoteca com fraldário dentro do atelier, onde as crianças menores podem ser cuidadas e observadas enquanto suas mães estão em aula.

Figura 46: Setor de educação



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Apesar do setor de abrigo ser disposto em curva, optou-se por manter a planta no interior dos quartos um retângulo, preservando o ângulo reto, pois, segundo Mascaró (1995), os ângulos entre paredes superiores a 90° são menos econômicos. Além disso, essa escolha se deu com o intuito de evitar estranheza do usuário em ambientes com parede curva ou ângulos diferentes ao que é acostumado cotidianamente.

Com oito módulos de quartos com banheiro compartilhado, como visto no estudo de caso de abrigo para mulheres em Israel, o setor de abrigo foi pensado objetivando proporcionar privacidade para cada mulher acolhida.

Os módulos comuns são compostos por dois quartos de 9,72m² cada e um banheiro compartilhado com 2,83m²; já os módulos acessíveis têm 16,92m² em cada quarto e banheiro acessível com 4,65m² (Figura 47). No térreo são três módulos com acesso imediato à praça íntima, sendo dois acessíveis e um comum. Os banheiros acessíveis foram projetados seguindo as recomendações da NBR 9050:2015, com o uso de barras verticais e horizontais ao lado do vaso sanitário, chuveiro e pia, e uma área de circulação mínima de 1,50 metros de diâmetro. No que corresponde aos quartos, a área de circulação mínima também é de 0,90 metros de largura, possuindo área de giro de 1,50 metros de diâmetro. Por fim, no pavimento superior ficam cinco módulos comuns, também com dois quartos e um banheiro, cada.

Figura 47: Módulos das suítes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O layout dos quartos pode variar de acordo com as necessidades (Figura 48). A proposta prevê que no térreo fiquem as mulheres com alguma dificuldade de

locomoção e aquelas que estão fragilizadas e precisam de mais privacidade. Sendo assim, as suítes 01 e 02 são mais amplas e sem divisórias internas para facilitar o fluxo da cadeira de rodas, têm duas camas de solteiro ou beliche para a mulher e seus dependentes, roupeiro e escrivaninha.

Nas suítes 03 e 04 há apenas cama ou beliche com escrivaninha e roupeiro, servindo, também, para a mulher que não venha acompanhada de dependentes. Alguns dos quartos superiores seguem a mesma lógica, as suítes 11, 12, 13 e 14, que podem servir para mulheres abrigadas sem acompanhantes, ou com um beliche para um acompanhante. Há também a possibilidade de manter a mulher em um dos quartos do módulo e levar seus dependentes para o quarto ao lado, já que são divididos apenas por um hall com portas de correr que podem ser mantidas abertas, garantindo a proximidade da família abrigada.

As suítes 05, 07 e 09 possuem uma cama e um beliche, comportando três pessoas, para mulheres com dois ou mais dependentes, que também podem ser divididos entre os quartos do mesmo módulos, sem separar a família. Já os quartos 06, 08 e 10 possuem apenas um beliche (Ver pranchas 01 e 02 com as plantas de layout nos anexos).

Os quartos foram pensados para que o número de pessoas que utilizam os módulos e, conseqüentemente, dividem o banheiro, não fosse maior que quatro.

Figura 48: Propostas de layout para as suítes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A geração de renda para as mulheres que sofrem violência é um fator importante para facilitar que consigam se desprender de relacionamentos abusivos, pois, cria a possibilidade de independência financeira. Sendo assim, a Casa Abrigo Flor de Mandacaru dispõe de pontos comerciais, em que as abrigadas podem vender o produto de seu aprendizado dentro da casa, como roupas, artesanato, comida, prestação de serviços de beleza (como manicure e cabeleireira), entre outros.

O setor de desenvolvimento econômico (Figura 49) foi projetado próximo ao estacionamento, para facilitar o fluxo de clientes que precisam estacionar o carro para fazer suas compras, sendo composto por sete pontos comerciais: quatro destes possuem banheiro acessível compartilhado, também, satisfazendo a necessidade de provedores, em caso de lojas de roupas. Os outros três pontos ficam em um anexo com uma projeção de cobertura de 2,50 metros na fachada frontal, a qual serve para sombrear e pode ser utilizado para colocação de mesas de lanchonete, por exemplo.

Do lado esquerdo do anexo fica um bicicletário para os consumidores deixarem suas bicicletas enquanto visitam os pontos comerciais.

Figura 49: Layout do setor de desenvolvimento econômico



Fonte: Elaboração própria, 2020.

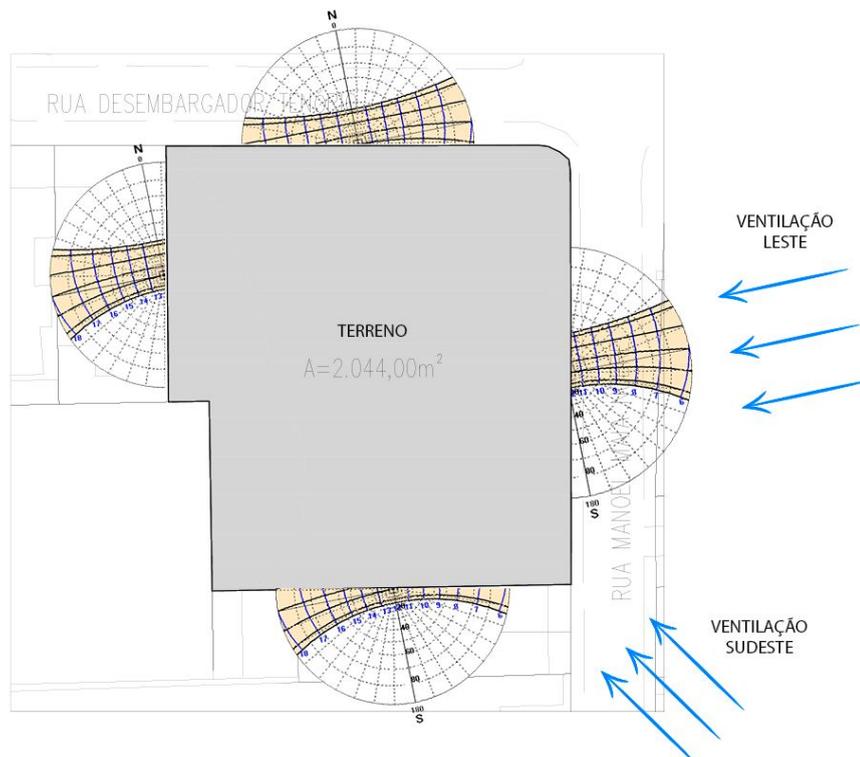
4.4.3 Aspectos do conforto ambiental

O conforto ambiental aplicado ao nordeste brasileiro está atrelado a algumas características específicas da construção, como sombreamento de aberturas e uso de elementos vazados, além da promoção sustentável desses fatores no ambiente, que é subordinado ao melhor aproveitamento de ventilação e iluminação naturais, como afirma Armando Holanda em sua cartilha “Roteiro para construir no Nordeste”

(HOLANDA, 1976). Levando em consideração as características do clima, Holanda (1976) cria seus nove princípios para construções nordestinas: criar sombras, recuar paredes, vazar muros, proteger janelas, abrir portas (vazadas e protegidas), continuação dos espaços, construir com pouco, conviver com a natureza e construir frondoso (com modo de construir local).

Diante dessas premissas, a edificação da Casa Abrigo dispõe de características projetuais que possibilitam o melhor aproveitamento dos recursos renováveis aplicáveis ao conforto ambiental, sendo estes: aberturas opostas em um ambiente, propiciando ventilação cruzada; como no estudo de repertório da Casa Kwieco, a implantação da edificação favorece a captação de ventilação (Figura 50), pois os ambientes de abrigo são voltados para leste, sul e sudeste, os quais recebem os ventos predominantes da região; e sombreamento de aberturas por brises, venezianas e marquises.

Figura 50: Insolação e ventos predominantes



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A maior parte do terreno é voltada no sentido leste-oeste, e a ventilação predominante vem do leste e sudeste. Sendo assim, os quartos, que são ambientes

de maior permanência, ficam voltados para o leste e sudeste, a fim de melhor aproveitar a ventilação e proteger esses ambientes do sol poente.

Figura 51: Estudo de insolação nos solstícios de verão e inverno



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A proteção solar foi necessária em todas as fachadas onde há aberturas, pois, a depender do horário do dia, todas recebem incidência solar direta (Figura 51). Dessa maneira, foram aproveitadas como elementos também decorativos, tanto os brises verticais, como os horizontais, criando ritmo (Figura 52). Já no bloco 2, onde fica a copa e a sala de acolhimento, optou-se por elaborar um painel vazado com blocos cerâmicos maciços, funcionando como cobogós. Esse painel tem como trabalho disfarçar e proteger as janelas existentes nessa fachada e, ainda assim, permitir a ventilação e iluminação natural.

Figura 52: Elementos de proteção solar nas fachadas



Fonte: Elaboração própria, 2020

Nas janelas dos quartos foi preferível o uso de esquadrias com veneziana móvel para controle de insolação e ventilação, assim como nas janelas da biblioteca e salas de aula. A veneziana proporciona proteção como os brises, permitindo melhor controle do usuário, porquanto pode ser totalmente fechada ou aberta de acordo com as necessidades.

Esses elementos de controle da incidência solar também facilitam o aproveitamento de luz natural sem transmitir calor diretamente ao ambiente e, para potencializar este efeito, os ambientes internos são pintados em cores claras, diminuindo o uso de energia elétrica durante o dia.

4.4.4 Paisagismo

Os jardins e espaços livres da instituição foram pensados a partir da perspectiva da psicologia ambiental e ambientes restauradores, tendo foco em como o ambiente pode ser um agente ativo no processo de recuperação do paciente/usuário. Segundo Souza, a interação da pessoa com o ambiente está

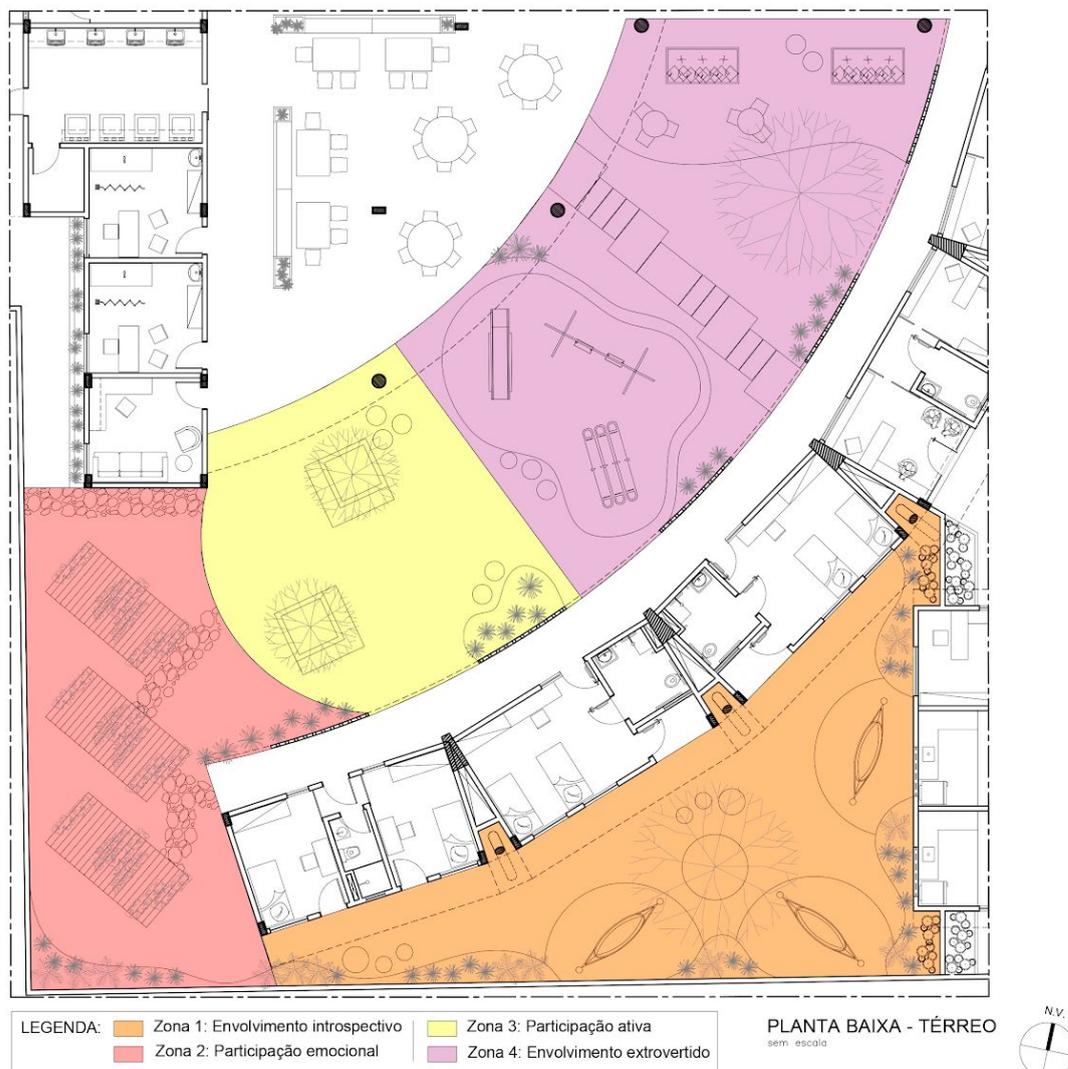
relacionada ao seu “poder mental” (SOUSA, 2016, p.15), que é a capacidade do usuário em interagir com o espaço e as pessoas que nele estão inseridas. São divididos em quatro níveis: envolvimento introspectivo, participação emocional, participação ativa e envolvimento extrovertido.

No nível do envolvimento introspectivo o usuário tem o poder mental fraco, ou seja, existe certa dificuldade em se relacionar com as pessoas e realizar atividades de interação no ambiente. Sendo assim, a pessoa sente a necessidade de maior isolamento.

No segundo nível, de participação emocional, o usuário possui poder mental ainda fraco, mas já se interessa pelas atividades que ocorrem no ambiente, apesar de não possuir força mental para interagir e participar. Nesse nível, o usuário tem poder mental forte e interage com o ambiente de forma ativa.

Já o envolvimento extrovertido se difere da participação ativa a partir da capacidade de liderança e proatividade dos usuários com poder mental muito forte (SOUZA, 2016). Desse modo, a área de lazer foi zoneada com base nesse conceito de envolvimento do usuário com o ambiente (Figura 53).

Figura 53: Planta baixa de zoneamento da área de lazer segundo conceito de poder mental do usuário.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A zona 1, de envolvimento introspectivo (Figura 54), é a praça íntima que foi criada para atender a necessidade de maior isolamento da mulher que sente alguma dificuldade inicial de interação ou convívio com as outras usuárias da casa. Nesta praça, priorizou-se dar a possibilidade de lazer assim como do pátio principal: uma área ao ar livre com incidência solar, árvores, plantas arbustivas, e redário.

Pensando em explorar mais a relação da pessoa com o ambiente, os estímulos sensoriais se tornaram parte componente do projeto paisagístico. Sendo assim, texturas diferentes são utilizadas nos pisos, com deck em madeira

demarcando os redários e o jasmim-manga (*Plumeria rubra*), de floração branca com manchas rosadas, exalando seu odor suave.

As arbustivas escolhidas foram bromélias neoregelia maia (*Neoregelia sp*) e guzmania amarela (*Guzmania sp*) que compõem as jardineiras com mandacaru (*Cereus jamacaru*) e cacto-candelabro (*Euphorbia trigona*).

Figura 54: Zona 01 - Praça íntima



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A zona 2, de participação emocional (Figura 55), está atrelada ao redário do pátio central, já que é um ambiente de relaxamento mais afastado de onde acontecem as outras atividades da Casa, mas, ainda assim, permite a assimilação das dinâmicas do ambiente. Essa área é composta por três módulos com pergolado em madeira cobertos por trepadeira mandevila (*Mandevilla splendens*), com grama esmeralda no piso e pedras rústicas criando caminhos sobre a grama.

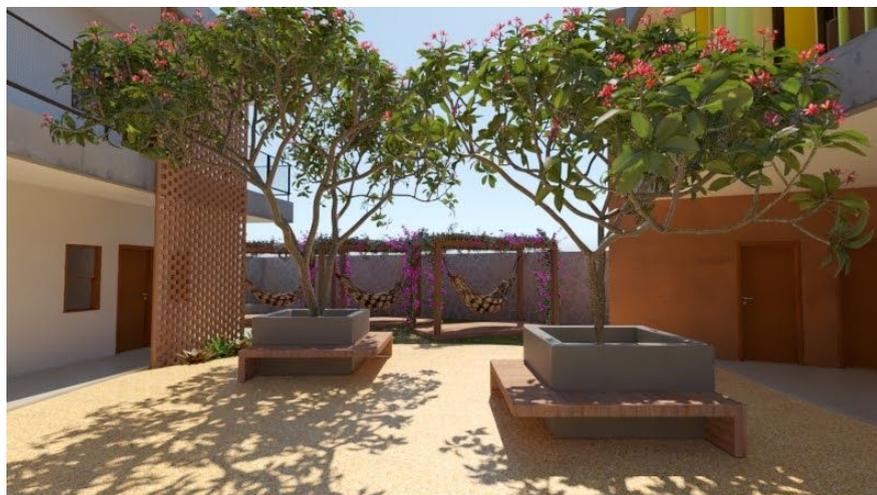
Figura 55: Zona 02 - Participação emocional



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A zona 3 é a de participação ativa (Figura 56), onde fica localizado um espaço com bancos e árvores para interação das mulheres enquanto observam as crianças brincando no playground, que faz parte da zona 4.

Figura 56: Zona 03 - Participação ativa



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Na zona 4, de participação extrovertida (Figura 57), a usuária é levada a utilizar o playground com seus filhos pequenos, bem como receber familiares e amigos. O jardim desta zona, assim como a 3, é composto também por bromélias neoregelia maia e guzmania amarela, além de jasmim manga e um ipê amarelo (*Handroanthus albus*) mais próximo à área de recepção dos familiares. O solo, assim como em outras zonas, foi revestido por piso drenante amarelo e grama esmeralda.

Já na área reservada para o playground, foi utilizado areia, gerando a possibilidade de brincadeiras com o próprio material do piso.

Figura 57: Zona 04 - Participação extrovertida



Fonte: Elaboração própria, 2020.

A partir dessa disposição do zoneamento na área de lazer ao ar livre, entende-se que os preceitos relacionados a distrações positivas (ULRICH,1983), controle do ambiente pelo usuário (VASCONCELOS,2014), o envolvimento dos usuários nos jardins terapêuticos de acordo com seu poder mental (SOUZA, 2016), e ambientes restauradores (GRESSLER e GUNTER, 2013), foram atendidos estimulando o uso da área de lazer por todas as abrigadas e seus filhos independente do seu nível de introspecção, podendo tornar a passagem pela Casa Abrigo menos angustiante.

No jardim interno superior, no hall de espera do setor administrativo, a planta escolhida para dar vida ao ambiente foi o lírio-da-paz (*Spathiphyllum wallisii*), de folhagem verde escura com flores brancas em uma composição dentro da jardineira com argila expandida e seixo rolado.

Externamente, o paisagismo tem a função de proteger, trazer beleza, promover sombreamento nas calçadas e reforçar a identidade da edificação. As plantas utilizadas são as mesmas do interior do abrigo, com adição de maior quantidade de cactáceas, as quais foram aplicadas com moderação nos jardins do interior, buscando evitar possíveis acidentes com as crianças, considerando que possuem espinhos. Assim, a composição dos jardins exteriores são de mandacaru,

cacto-candelabro, as bromélias neoregelia e guzmania amarela, piteira do caribe (*Agave angustifolia*), enquanto as árvores utilizadas são, igualmente, o ipê amarelo e o jasmim-manga.

Na fachada de acesso principal (Figura 58) foi disposto um jardim vertical que marca a entrada do edifício e a recepção. Esse jardim é composto por plantas de cores esverdeadas, esbranquiçadas e roxas, e para criar o efeito desejado com essa paleta foram escolhidas: barba de serpente (*Ophiopogon jaburan*), trapoeraba roxa (*Tradescantia pallida purpurea*).

Figura 58: Fachada de acesso principal e de serviço



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para as jardineiras sob as janelas dos quartos foi escolhida a peperômia (*Peperomia scandens*) por sua característica pendente e de folhagem verde com bordas brancas. Ademais, para dar proteção aos muros ao lado das lojas em anexo, foram utilizados mandacarus em um jardim encostado ao muro. Enquanto que, para auxiliar no sombreamento das lojas durante a manhã, foi utilizado um jasmim manga na calçada, próximo ao estacionamento (Figura 59).

Figura 59: Fachada secundária - lojas e quartos superiores



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Dessa forma, é perceptível que o projeto arquitetônico, utilizando-se do paisagismo para criação de espaços de cura, mostra-se uma escolha interessante em ambientes de abrigo temporário, principalmente em instituições que abrigam pessoas fragilizadas psicologicamente. Além disso, a personalização do ambiente de acordo com os aspectos culturais e construtivos do local onde será implantado o projeto, criam a sensação de pertencimento, além de facilitar a construção e baratear custos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As causas que motivam a violência contra a mulher são seculares e serviram de alicerce para implementação e sustento do sistema econômico atual, o qual se alimenta da exploração do proletariado causando desigualdades sociais. A degradação da imagem feminina, o estabelecimento da ideia de inferioridade, além da submissão da mulher antes e durante o período denominado de "caça às bruxas", foram de grande valia para a consolidação do capitalismo, culminando na atual divisão sexual do trabalho, que tem importante papel na manutenção desse sistema.

Nesse contexto, a violência contra os corpos femininos ocorre para reafirmar uma posição de poder masculina, além de amparar a estruturação atual dos trabalhos de cada sexo. Assim, observou-se que a posição da mulher é entendida apenas como a de genitora e nutriz de sua prole, enquanto o homem possui trabalho remunerado fora de casa, trabalho este considerado mais importante por prover o sustento da família. Para manutenção dessa posição de superioridade, o homem sente a necessidade de impor sobre a mulher o seu poder, que reverbera nos diversos âmbitos, porém, mais violentamente dentro do lar.

Além disso, a partir de uma perspectiva interseccional, percebe-se uma significativa disparidade na relação entre violência e raça quando se trata de mulheres negras comparadas com as brancas, pois os assassinatos de mulheres negras foram sete vezes maior que o de brancas em Alagoas, demonstrando como o racismo estrutural é um fator que define ainda mais o perfil da mulher violentada.

Dessa forma, verifica-se que se confirma a hipótese de necessidade de combate à violência no âmbito familiar, a partir das análises feitas ao longo do trabalho. Contudo, as dificuldades encontradas vão desde o medo que a vítima possui em denunciar seu agressor à falta de fortalecimento e ampliação da rede de enfrentamento.

Ademais, confirmou-se também, por meio de análises de estudos de casos de Casas Abrigo, que a forma como o serviço é prestado atualmente se mostra inadequado à realidade que estas mulheres vivenciam, sendo o caráter sigiloso destas instituições e o despreparo de seus profissionais um empecilho para auxiliar a mulher na quebra do ciclo de violência.

Os estudos realizados possibilitaram o cumprimento dos objetivos traçados, culminando na criação de um anteprojeto arquitetônico para cidade de Maceió, o qual considera a cultura local, bem como as demandas referentes ao enfrentamento à violência doméstica.

Sendo assim, este trabalho esboça uma sugestão de anteprojeto arquitetônico de uma Casa Abrigo para Maceió, a qual tem como foco o usuário e sua interação com o ambiente como meio de cura através do contato com a natureza e o controle ambiental. Nessa perspectiva, foi pensado para dar autonomia às mulheres, criando espaços privativos para cada família. Além disso, visa estimular o contato com o exterior do abrigo, com a cidade, onde podem realizar suas atividades e até trabalhar, de acordo com o nível de segurança necessário e o estado psicológico da mulher abrigada.

Portanto, entende-se que a garantia da integridade física e psicológica das mulheres vítimas de violência doméstica é um dos meios para a superação de traumas causados por relacionamentos abusivos. Sendo assim, a arquitetura e o urbanismo podem ter importante influência no que concerne ao direito à cidade e estrutura física segura e de qualidade para o acolhimento dessas vítimas, dando o suporte necessário para que não voltem ao ciclo de violência em que se encontravam. Isso está atrelado à capacidade da instituição de prover segurança e apoio psicossocial às mulheres acolhidas, enquanto estas desenvolvem outras perspectivas de vida pós-abrigamento.

Dessa forma, este trabalho incita a discussão sobre violência doméstica e os problemas que as políticas de abrigamento enfrentam atualmente, trazendo à tona os efeitos positivos que a arquitetura com foco no usuário pode ter no processo de abrigamento humanizado e, conseqüentemente, no estímulo à quebra do ciclo de violência.

6. REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Segurança Pública. **Boletins Anuais de Estatística Criminal**, 2012 - 2019. Disponível em: <<http://seguranca.al.gov.br/estatisticas/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMORIM, E.R.A. **Casa-abrigo para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica em Pernambuco: Sob a Ótica Das Mulheres Pós-Abrigadas**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2015. Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de Barros.

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. **Shelter for Victims of Domestic Violence**. Disponível em: <<https://www.agarchitecture.net/shelter-for-victims-of-domestic-violence>>. Acesso em: 22 out. 2019.

ARCHDAILY BRASIL. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>>. Acesso em: 22 out. 2019.

_____. **Casa Albergue KWIECO / Hollmén Reuter Sandman Architects**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/775596/casa-albergue-kwieco-hollmen-reuter-sandman-architects>>. Acesso em: 23 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres / Presidência da República. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Brasília, 2011.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/ Presidência da República. **Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência**. Brasília, 2007.

_____. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 1 de dez. 2020.

_____. **LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em 3 de jan. 2020.

_____. Senado Federal - Observatório da Mulher Contra a Violência. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil:** indicadores nacionais e estaduais. – N. 1. Brasília, 2016.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, 2008.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in) Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília, v. 24, n. 2. p.171-180, abr./jun. 2008.

DEZEEN. **Refúgio das mulheres de Kilimanjaro.** Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2015/08/21/hollmen-reuter-sandman-kilimanjaro-womens-refuge-moshi-tanzania-yellow-buildings-courtyard/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa.** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Erika Evelyn Pereira Ferreira. **Mulheres em Situação de Abrigamento:** Uma abordagem a partir da inserção em uma casa-abrigo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe - UFS, Sergipe, 2015. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Leal Cunha.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Edição 13. São Paulo, 2019.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Edição 14. São Paulo, 2020.

_____. **Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19,** 16 de abril de 2020. Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Decode. Disponível em: <<http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2020.

GRESSLER, Sandra Christina; GÜNTHER, Isolda de Araújo. Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. **Estudos de Psicologia.** Brasília, 2013, p.487-495.

HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no nordeste:** arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Recife: UFPE, 1976.

HOLLMEN REUTER SANDMAN. **Women's Centre**. Disponível em: <<http://www.hollmenreutersandman.com/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

INFOESCOLA. **Mandacaru**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/plantas/mandacaru/>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 67–75.

LIMA, A.C.F. de. **Estudo configuracional dos assassinatos cometidos contra mulheres na cidade de Maceió**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, 2018. Orientador: Prof. Dr. Emerson O. do Nascimento.

LUCY, Andrea. **Casa Abrigo garante apoio a vítimas de violência**. Site da Prefeitura de Maceió, ASCOM SEMAS, 7 de agosto de 2018. Entrevista concedida a Flávia Duarte. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2018/08/casa-abrigo-garante-apoio-a-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

MACEIÓ. Lei nº 5.593, de 08 de fevereiro de 2007. Institui o Código de Urbanismo e Edificações do município de Maceió, estabelece o zoneamento da cidade de acordo com os parâmetros de macrozoneamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (lei municipal n. 5.486, de 30 de dezembro de 2005) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Maceió**, Maceió, AL, 9 fev. 2007.

MASCARÓ, J. L. **O custo das decisões arquitetônicas no projeto de Hospitais**. Brasília: Ministério da Saúde, 1995.

MOSER, Gabriel. **Psicologia ambiental**. Estudos de Psicologia, 1998, 121-130. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008>. Acesso em: 30 de out. 2020.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, agosto de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PAULA, Mayara Almeida de; ARAÚJO, Flavia de Sousa. **Maceió de cores e contrastes: Análise interseccional e o (não) direito à cidade**. In: Anais do VIII CONINTER. Anais...Maceió(AL) Unit/AL, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/coninter2019/177297-MACEIO-DE-CORES-E-CON>>

TRASTES--ANALISE-INTERSECCIONAL-E-O-(NAO-DIREITO)-A-CIDADE>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Marli de Araújo. **Violência doméstica na relação entre o público e o privado**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, 2008. Orientadora: Prof^ª. Dra. Ruth Vasconcelos.

SILVA, Cristiane. GODOY, Márcia Regina. Avaliando a (Des)igualdade de Gênero e a Vitimização. **Revista de Estudos Sociais**, N. 37, V. 18, 2016.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. 2010 Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2020.

SOUZA, S. F. F. de. **Jardins terapêuticos em unidades de saúde**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Orientadores: Prof^ª. Dra. Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares e Prof. Dr. Luís Paulo Faria de Almeida Ribeiro.

ULRICH, R. S. Aesthetic and affective response to natural environment. In I. Altman & J. F. Wohlwill (Orgs.), **Behavior and the natural environment** (Vol. 06, p. 85-120). Nova Iorque: Plenum, 1983.

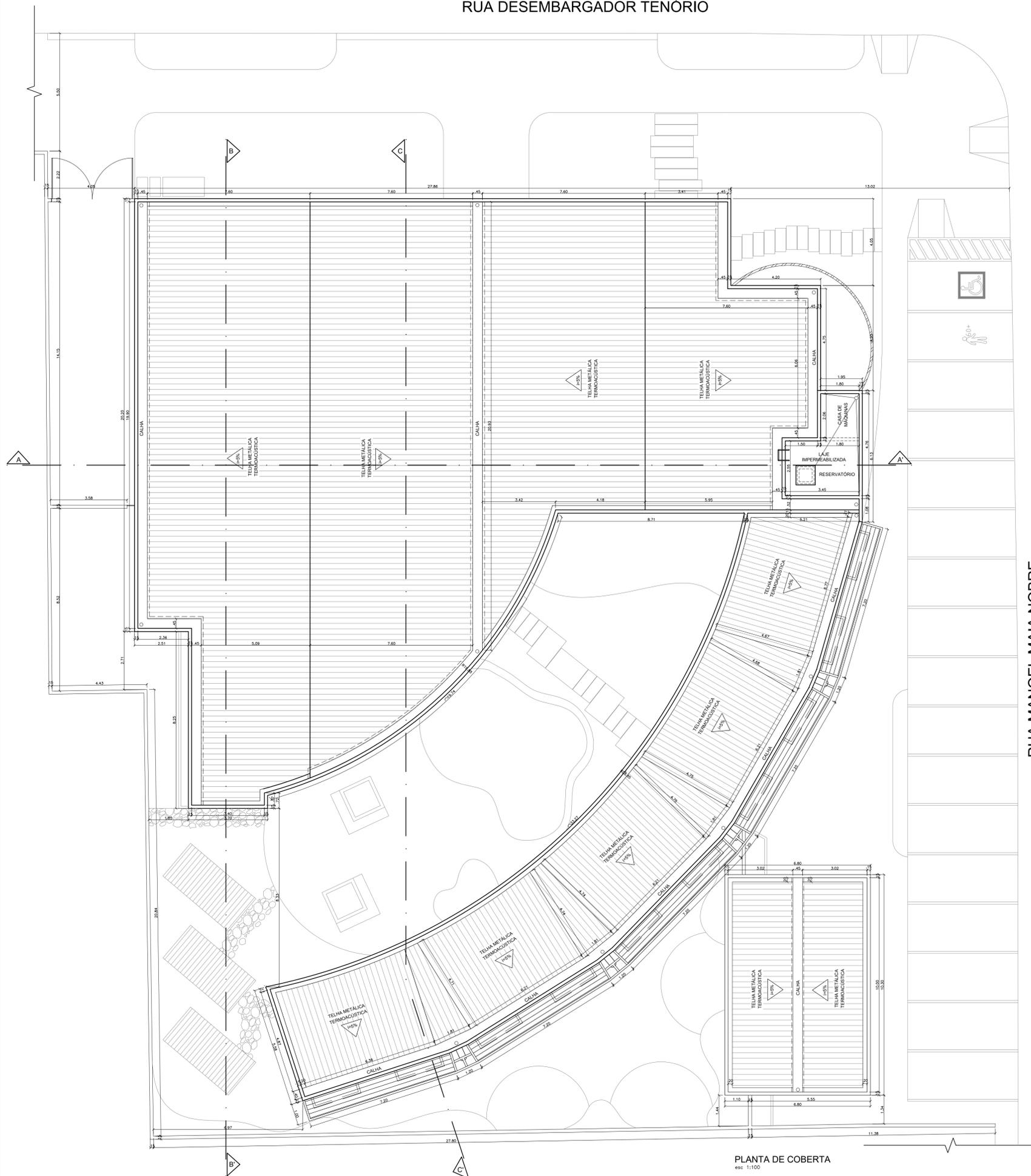
VARANDA, Fernando. **Women's Centre**. Disponível em: <<https://archnet.org/system/publications/contents/8711/original/DTP101210.pdf?1389281516>>. Acesso em: 10 out. 2019.

VASCONCELOS, R. T. B. **Humanização de ambientes hospitalares: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2004. Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Helena Moro Bins Ely.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flasco, 2015.

WALKER, Lenore. **The battered woman syndrome**. 3. ed. Nova Iorque: Springer Publishing Company, 2009.

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



PLANTA DE COBERTA
esc 1:100



PLANTA DE SITUAÇÃO
esc 1:500

RUA MANOEL MAIA NOBRE



INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

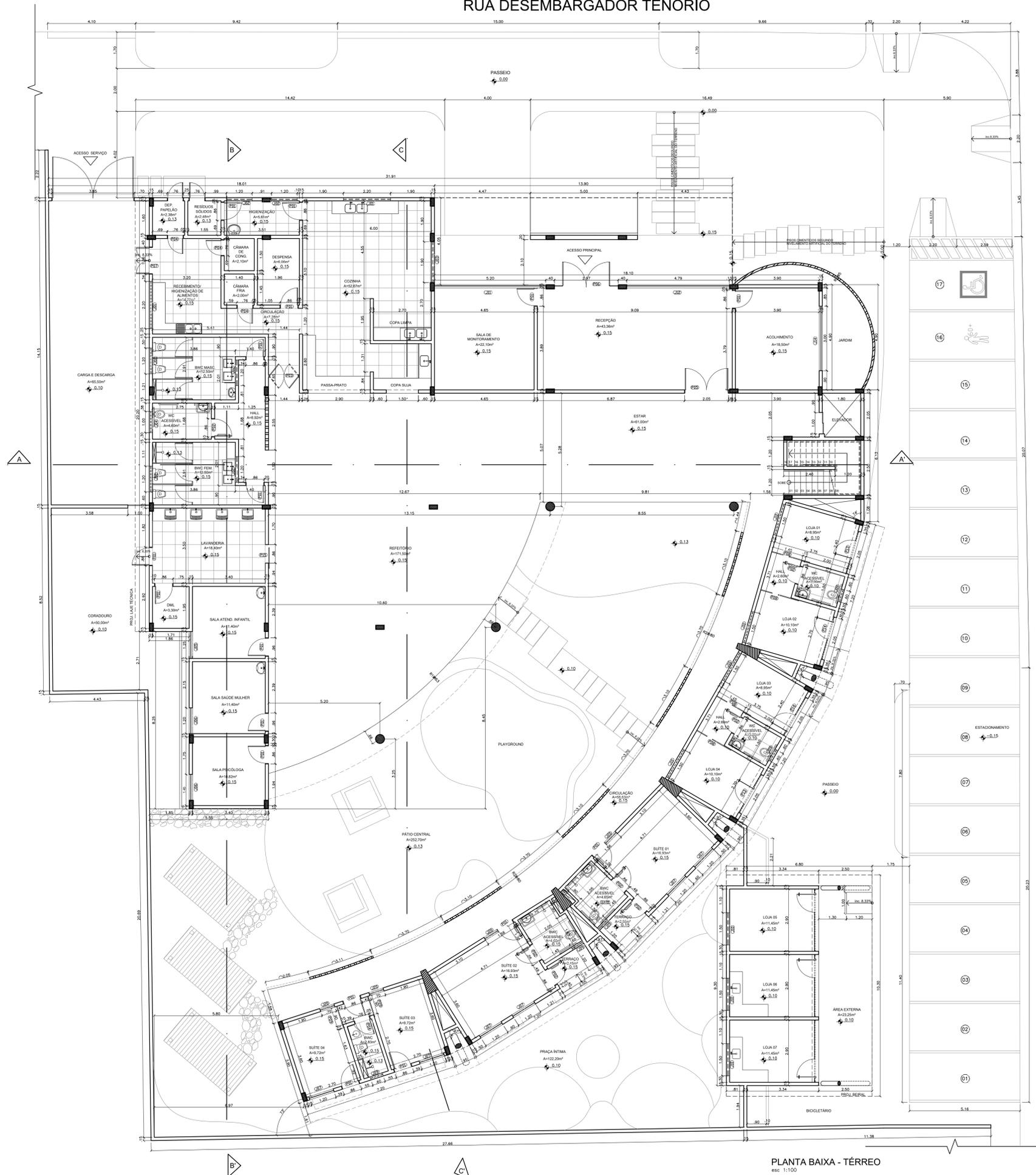
	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	

DESENHO:	FEV. 2021	1/11
PLANTA DE COBERTA	UNID.: METRO	
PLANTA DE SITUAÇÃO	ESC.: VARIADA	

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



PLANTA BAIXA - TÉRREO
esc. 1:100

QUADRO DE ESQUADRIAS						
COD.	LARG.	ALT.	PEIT.	TIPO	QTD.	MATERIAL
PORTAS (DIMENSÕES EM METRO)						
P01	0,86	2,10	-	GIRO	32	MADERA
P02	0,86	2,10	-	GIRO ACESSÍVEL C/ PLUMADOR	9	MADERA
P03	1,44	2,10	-	VAI E VEM 2 FOLHAS C/ VISOR	1	MADERA E VIDRO
P04	0,76	2,10	-	GIRO	11	MADERA
P05	2,05	2,10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADERA
P06	2,97	2,10	-	GIRO 2 FOLHAS C/ LATERAIS	1	ALUMÍNIO E VIDRO
P07	1,26	2,10	-	GIRO 2 FOLHAS COM VISOR	1	MADERA E VIDRO
P08	1,45	2,10	-	CORRER 2 FOLHAS (1 FIXA)	4	MADERA
P09	0,95	2,10	-	CORRER	12	MADERA
P10	1,66	2,10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADERA
P11	1,60	2,10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADERA
P12	1,26	2,10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADERA
P13	2,05	2,30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS E LATERAIS FIXAS	4	VIDRO E MADERA
P14	2,05	2,30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS NO CANTO E LATERAIS FIXAS	4	VIDRO E MADERA
P15	0,86	2,10	-	CORRER	1	MADERA
P16	2,90	2,30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS NO CANTO E LATERAIS FIXAS	3	VIDRO E MADERA
JANELAS (DIMENSÕES EM METRO)						
J01	2,20	0,40	1,70	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J02	1,20	0,40	1,70	JANELA CORRER 2 FOLHAS	4	MADERA E VIDRO
J03	1,90	0,40	1,70	JANELA CORRER 3 FOLHAS	1	MADERA E VIDRO
J04	1,00	0,40	1,70	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J05	1,25	1,00	1,10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	1	MADERA E VIDRO
J06	1,20	1,00	1,10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J07	1,20	1,00	1,10	ABRIR C/ VENEZIANA 2 FOLHAS	6	MADERA E VIDRO
J08	2,00	1,00	1,10	ABRIR C/ VENEZIANA 4 FOLHAS	10	MADERA E VIDRO
J09	0,60	0,50	1,60	BASCULANTE COM 2 FOLHAS	11	MADERA E VIDRO
J10	1,50	0,50	1,60	JANELA CORRER 3 FOLHAS	3	MADERA E VIDRO
J11	5,20	2,30	0,40	PELE DE VIDRO	2	ALUMÍNIO E VIDRO
J12	4,80	2,30	0,40	PELE DE VIDRO	2	ALUMÍNIO E VIDRO
J13	2,97	2,30	0,40	PELE DE VIDRO	1	ALUMÍNIO E VIDRO
J14	3,00	1,00	1,10	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J15	1,30	1,00	1,10	VENEZIANA CORRER 1 FOLHAS	4	MADERA
J16	3,95	1,70	0,40	JANELA FIXA 4 FOLHAS	1	MADERA E VIDRO
J17	1,60	1,00	1,10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J18	1,30	0,50	1,60	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J19	3,00	0,50	1,60	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADERA E VIDRO
J20	0,70	1,00	0,40	JANELA GUILHOTINA 2 FOLHAS	1	MADERA E VIDRO
J21	18,50	1,50	0,90	JANELA CURVA 20 FOLHAS	1	ALUMÍNIO E VIDRO

RUA MANOEL MAIA NOBRE

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m


UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO PRODUTO FINAL

CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

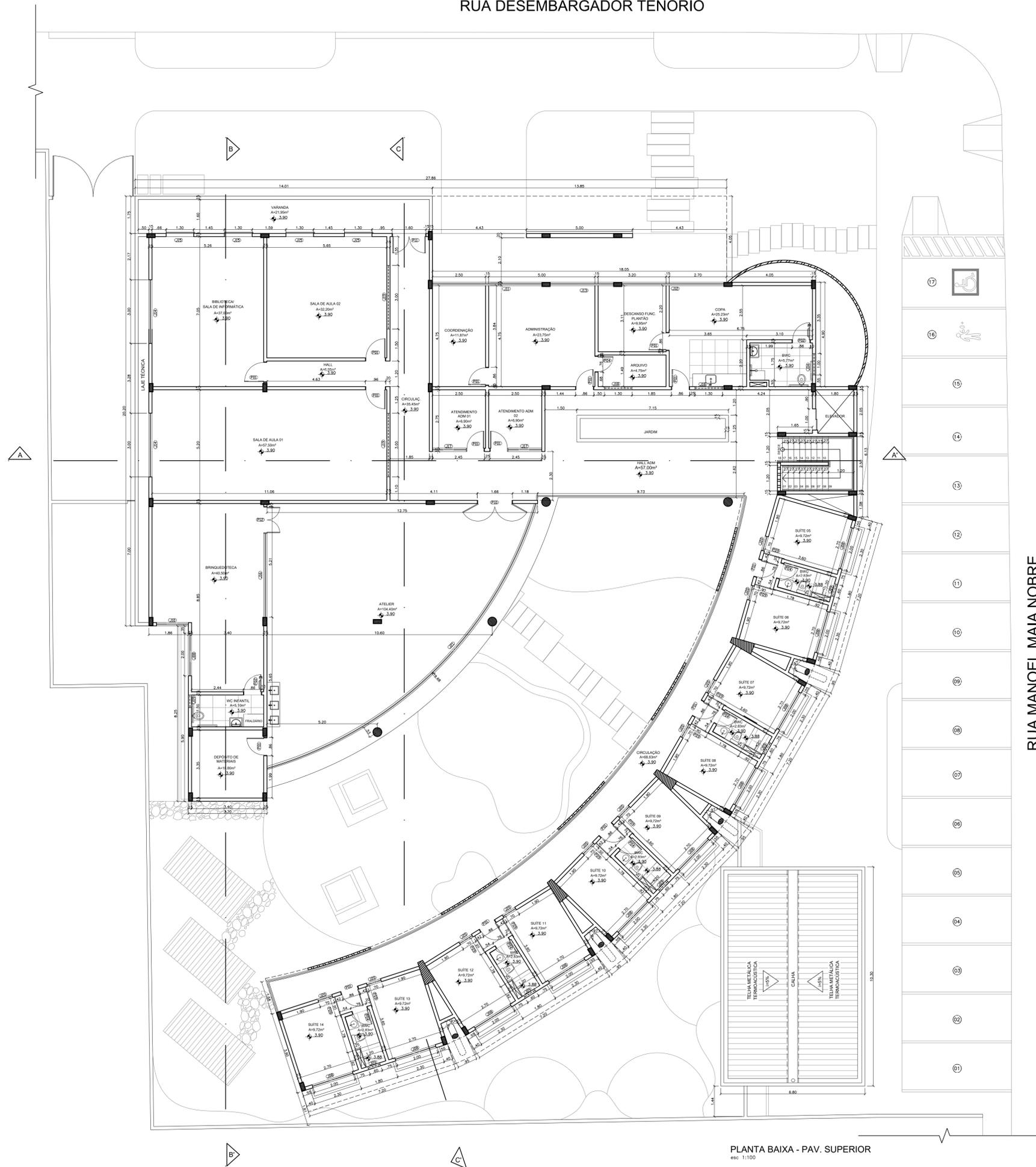
DESENHO: **PLANTA BAIXA - TÉRREO** FEV. 2021

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA UNID.: METRO

ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO ESC.: 1/100

2/11

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



PLANTA BAIXA - PAV. SUPERIOR
esc 1:100

QUADRO DE ESQUADRIAS						
COD.	LARG.	ALT.	PEIT.	TIPO	QTD.	MATERIAL
PORTAS (DIMENSÕES EM METRO)						
P01	0.86	2.10	-	GIRO	32	MADEIRA
P02	0.86	2.10	-	GIRO ACESSIVEL C/ PUXADOR	9	MADEIRA
P03	1.44	2.10	-	VAI E VEM 2 FOLHAS C/ VISOR	1	MADEIRA E VIDRO
P04	0.76	2.10	-	GIRO	11	MADEIRA
P05	2.05	2.10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADEIRA
P06	2.97	2.10	-	GIRO 2 FOLHAS C/ LATERAIS	1	ALUMÍNIO E VIDRO
P07	1.26	2.10	-	GIRO 2 FOLHAS COM VISOR	1	MADEIRA E VIDRO
P08	1.45	2.10	-	CORRER 2 FOLHAS (1 FIXA)	4	MADEIRA
P09	0.95	2.10	-	CORRER	12	MADEIRA
P10	1.66	2.10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADEIRA
P11	1.60	2.10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADEIRA
P12	1.26	2.10	-	GIRO COM 2 FOLHAS	1	MADEIRA
P13	2.05	2.30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS E LATERAIS FIXAS	4	VIDRO E MADEIRA
P14	2.05	2.30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS NO CANTO E LATERAIS FIXAS	4	VIDRO E MADEIRA
P15	0.86	2.10	-	CORRER	1	MADEIRA
P16	2.90	2.30	-	GIRO C/ 1 FOLHAS NO CANTO E LATERAIS FIXAS	3	VIDRO E MADEIRA
JANELAS (DIMENSÕES EM METRO)						
J01	2.20	0.40	1.70	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J02	1.20	0.40	1.70	JANELA CORRER 2 FOLHAS	4	MADEIRA E VIDRO
J03	1.90	0.40	1.70	JANELA CORRER 3 FOLHAS	1	MADEIRA E VIDRO
J04	1.00	0.40	1.70	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J05	1.25	1.00	1.10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	1	MADEIRA E VIDRO
J06	1.20	1.00	1.10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J07	1.20	1.00	1.10	ABRIR C/ VENEZIANA 2 FOLHAS	6	MADEIRA E VIDRO
J08	2.00	1.00	1.10	ABRIR C/ VENEZIANA 4 FOLHAS	10	MADEIRA E VIDRO
J09	0.60	0.50	1.60	BASCULANTE COM 2 FOLHAS	11	MADEIRA E VIDRO
J10	1.50	0.50	1.60	JANELA CORRER 3 FOLHAS	3	MADEIRA E VIDRO
J11	5.20	2.30	0.40	PELE DE VIDRO	2	ALUMÍNIO E VIDRO
J12	4.80	2.30	0.40	PELE DE VIDRO	2	ALUMÍNIO E VIDRO
J13	2.97	2.30	0.40	PELE DE VIDRO	1	ALUMÍNIO E VIDRO
J14	3.00	1.00	1.10	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J15	1.30	1.00	1.10	VENEZIANA CORRER 1 FOLHAS	4	MADEIRA
J16	3.95	1.70	0.40	JANELA FIXA 4 FOLHAS	1	MADEIRA E VIDRO
J17	1.60	1.00	1.10	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J18	1.30	0.50	1.60	JANELA CORRER 2 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J19	3.00	0.50	1.60	JANELA CORRER 4 FOLHAS	2	MADEIRA E VIDRO
J20	0.70	1.00	0.40	JANELA GUILHOTINA 2 FOLHAS	1	MADEIRA E VIDRO
J21	18.50	1.50	0.90	JANELA CURVA 20 FOLHAS	1	ALUMÍNIO E VIDRO

RUA MANOEL MAIA NOBRE

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

 **UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

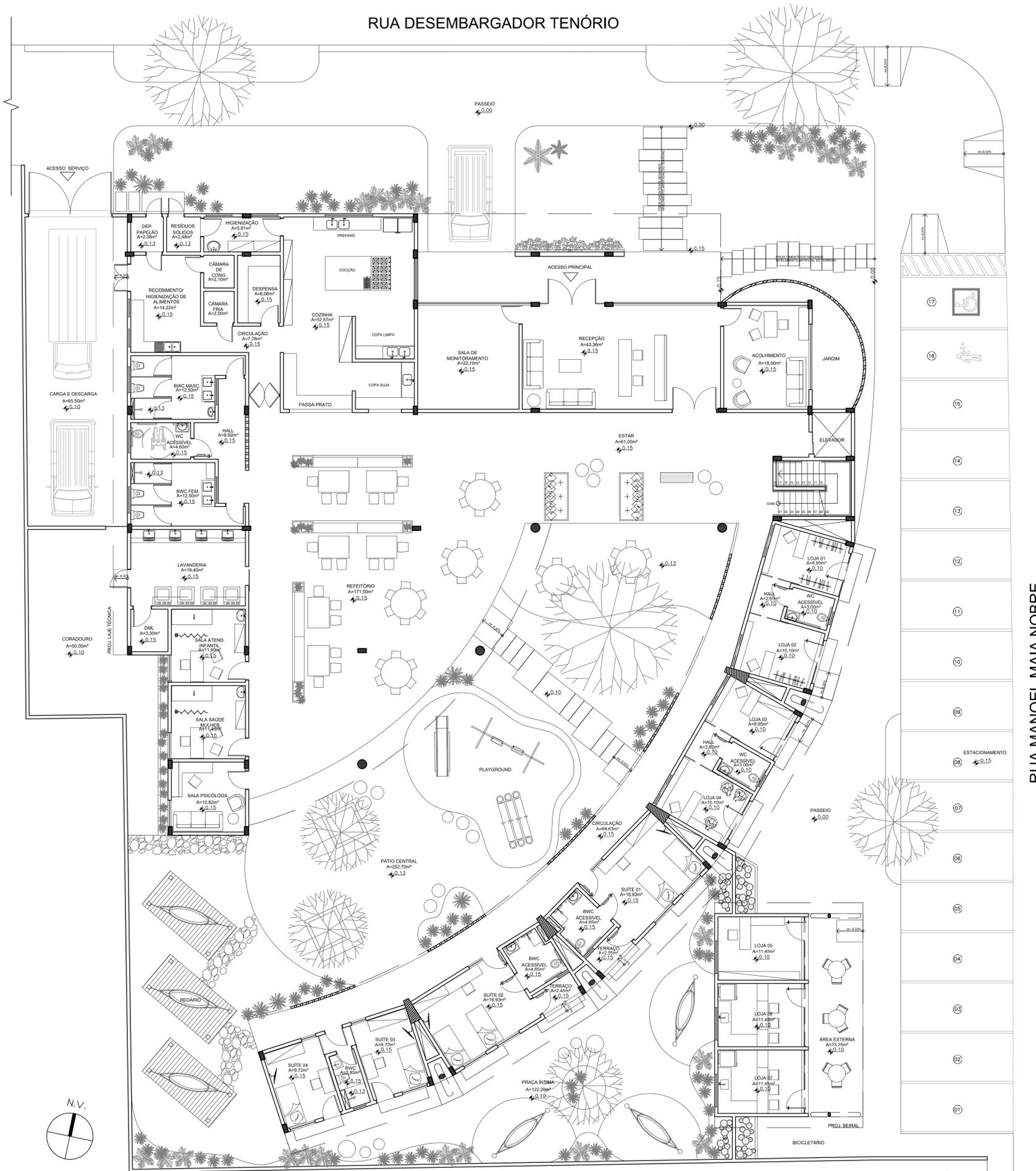
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO PRODUTO FINAL

CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DESENHO: **PLANTA BAIXA - PAV. SUPERIOR** FEV. 2021
UNID.: METRO 3/11
ESC.: 1/100

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO

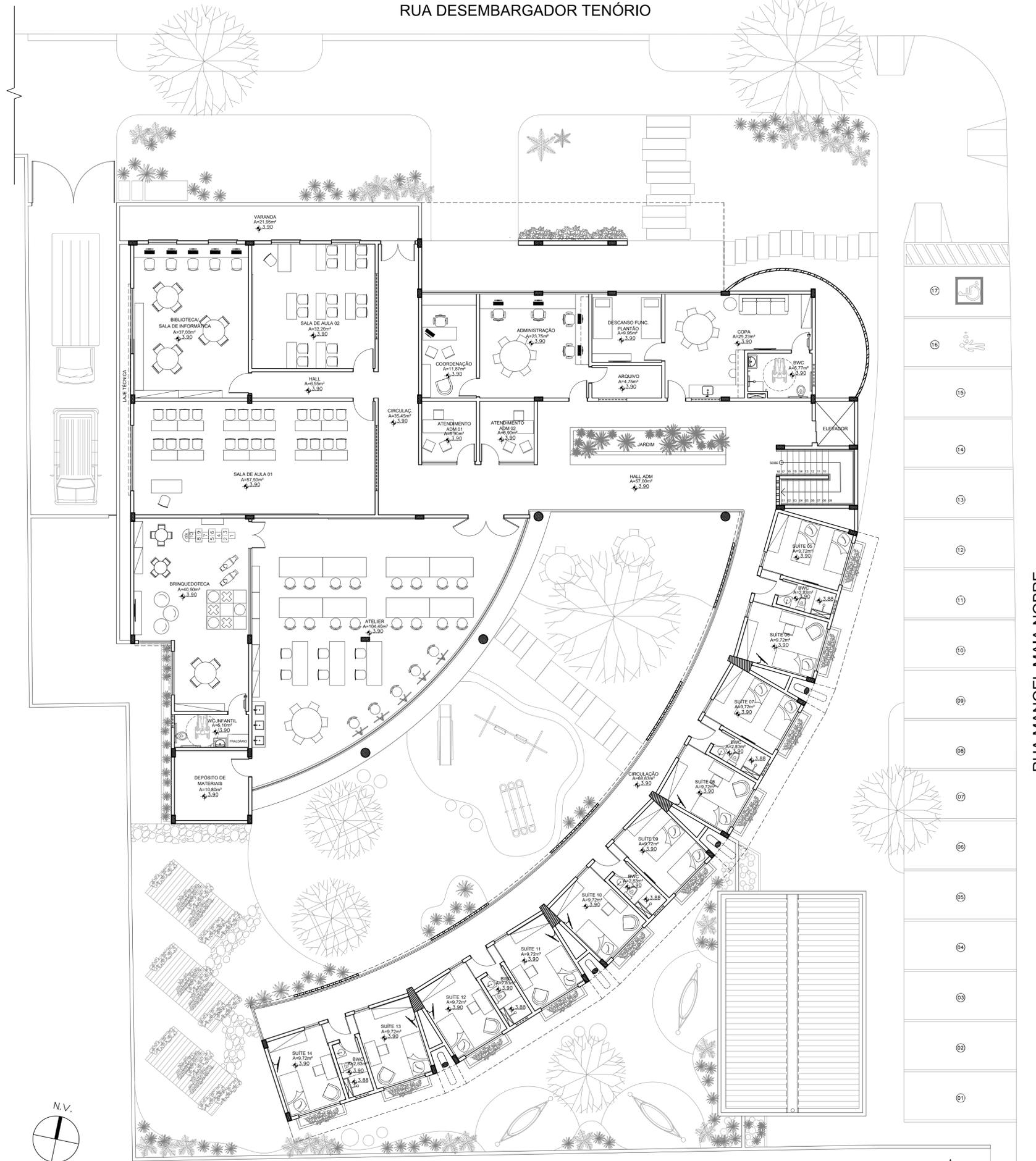


RUA MANOEL MAIA NOBRE

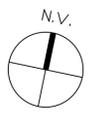
PLANTA BAIXA - TÉRREO
esc 1:100

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m
UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		PRODUTO FINAL	
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO		CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO		TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	
DESENHO:		FEV. 2021	
PLANTA DE LAYOUT - TÉRREO		UNID.: METRO	
DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA		ESC.: 1/100	
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO		4/11	

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



RUA MANOEL MAIA NOBRE



PLANTA BAIXA - PAV. SUPERIOR
esc 1:100

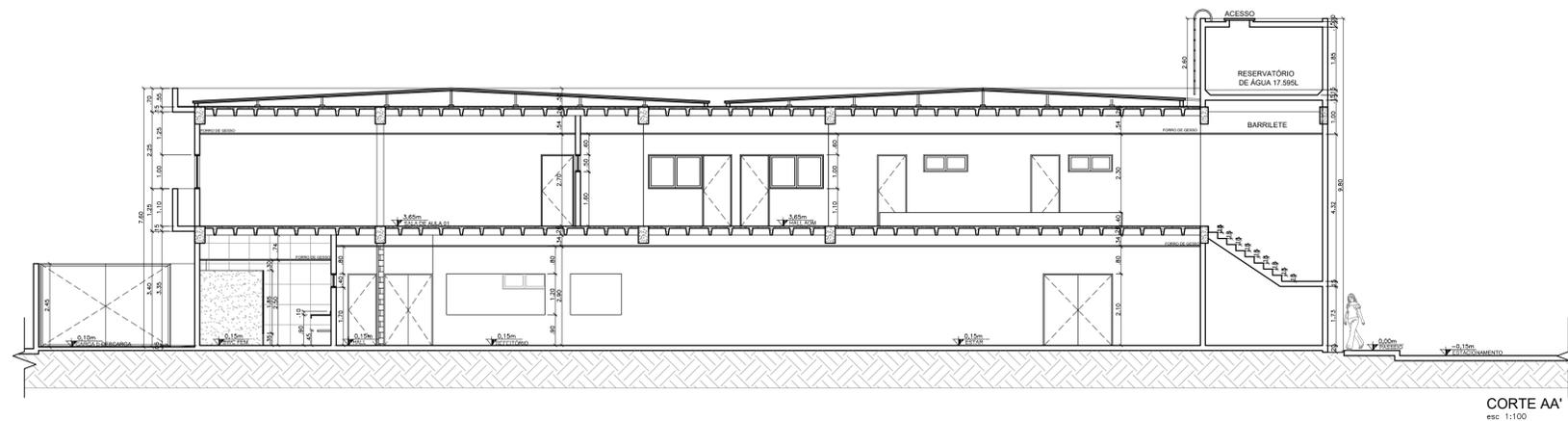
INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

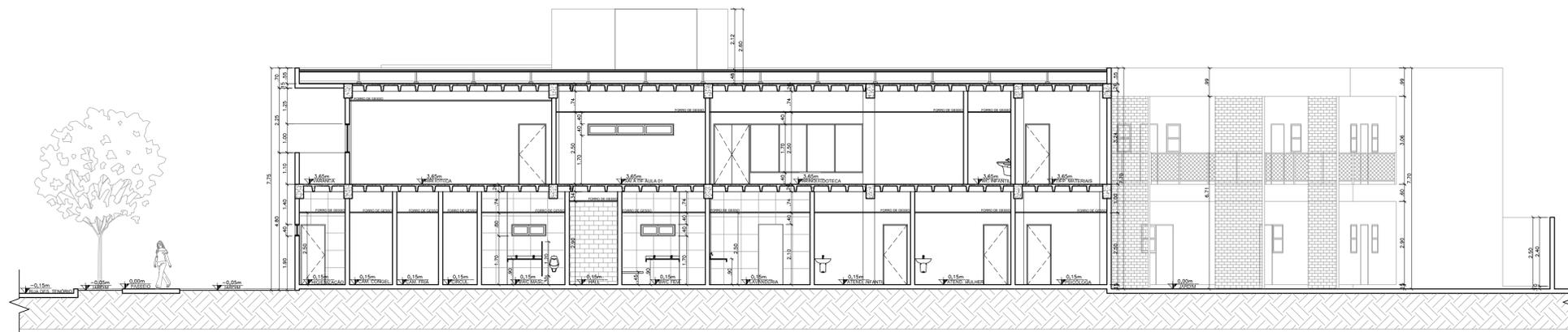
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	

DESENHO:	FEV. 2021	5/11
PLANTA DE LAYOUT - PAV. SUPERIOR	UNID.: METRO	
	ESC.: 1/100	

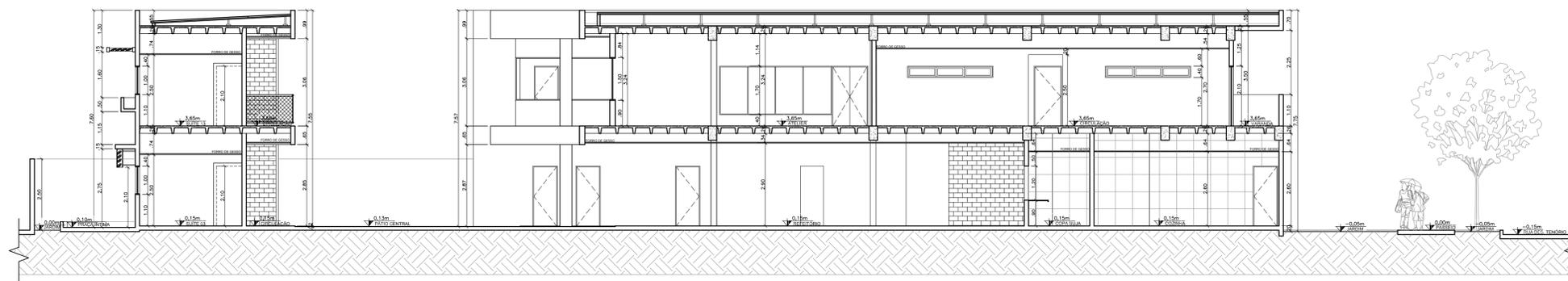
DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO



CORTE AA'
esc: 1:100



CORTE BB'
esc: 1:100



CORTE CC'
esc: 1:100

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS

ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

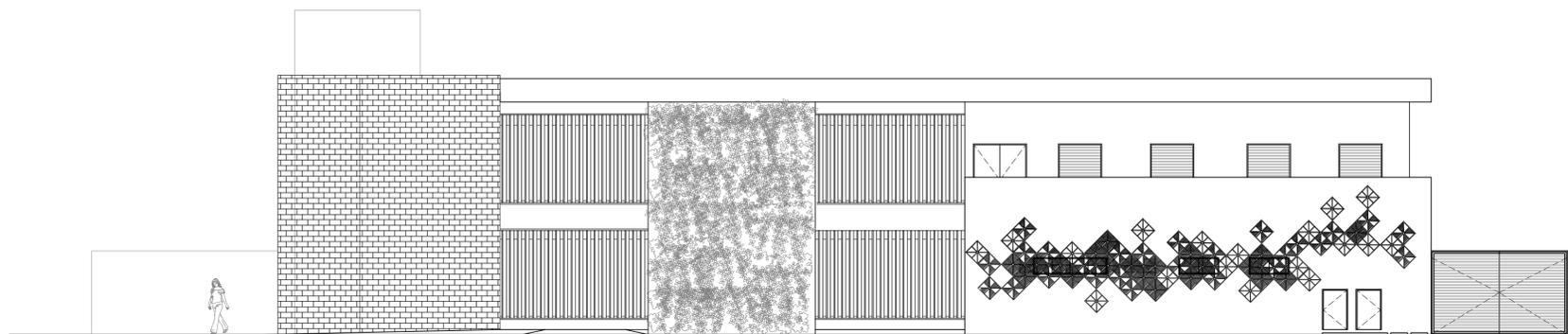
	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
-----------------------------	---------------

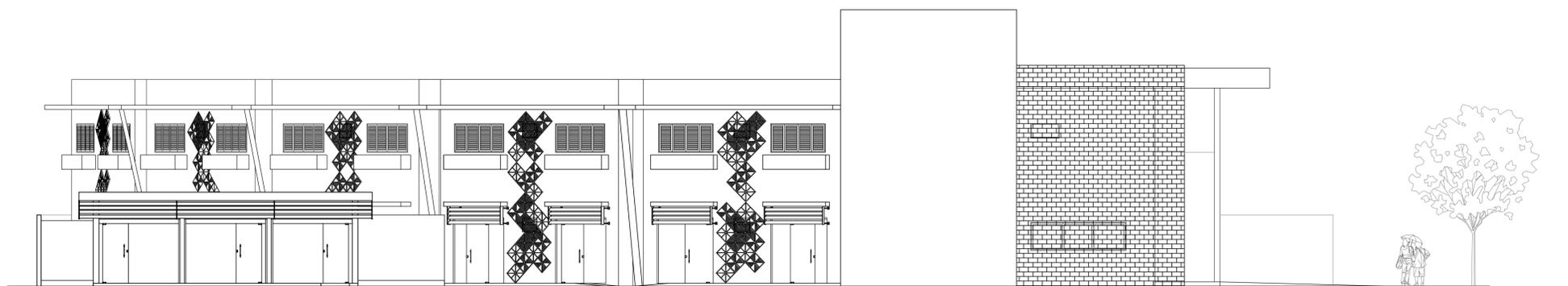
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DESENHO:	FEV. 2021	6/11
CORTES	UNID.: METRO	
	ESC.: 1/100	

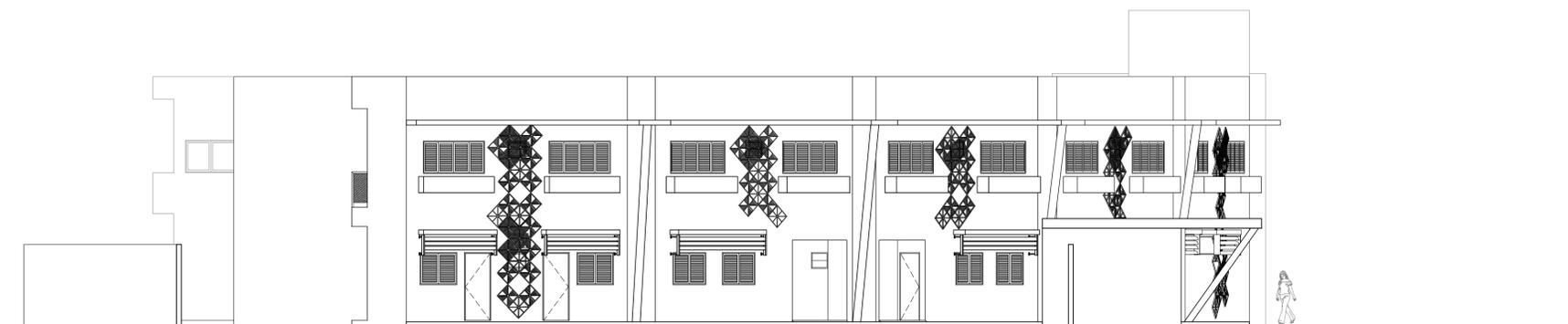
DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO



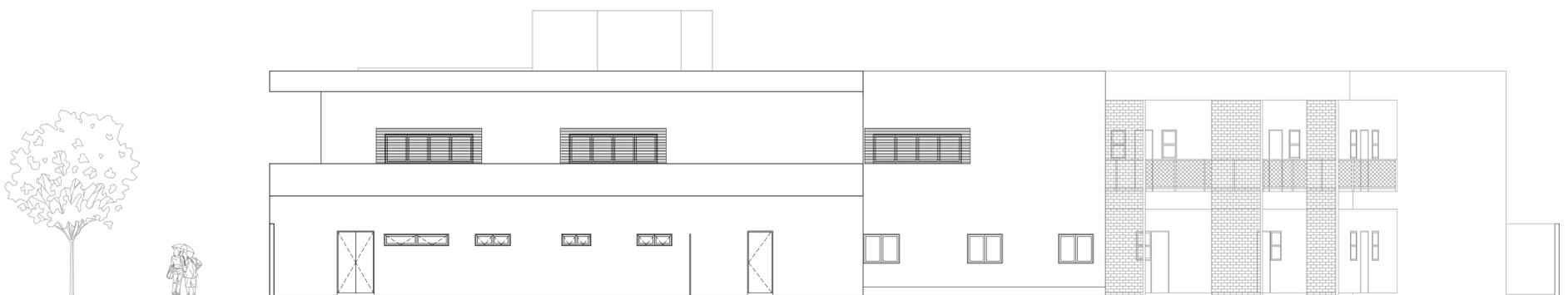
FACHADA NORTE
esc 1:100



FACHADA LESTE
esc 1:100



FACHADA SUL
esc 1:100



FACHADA OESTE
esc 1:100

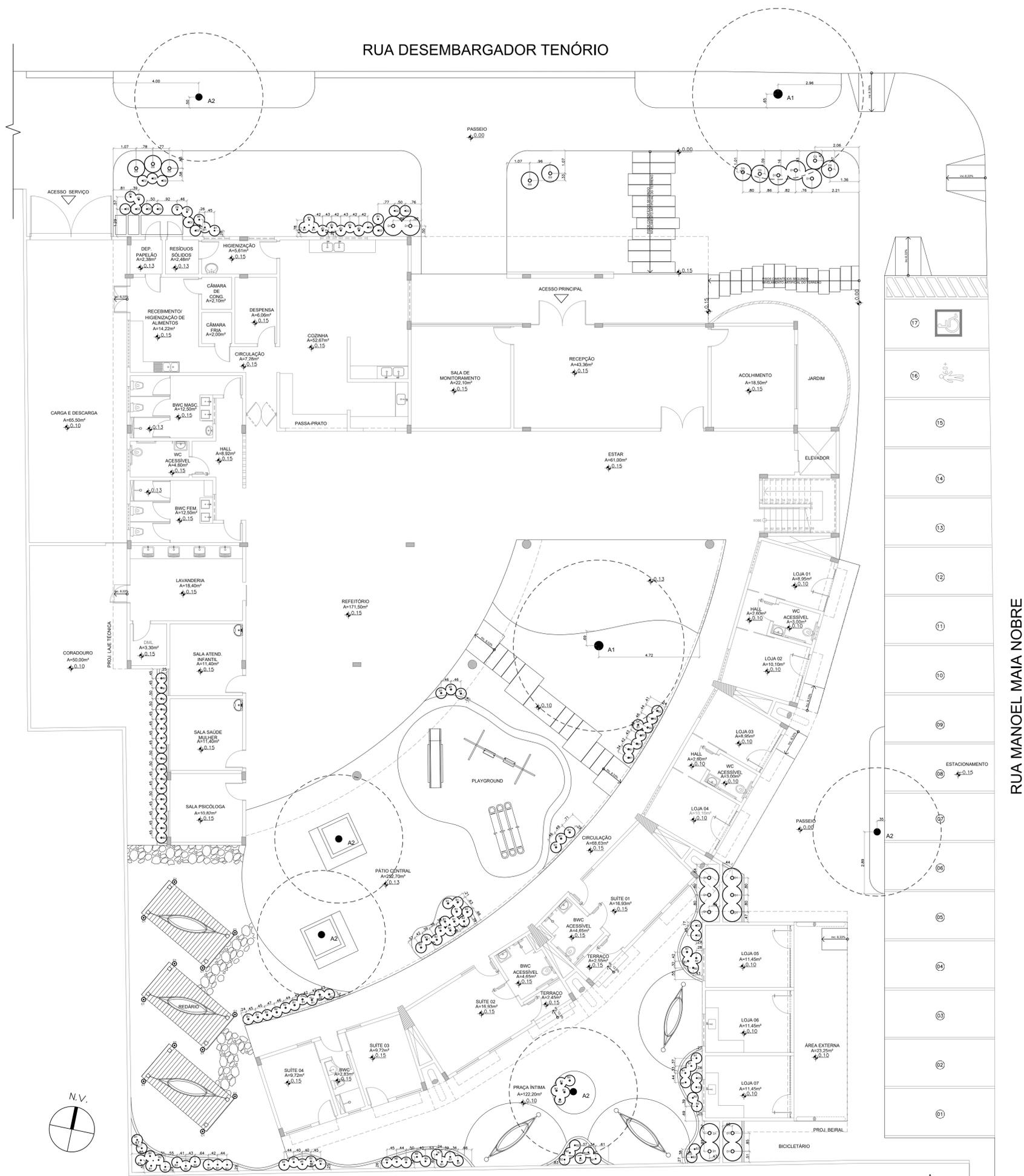
INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m



UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
DESENHO: FACHADAS	FEV. 2021
	UNID.: METRO
	ESC.: 1/100
DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA	
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO	

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



PLANTA BAIXA PAISAGÍSTICA - TÉRREO
esc 1:100

MEMORIAL BOTÂNICO

IMAGEM	CÓDIGO	CONVENÇÃO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	PORTE	Ø COPA	COR E CICLO DA FLORAÇÃO
	A1		Ipê Amarelo	<i>Handroanthus caribaia</i>	Brasil	20 m	8 m	Amarela/ Primavera
	A2		Jasmim manga	<i>Plumeria rubra</i>	América central, América do Norte e América do Sul	6 m	3.5 m	Rosa/ Inverno/ Primavera
	B1		Neoregelia maia	<i>Neoregelia sp.</i>	Brasil	0.40 m	-	Verão
	B2		Guzmania amarela	<i>Guzmania sp.</i>	América do Sul	0.30 m	-	Amarela/ Verão
	B3	-	Barba de serpente	<i>Ophiopogon jaburan</i>	Ásia	0.40 m	-	Branca ou roxa/ Verão
	B4	-	Trapeoraba roxa	<i>Tradescantia pallida purpurea</i>	América do Norte	0.40 m	-	Roxa/ Verão
	B5		Peperomia	<i>Peperomia scandens</i>	América do Sul	0.90 m	-	Branco / Primavera/ Verão
	B6		Lírio-da-paz	<i>Spathiphyllum wallisii</i>	América do Sul e América Central	0.60 m	-	Branco/ Primavera/ Verão
	C1		Mandevilla	<i>Mandevilla splendens</i>	Brasil	1,8 m	-	Rosa/ Primavera/ Verão
	D1		Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Brasil	3 m	-	Branco/ Primavera/ Verão
	D2		Cacto-candelabro	<i>Euphorbia trigona</i>	África	3 m	-	Verão
	D3		Piteira do caribe	<i>Agave angustifolia</i>	América Central	2 m	-	Amarela ou branca/ após 10 anos
	E1		Grama são carlos	<i>Axonopus compressus</i>	Brasil	0.15 m	Forração	Verde/ Todas as estações

RUA MANOEL MAIA NOBRE

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO PRODUTO FINAL

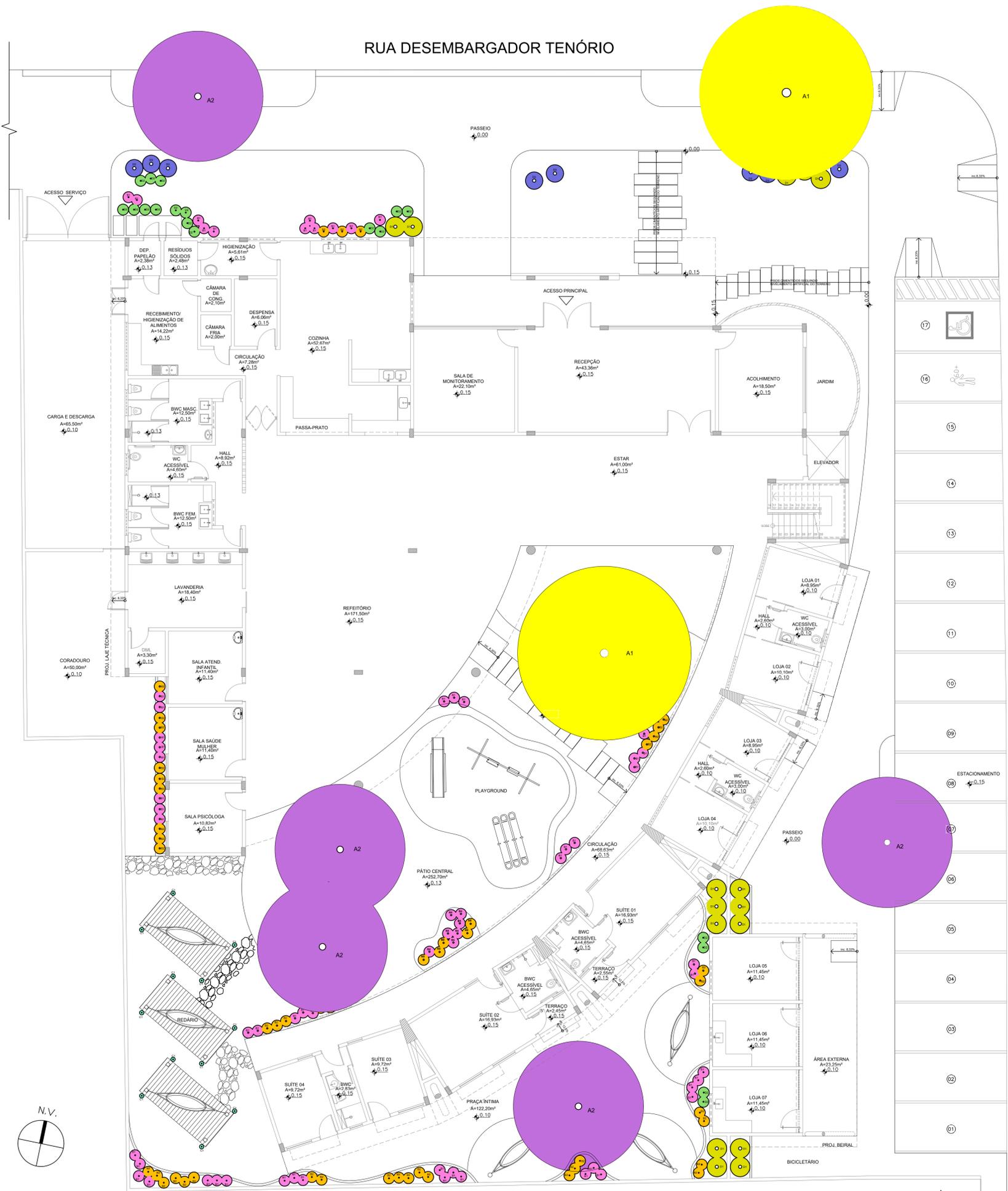
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DESENHO: **PLANTA BAIXA PAISAGÍSTICA - TÉRREO** FEV. 2021
UNID.: METRO 8/11
ESC.: 1/100

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO

RUA MANOEL MAIA NOBRE



PLANTA DE COBERTURA VEGETAL - TÉRREO
esc. 1:100

MEMORIAL BOTÂNICO

IMAGEM	CÓDIGO	CONVENÇÃO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	PORTE	Ø COPA	COR E CICLO DA FLORAÇÃO
	A1		Ipê Amarelo	<i>Handroanthus caraba</i>	Brasil	20 m	8 m	Amarela/ Primavera
	A2		Jasmim manga	<i>Plumeria rubra</i>	América central, América do Norte e América do Sul	6 m	3.5 m	Rosa/ Inverno/ Primavera
	B1		Neoregelia maia	<i>Neoregelia sp.</i>	Brasil	0.40 m	-	Verão
	B2		Guzmania amarela	<i>Guzmania sp.</i>	América do Sul	0.30 m	-	Amarela/ Verão
	B3	-	Barba de serpente	<i>Ophiopogon jaburan</i>	Ásia	0.40 m	-	Branca ou roxa/ Verão
	B4	-	Trapoeraba roxa	<i>Tradescantia pallida purpurea</i>	América do Norte	0.40 m	-	Roxa/ Verão
	B5		Peperômia	<i>Peperomia scandens</i>	América do Sul	0.90 m	-	Branco / Primavera/ Verão
	B6		Lírio-da-paz	<i>Spathiphyllum wallisii</i>	América do Sul e América Central	0.60 m	-	Branco/ Primavera/ Verão
	C1		Mandevila	<i>Mandevilla splendens</i>	Brasil	1,8 m	-	Rosa/ Primavera/ Verão
	D1		Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Brasil	3 m	-	Branca/ Primavera/ Verão
	D2		Cacto-candelabro	<i>Euphorbia trigona</i>	África	3 m	-	Verão
	D3		Piteira do caribe	<i>Agave angustifolia</i>	América Central	2 m	-	Amarela ou branca/ após 10 anos
	E1		Grama são carlos	<i>Axonopus compressus</i>	Brasil	0.15 m	Forração	Verde/ Todas as estações

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m ²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m ²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

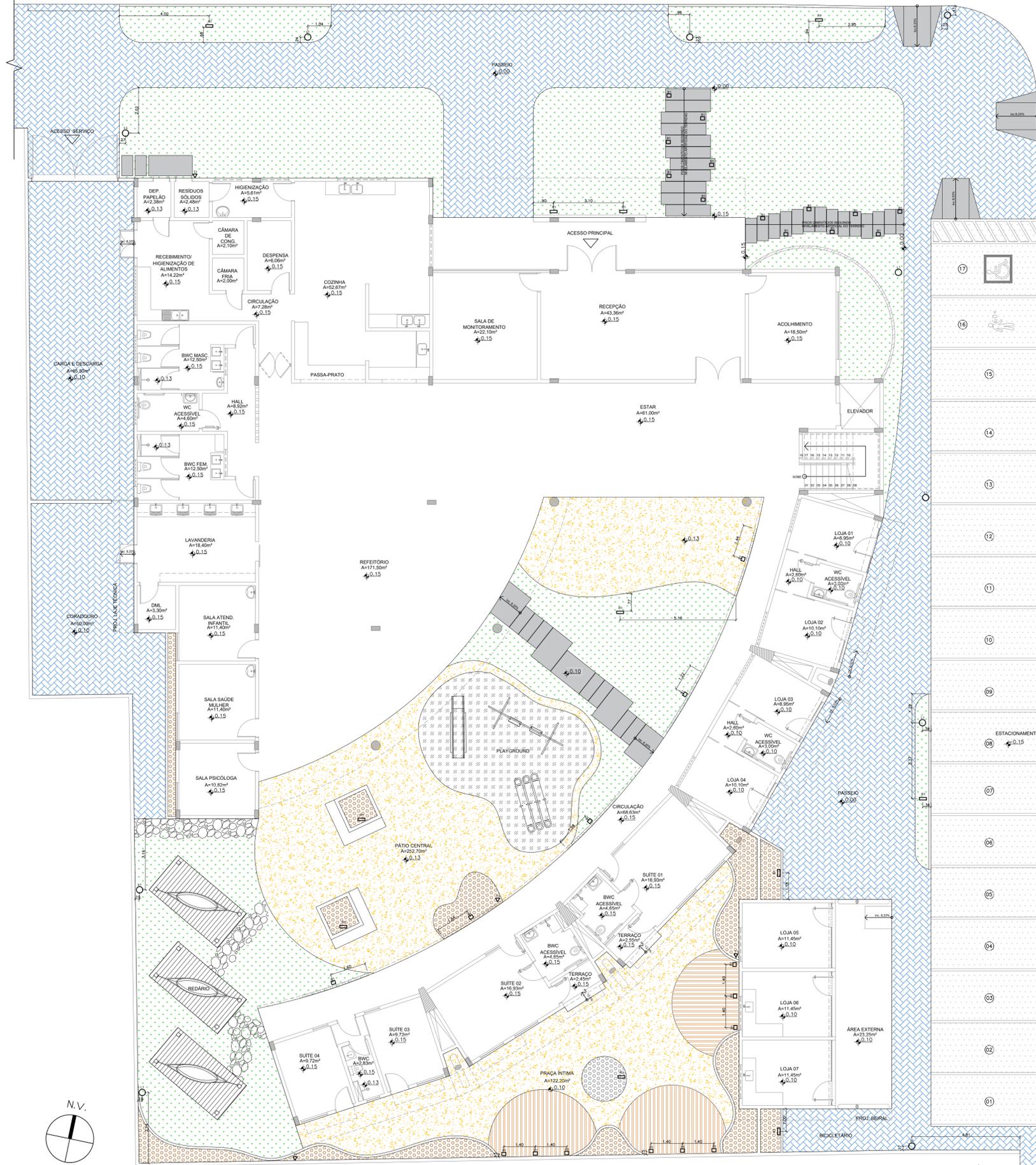
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO PRODUTO FINAL

CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DESENHO: **PLANTA DE COBERTURA VEGETAL - TÉRREO** FEV. 2021
UNID.: METRO 9/11
ESC.: 1/100

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO

RUA DESEMBARGADOR TENÓRIO



PLANTA DE PISOS - TÉRREO
esc. 1:100

LEGENDA DE INFRAESTRUTURA

FOTO	CÓDIGO	ELEMENTO	QUANT. (UND)	MATERIAL	OBSERVAÇÃO	CONVENÇÃO
	T1	TORNEIRAS DE PISO	04	LIGA DE COBRE	DECA 1130 BC OU SIMILAR	T1
	B1	BALIZADOR DE SOLO	27	AÇO INOX	STELLA STH6720/30 OU SIMILAR	B1
	L1	LUMINÁRIA URBANA	10	METAL	CLD-T30 CONEXLED OU SIMILAR	L1
	R1	REFLETOR	07	METAL	SLIM 6000K KEY WEST OU SIMILAR	R1

LEGENDA DE PISO

CONVENÇÃO	ÁREA (M²)	MATERIAL	QUANT. (UN)
	440,00	PISO INTERTRAVADO CINZA	17.600
	43,50	PISO CIMENTÍCIO	-
	246,30	PISO DRENANTE AMARELO	-
	317,00	GRAMA ESMERALDA	12.680
	204,00	ASFALTO	-
	40,00	AREIA	-
	34,00	DECK EM MADEIRA	-
	51,50	TERRA COM CASQUILHOS	-
	1,60	SEIXO ROLADO	-

RUA MANOEL MAIA NOBRE

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS

ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

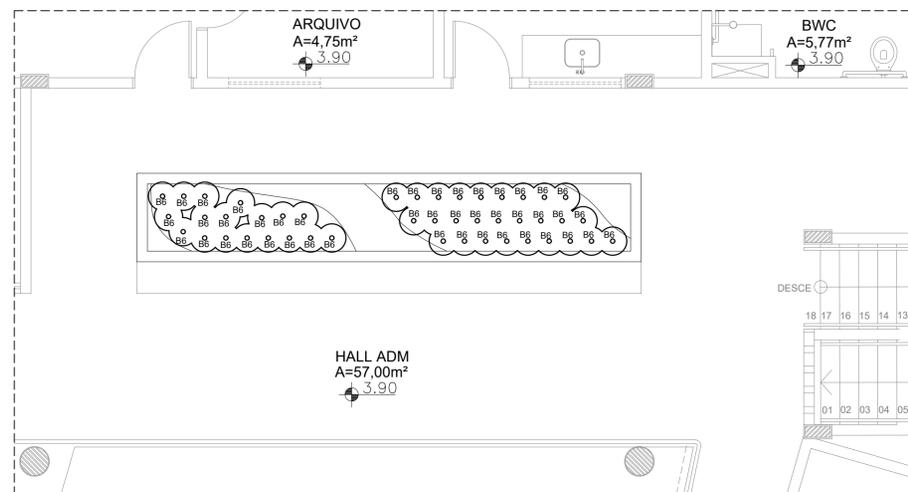
TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	

DESENHO:	FEV. 2021	10/11
PLANTA DE PISOS - TÉRREO	UNID.: METRO	
	ESC.: 1/100	

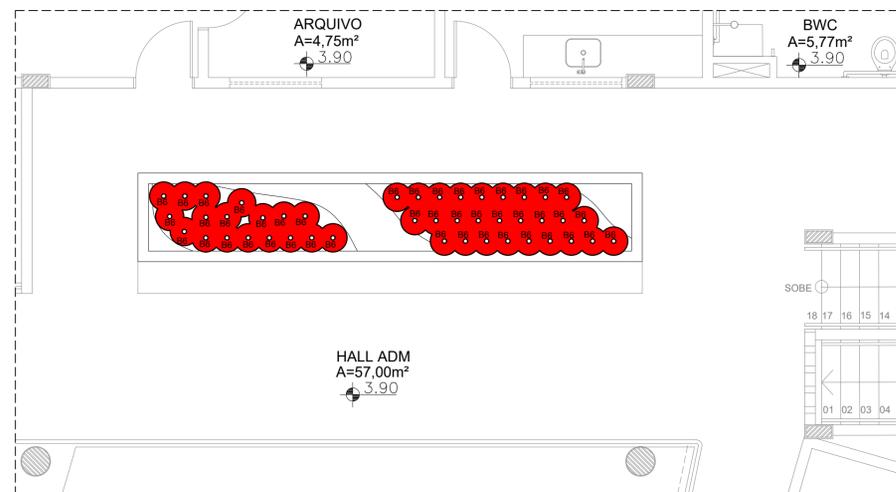
DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA	
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO	

MEMORIAL BOTÂNICO

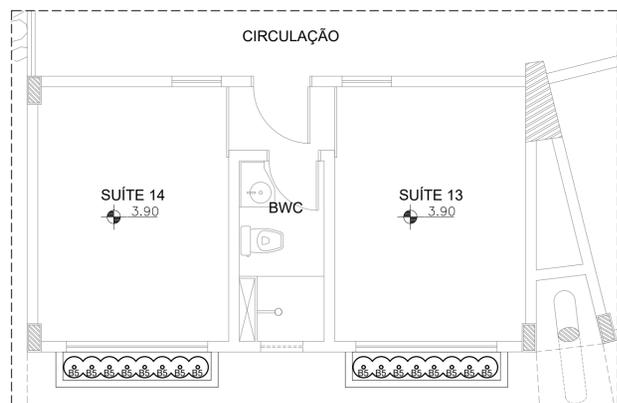
IMAGEM	CÓDIGO	CONVENÇÃO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM	PORTE	Ø COPA	COR E CICLO DA FLORAÇÃO
	A1		Ipê Amarelo	<i>Handroanthus caraba</i>	Brasil	20 m	8 m	Amarela/ Primavera
	A2		Jasmim manga	<i>Plumeria rubra</i>	América central, América do Norte e América do Sul	6 m	3.5 m	Rosa/ Inverno/ Primavera
	B1		Neoregelia maia	<i>Neoregelia sp.</i>	Brasil	0.40 m	-	Verão
	B2		Guzmania amarela	<i>Guzmania sp.</i>	América do Sul	0.30 m	-	Amarela/ Verão
	B3	-	Barba de serpente	<i>Ophiopogon jaburan</i>	Ásia	0.40 m	-	Branca ou roxa/ Verão
	B4	-	Trapoeraba roxa	<i>Tradescantia pallida purpurea</i>	América do Norte	0.40 m	-	Roxa/ Verão
	B5		Peperômia	<i>Peperomia scandens</i>	América do Sul	0.90 m	-	Branco / Primavera/ Verão
	B6		Lírio-da-paz	<i>Spathiphyllum wallisii</i>	América do Sul e América Central	0.60 m	-	Branco/ Primavera/ Verão
	C1		Mandevila	<i>Mandevilla splendens</i>	Brasil	1,8 m	-	Rosa/ Primavera/ Verão
	D1		Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Brasil	3 m	-	Branca/ Primavera/ Verão
	D2		Cacto-candelabro	<i>Euphorbia trigona</i>	África	3 m	-	Verão
	D3		Piteira do caribe	<i>Agave angustifolia</i>	América Central	2 m	-	Amarela ou branca/ após 10 anos
	E1		Grama são carlos	<i>Axonopus compressus</i>	Brasil	0.15 m	Forração	Verde/ Todas as estações



PLANTA BAIXA PAISAG. - JARDINEIRA HALL
esc 1:50



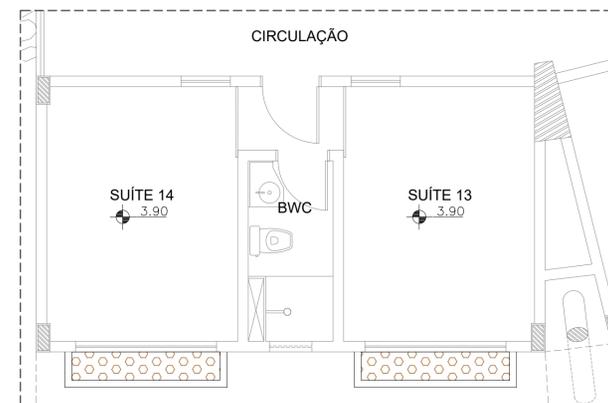
PLANTA COBERTURA VEGETAL - JARDINEIRA HALL
esc 1:50



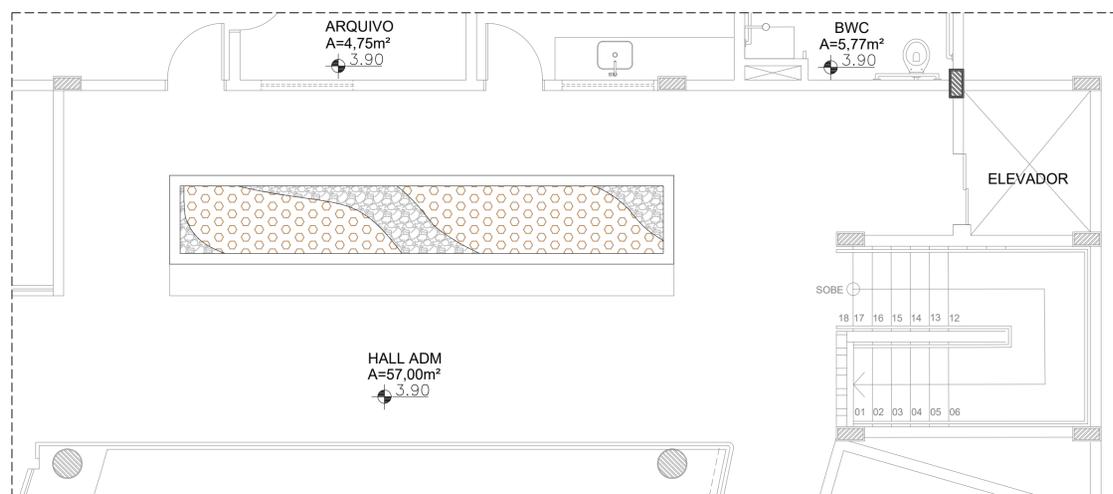
PLANTA BAIXA PAISAG. - JARDINEIRAS DAS SUÍTES
esc 1:50



PLANTA COBERTURA VEGETAL - JARDINEIRAS DAS SUÍTES
esc 1:50



PLANTA DE PISOS - JARDINEIRAS DAS SUÍTES
esc 1:50



PLANTA DE PISOS - JARDINEIRA HALL
esc 1:50

LEGENDA DE PISO

CONVENÇÃO	ÁREA (M²)	MATERIAL	QUANT. (UN)
	440,00	PISO INTERTRAVADO CINZA	17.600
	43,50	PISO CIMENTÍCIO	-
	246,30	PISO DRENANTE AMARELO	-
	317,00	GRAMA ESMERALDA	12.680
	204,00	ASFALTO	-
	40,00	AREIA	-
	34,00	DECK EM MADEIRA	-
	51,50	TERRA COM CASQUILHOS	-
	1,60	SEIXO ROLADO	-

INFORMAÇÕES DE PROJETO E PARÂMETROS URBANÍSTICOS			
ÁREA CONSTRUÍDA	1774,38 m²	COEFIC. DE APROVEITAMENTO	0,86
ÁREA DO TERRENO	2044,00 m²	RECUO FRONTAL	5,00 m
TAXA DE OCUPAÇÃO	45,12%	RECUOS LATERAIS E POSTERIOR	2,00 m

	UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	PRODUTO FINAL
CASA ABRIGO FLOR DE MANDACARU: REPENSANDO O ACOLHIMENTO DE ALAGOANAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	

DESENHO:	FEV. 2021	11/11
PLANTA BAIXA, COBERTURA VEGETAL E PISOS - PAV. SUPERIOR	UNID.: METRO	
	ESC.: 1/50	

DISCENTE: JULYANA ALVES DE SOUZA	
ORIENTADORA: FLÁVIA DE SOUSA ARAÚJO	